

**PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM  
CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

**DAVID JUGLIERME ALVES NOGUEIRA**

**ANÁLISE DE UM MODELO LITÚRGICO REFORMADO EM PERSPECTIVA  
HISTÓRICA (1964-1978)**

Goiânia

2015

DAVID JUGLIERME ALVES NOGUEIRA

**ANÁLISE UM MODELO LITÚRGICO REFORMADO EM PERSPECTIVA  
HISTÓRICA (1964-1978)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Área de Concentração: Religião e Movimentos Sociais

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros

Goiânia  
2015

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)  
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

Nogueira, David Juglierme Alves.  
N778a Análise de um modelo litúrgico reformado em perspectiva  
histórica (1964-1978) [manuscrito] / David Juglierme Alves  
Nogueira – Goiânia, 2015.  
163 f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de  
Goiás, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da  
Religião, 2015.

“Orientador: Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros”.

Bibliografia.

1. Cultos. 2. Igreja. 3. Liturgia. 4. Presbiterianismo. I. Título.

CDU 275.6(043)

---

DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO DEFENDIDA  
EM 02 DE FEVEREIRO DE 2015 E APROVADA PELA BANCA  
EXAMINADORA

1) Dr. Eduardo Gusmão de Quadros / PUC Goiás (Presidente) 

2) Dra. Carolina Teles Lemos / PUC Goiás (Membro) 

3) Dr. Silas Luiz de Souza / Mackenzie (Membro) 

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC-GO, pela contribuição acadêmica, por parte do corpo docente e pela presteza dos funcionários.

Ao professor Dr. Eduardo Gusmão de Quadros que foi além de um orientador, tornou-se uma referência e um amigo. Obrigado pela paciência e cuidado singular no árduo caminho da pesquisa.

À Igreja Presbiteriana da cidade de Goiânia, servos empenhados pela causa do Reino de Deus. Ao conselho e aos membros da Igreja Presbiteriana Betel de Guarulhos que sempre me acolheram com tão grande amor e que nesta caminhada correu junto ao meu lado; a todas as Igrejas que oraram por mim. Obrigado.

A minha família, parte insubstituível nas lutas e desafios da vida, obrigado por tamanho carinho e amor. Pelas longas noites acordados em prol da minha vida. Por sempre buscar proporcionar um momento de silêncio, mesmo cercado de livros e folhas. Graça, Antonio, Cidinha, Damião, Eliziane, Edelaide, Líbia.

A professora Dra. Carolina Teles Lemos e ao Professor Dr. Paulo Rodrigues Passos, grato pelas sugestões, críticas, observações e indicações bibliográficas quando do Exame de Qualificação.

Ao Pb. Haveraldo Ferreira Vargas, superintendente da Editora Cultura Cristã e sua esposa Maria Vargas, pelo incentivo contínuo no âmbito acadêmico. Ao Rev. Carlos Alberto Henrique, exemplo de pesquisador e liturgista singular. Aos reverendos Ueslei Pimentel, Davi Junior, Wagner Langsdorff, Mamésio Coelho e a sua esposa Magda, pela constante intercessão. Aos amigos, líderes, pastores, servos do Eterno Deus que de forma direta ou indireta tiveram sua participação nesta pesquisa por meio de sugestões, esclarecimentos e materiais de cunho pessoal cedidos com tanta dedicação. Deus vos abençoe e vos guarde.

Aos professores Márcio Ananias Ferreira Vilela, Silas Luiz de Souza e Valdir Gonzales Paixão Junior, por disponibilizarem e compartilharem o material profícuo das pesquisas que vocês já realizaram a partir da Igreja Presbiteriana do Brasil diante do período da Ditadura Militar e também as sugestões que enriqueceram em muito esta pesquisa.

“Não há nenhuma noite, por mais escura que seja, nenhuma mina de carvão, por mais profunda que seja, nenhum astronauta, por mais longe que esteja no espaço, que Deus não conheça. Deus conhece cada pensamento, cada ação” (Francis Schaeffer).

## RESUMO

NOGUEIRA, David Juglieme Alves. **Análise de um modelo litúrgico reformado em perspectiva histórica** (1964-1978). 2015. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

O presente trabalho visa elucidar a liturgia reformada na Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) entre os anos de 1964-1978, vista por um viés histórico, especialmente a partir dos seguintes documentos: Princípios de Liturgia (PL), Constituição da IPB, Manual do Culto, Digesto Presbiteriano, além de outros documentos reformados. O objetivo da pesquisa é apresentar as razões históricas pelas quais a liturgia presbiteriana foi transformada na época da ditadura militar em relação ao padrão estabelecido pela tradição da Igreja Presbiteriana do Brasil. Desse modo, duas perguntas nortearam esta pesquisa: a - A liturgia presbiteriana reagiu diante do regime autoritário da ditadura civil-militar?; b - Ou a liturgia presbiteriana foi adaptada diante dos infortúnios do regime militar? Assim, diante do fechamento das estruturas sócio-políticas e religiosas, a espiritualidade oriunda deste período foi refém do golpe militar. A expressão litúrgica da IPB foi realizada na maioria das vezes a favor do regime militar. Nosso objetivo fundamental é demonstrar as razões pelas quais a liturgia presbiteriana foi transformada em relação ao padrão estabelecido pela tradição da IPB.

Palavras-chave: Culto; Igreja; Liturgia; Presbiterianismo; Reformado.

## ABSTRACT

NOGUEIRA, David Jugliherme Alves. **Analysis of a reformed liturgical model by a historical perspective** (1964-1978). 2015. 163 pages. Dissertation (Masters in Science & Religion) – Pontificia Universidade Catolica de Goias, Goiania, 2015.

This study aims to elucidate the reformed liturgy in the Presbyterian Church of Brazil (IPB) between the years from 1964 to 1978, seen by a historical bias, especially from the following documents: Liturgy Principles (PL), Constitution of the IPB, Service Manual, Presbyterian Digest, and other Reformed documents. The target of the research is to present the historical reasons whom the Presbyterian liturgy was changed during the military dictatorship considering the standard established by the Presbyterian Church of Brazil. Thus, two questions guided this research: a – The Presbyterian liturgy reacted facing the authoritarian of civil-military dictatorship?; b – Or the Presbyterian liturgy was adapted due the misfortunes of the military regime? Thus, before the closing of the socio-political and religious structures, spirituality arising from this period was hostage of the military coup. The liturgical expression of IPB was held most of the times in favor of the military regime. Our primary objective is to demonstrate the reasons why the Presbyterian liturgy was transformed considering the standard established by the IPB's tradition.

Keywords: Service; Church; Liturgy; Presbyterianism; Reformed.

## LISTA DE ABREVIATURAS

### SIGLAS RELACIONADAS AO PROTESTANTISMO

BP: Jornal Brasil Presbiteriano

CD: Código de Disciplina da Igreja Presbiteriana do Brasil

CEB - Confederação Evangélica Brasileira

CE/SC-IPB: Comissão Executiva do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil

CI: Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil

CMP: Confederação da Mocidade Presbiteriana

CNBB: Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

ICAR: Igreja Católica Apostólica Romana

IPB: Igreja Presbiteriana do Brasil

IPI: Igreja Presbiteriana Independente do Brasil

IPU - Igreja Presbiteriana Unida do Brasil

JP – Jornal Presbiteriano

MPBC: Missão Presbiteriana Brasil Central

PCUS: Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos

PCUSA: Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América

PL: Princípios de Liturgia

Pr.: Pastor

Pb.: Presbítero

Rev.: Reverendo

SC/IPB: Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil

SPC: Seminário Presbiteriano do Centenário

SPN: Seminário Presbiteriano do Norte

SPS: Seminário Presbiteriano do Sul

SSP: Sínodo de São Paulo

UCEB - União Cristã de Estudantes do Brasil

### SIGLAS GERAIS

ARENA: Aliança Renovadora Nacional

BNM: Brasil Nunca Mais

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

DFSP: Departamento Federal de Segurança Pública

INI: Instituto Nacional de Identificação

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

PCB: Partido Comunista Brasileiro (Partido Comunista do Brasil até 1961)

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

SNI: Serviço Nacional de Informação

UnB: Universidade de Brasília

UNE: União Nacional dos Estudantes

#### SIGLAS GOVERNAMENTAIS

AI: Ato Institucional

CIA: Central Intelligence Agency (EUA)

DEOPS: Departamento Estadual de Ordem Política e Social

DOPS: Delegacia de Ordem Política e Social

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO 1 - A IGREJA PRESBITERIANA NO QUADRO DO PROTESTANTISMO BRASILEIRO E SUA LITURGIA ENQUANTO MODELO DE ESPIRITUALIDADE</b> .....	27
1.1 Os Presbiterianos.....	27
1.2 O Presbiterianismo no Brasil.....	29
1.3 A Organização da IPB.....	32
1.4 Definições de Alguns Termos Básicos.....	35
1.5 Breve História da Liturgia Cristã.....	44
1.6 A Liturgia na Idade Média.....	45
1.6.1 A Liturgia na Reforma Protestante.....	46
1.6.2 A Liturgia na Idade Moderna.....	47
1.6.3 A Liturgia na Idade Contemporânea.....	48
1.6.4 A Criação da Liturgia Reformada Brasileira.....	49
<b>CAPÍTULO 2 - BREVE ANÁLISE DO AMBIENTE SOCIAL NA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR (1962-1978)</b> .....	52
2.1 Breve Análise da Nação Brasileira Diante da Ditadura Militar.....	52
2.2 A Igreja Católica Diante da Ditadura Militar .....	62
2.3 O Protestantismo Diante da Ditadura Militar.....	64
2.4 A Igreja Presbiteriana do Brasil Diante da Ditadura Militar.....	66
2.5 A Igreja Metodista Diante da Ditadura Militar.....	69
2.6 A Igreja Batista Diante da Ditadura Militar.....	73
2.7 Richard Shaull: o Criador de Uma Teologia Política brasileira.....	76

**CAPÍTULO 3 - UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-SOCIOLÓGICA DE UMA INSTITUIÇÃO RELIGIOSA DIANTE DOS CONFLITOS E DILEMAS DA DITADURA MILITAR.....82**

3.1 O Conceito de Campo Religioso em Pierre Bourdieu.....	82
3.2 A Expressão Religiosa em Joachim Wach.....	84
3.3 O Ethos Presbiteriano a Partir de Clifford Geertz.....	85
3.4 A Prece e a Organização da Sociedade Diante da Ditadura.....	87
3.5 O Papel da Música na Transmissão Teológica na Liturgia da IPB.....	90
3.6 O Papel Religioso e Simbólico da IPB na Ditadura.....	91
3.7 Funções Sociais da Religião na Igreja Presbiteriana do Brasil.....	93
3.8 Alguns Índícios do Regime Militar na Mídia da IPB.....	96

**CAPÍTULO 4 - DIGESTO PRESBITERIANO: UM OLHAR SOBRE A LITURGIA NA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR.....102**

4.1 A Teo-Política da IPB no Regime Militar.....	102
4.2 O Supremo Concílio Diante do Regime Militar.....	103
4.3 Rev. Boanerges Ribeiro e o Papel de Articulador Político: Fundamentalistas versus Progressistas.....	106
4.4 O Papel da Liturgia na IPB Diante da Ditadura Militar.....	110
4.5 Digesto Presbiteriano: a Liturgia Diante da Ditadura.....	112
4.5.1 Digesto Presbiteriano: período de 1962 a 1966.....	113
a) SC-62-081 –.....	113
b) SC-62-093 –.....	115
4.5.2 Digesto Presbiteriano: período de 1966 a 1970.....	115
a) SC-66-043 –.....	115
b) SC-66-079 –.....	115
c) CE-67E2-003 –.....	115
d) CE-68-039 –.....	116
4.5.3 Digesto Presbiteriano: período de 1970 a 1974.....	125
a) SC-70-004 -.....	125
b) CE-70-025 –.....	126
c) SC-70-056 –.....	127
d) CE-72-037 –.....	127

e) CE-73-049 –.....	128
f) CE-73-052 –.....	128
4.5.4 Digesto Presbiteriano: período de 1974 a 1978.....	131
a) CE-74E2-015 -.....	131
b) CE-76-057 –.....	132
c) SC-78-032 –.....	132
d) SC-78-045 –.....	133
e) SC-78-081 –.....	134
f) SC-78-090 –.....	134
4.5.5 Síntese do Período a Partir do Digesto Presbiteriano.....	137
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>145</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>148</b>

## INTRODUÇÃO

A Igreja Presbiteriana do Brasil, historicamente, tem demonstrado a importância da execução litúrgica. Percebe-se uma adaptação litúrgica com o passar do tempo, do desenvolvimento tecnológico, científico e da cultura na qual a liturgia é realizada. Uma prova disso é a investigação que aqui apresentamos. Demonstramos que o fechamento sócio-político brasileiro na época do regime ditatorial 1964-1985 teve efeitos na estrutura organizacional da Igreja Presbiteriana que resultaram em uma liturgia transcendentalista, menos relacionada com os problemas vivenciados pelas comunidades.

Sob este enfoque, na elaboração desta pesquisa procuramos compreender a relevância da liturgia, em especial uma área específica da liturgia, que seria o *modus operandi* na qual ela se desenvolve. Falar da liturgia como matéria de estudo separada apresenta-se como uma tarefa desafiadora, instigante, controversa.

Assim, ao pesquisar sobre liturgia reformada consideramos a obra seminal de Carl Joseph Hahn (2011), no livro *História do culto Protestante no Brasil*. Esta é uma das obras mais referendadas dentro do tema culto e liturgia, descreve com detalhes o nascedouro, adversidades e o caminho traçado na história do culto protestante em terras brasileiras.

O autor foi um missionário da Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos (PCUS), exercendo aqui no Brasil o cargo de secretário executivo do departamento de evangelização da sua igreja, foi vice-presidente da comissão encarregada dos trabalhos missionários em nosso país, além de ter lecionado no Seminário Presbiteriano de Campinas e na Faculdade de Teologia da Igreja Metodista. Sua obra foi publicada pela ASTE, uma importante editora na publicação de obras que sempre visaram elucidar a história do protestantismo brasileiro.

Hahn busca compreender e trazer a tona os significados intrínsecos do culto evangélico no Brasil, ou seja, observar a realidade de hoje, por meio das nossas raízes e tentar traçar caminhos para o culto.

Duncan Alexander Reily (2003), em sua obra *História documental do protestantismo no Brasil*, elabora um texto distante de um caráter denominacional específico. O autor visa entender a presença do protestantismo na sociedade brasileira e registra a herança que as diversas expressões deste segmento religioso

proporcionaram à história brasileira. Reily foi ministro ordenado da Igreja Metodista, aqui no Brasil exerceu o pastorado e lecionou na Faculdade de Teologia da Igreja Metodista. Sua obra foi publicada pela ASTE e longe de justificar um caráter denominacional, o autor busca compreender a presença do protestante na sociedade brasileira.

Para Reily (2003, p. 359):

A Igreja entende que o culto, sendo o evento central da vida do cristão, através do qual se nutre sua vida espiritual, deverá ter resguardado o seu caráter de serviço a Deus, de adoração, de comunhão cristã e de diálogo com Deus. Jesus Cristo é o único Senhor do culto cristão.

Émile G. Léonard (2002), na obra *O protestantismo brasileiro: estudo da eclesiologia e história social*, busca destacar quais elementos contribuíram para a inserção do protestantismo no Brasil, além da emancipação do presbiterianismo e a implantação de outros grupos denominacionais.

O autor foi o primeiro estudioso acadêmico que se preocupou com a história do protestantismo. Com um perfil diferenciado em relação aos demais autores, tinha formação acadêmica em História, possuía prestígio e projeção acadêmica e não era pastor. Francês, veio ao Brasil para lecionar na Universidade de São Paulo no final da década de quarenta. Esta obra foi escrita no departamento de História da USP, foi a primeira grande síntese do protestantismo nacional. Foi publicada pela ASTE.

Carlos Jeremias Klein (2005), na obra *Os Sacramentos na tradição reformada*, salienta o abandono por parte do protestantismo brasileiro da herança reformada em relação aos sacramentos e ao culto cristão, segundo o autor o que mais ocorre atualmente em muitas igrejas é uma adaptação frágil totalmente contrária e mesmo um desconhecimento da tradição reformada.

Klein é pastor da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (IPI) e professor de teologia, a obra reflete uma perspectiva progressista com mais aberturas na prática teológica. Foi publicada pela editora da Fonte Editorial, uma editora com visão mais aberta / ecumênica, visando alcançar um público específico, professor e estudantes de teologia e ciências da religião.

Sean Michael Lucas (2011), na sua obra: *O Cristão Presbiteriano: Convicções práticas e histórias*, destaca que os presbiterianos com insistência advogam que o culto deve ser regulado pelas Escrituras. Aliás, essa busca contínua pelo

embasamento das Escrituras é resultado da Reforma protestante do século XVI com sua ênfase no retorno aos ensinamentos bíblicos (LUCAS, 2011; HORTON, 2007).

Esse *modus operandi* do sistema presbiteriano é característica singular da própria identidade, “historicamente, os presbiterianos têm refletido bastante sobre o significado do culto” (LUCAS, 2011, p. 118).

O autor é ministro da “Igreja Presbiteriana da América (PCA)” (MATOS, 2015), deão do corpo docente e professor assistente de história da igreja no Covenant Theological Seminary. O livro é publicado pela editora Cultura Cristã, a editora oficial da IPB no país, assim, a visão de Sean Lucas é uma proposta apologista e de cunho institucional na análise do culto.

Augustus Nicodemus Lopes (2004), na obra *O culto espiritual: um estudo em 1 Coríntios sobre questões atuais e diretrizes para o culto cristão*, analisa “o ensino do apóstolo à igreja de Corinto, sobre o funcionamento do culto”. A obra é de cunho exegético e analisa “como pano de fundo o impacto do movimento pentecostal nas igrejas evangélicas” (LOPES, 2004, p. 9).

Lopes é pastor da IPB e professor de teologia, com inúmeros materiais teológicos publicados, a obra é da editora Cultura Cristã, o que reflete uma perspectiva mais apologista e fundamentalista em relação ao culto presbiteriano.

W. H. Roberts (2003), no seu livro *O Sistema Presbiteriano*, destaca os princípios que norteiam a teologia reformada, em especial aponta a soberania de Deus. Aliás, um dos aspectos fundamentais do sistema presbiteriano é o culto, ou seja, ao destacar a soberania de Deus, enquanto o motivo e o alvo do culto, o autor faz uma leitura mais fundamentalista do culto.

A obra de Roberts reflete a visão doutrinária da IPB, mas também marca um momento histórico, pois foi lançada a primeira edição, no ano da criação da casa editora da IPB (1947), que mais tarde se tornaria editora cultura cristã. Inclusive na comissão designada pelo SC/IPB (1945) para organizar uma “Casa Editora” a presidência da comissão foi do Rev. Boanerges Ribeiro.

Guilhermino Cunha (2002), na obra intitulada *O Culto que Agrada a Deus: expressões corporais no culto*, trata da referência litúrgica, esquecida em diversos segmentos eclesiais e conseqüentemente assunto que causa inúmeras divergências. Por outro lado, o autor trabalha com um tema polêmico no âmbito religioso, ou seja, linhas litúrgicas de conformidade com a vontade do consumidor e participante de tais reuniões.

Cunha define culto a partir do teólogo John Frame. “Culto é o reconhecimento da grandeza do Deus da Aliança no seu Ser e em suas obras” (FRAME *apud* CUNHA, 2002, p. 16). Em resumo, “culto é um sacrifício a Deus” (CUNHA, 2002, p. 18). Essa obra foi publicada pela editora da IPB, seu autor é um pastor presbiteriano de notável visibilidade acadêmica, o texto expressa uma visão apologista moderada do culto, aliás, na época da publicação o autor era o presidente do SC/IPB exercendo o seu segundo mandato a frente da IPB

John H. Leith (1996), na obra *A tradição reformada: uma maneira de ser a comunidade cristã*, recorre constantemente aos reformadores do século XVI, desde Lutero, Calvino, John Knox, entre outros. Assim, ele busca compreender o que motivou a liturgia reformada desde o seu nascedouro.

Calvino abandonou muitos recursos litúrgicos que não atendiam suficientemente a adoradores disciplinados e comprometidos. O culto calvinista exigia uma congregação disciplinada que sustentasse o diálogo da fé com o mínimo de apoio exterior (LEITH, 1996, p. 303).

Calvino defendia também como característica do culto a inteligibilidade teológica. “O culto não deve apenas estar correto, mas também deve ser compreendido” (LEITH, 1996, p. 287).

Leith é professor emérito de teologia do Seminário Teológico “Union” de Virginia (EUA), é publicado pela Pendão Real, editora oficial da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (IPI), o autor apresenta um retorno a tradição reformada, porém, a partir de uma visão mais progressista.

Hermisten Maia Pereira da Costa (2004) é um autor na área de teologia reformada, em especial nos escritos de João Calvino e no período da Reforma protestante do século XVI. Sua obra *Raízes da Teologia Contemporânea* traz a tona algumas contribuições do movimento reformado para a formação da teologia do século 20. Entre essas contribuições, Costa salienta a Reforma protestante e o papel significativo do culto e as implicações presentes em nossos dias. Em outro livro, denominado *Princípios Bíblicos de Adoração Cristã (2009)*, o autor busca elucidar princípios que nortearam a adoração desde a antiguidade perpassando pelos tempos bíblicos e chegando aos primórdios do culto protestante no Brasil. Ele observa as diferentes formas e maneiras em que o culto protestante se desenvolveu diante de inúmeros desafios e circunstâncias, das perseguições a proibições.

Costa é pastor presbiteriano e professor de teologia da IPB, a obra foi publicada pela editora Cultura Cristã, reflete uma perspectiva mais apologista e fundamentalista em relação à liturgia presbiteriana.

Donald K. McKim (1998) é o editor da obra *Grandes Temas da Tradição Reformada*, esta é uma obra singular no âmbito reformado, pois trata e apresenta uma visão sobre as principais doutrinas e práticas reformadas. “As práticas de culto da Reforma não pretendiam ser inovações, mas uma restauração do equilíbrio cristão antigo entre a palavra e o sacramento” (MCKIM *apud* MCKIM, 1998, p. 266; HORTON, 2007). Uma parte do livro em especial merece destaque, “Dimensões Litúrgicas”, aqui alguns autores de tradição reformada analisam a liturgia e seus diversos aspectos presentes nas celebrações cúlticas.

A obra foi publicada pela Pendão Real, editora oficial da IPI, McKim editor da obra é pastor da IPI nos Estados Unidos da América, o livro apresenta uma visão mais doutrinária da tradição reformada, porém, a partir de uma perspectiva teológica progressista.

J.J. von Allmen (2005), na obra *O Culto Cristão*, enfoca a tarefa de estudar a dimensão litúrgica da vida cristã, o autor trabalha com duas questões principais, os elementos do culto e os problemas da execução destes elementos na celebração litúrgica. Isso nos orienta no entendimento e na análise da liturgia, pois a partir dessa premissa “compreende-se, assim, que o culto não é um elemento marginal ou optativo na vida da Igreja e que o cuidado que ela lhe dispensa não é desarrazoado” (ALLMEN, 2005, p. 43). A liturgia como todo ato de adoração depende e é sustentado pelas Escrituras.

Allmen é suíço, foi professor e deão da Faculdade Protestante de Teologia da Universidade de Neuchâtel, na Suíça, teve sua obra publicada no ano de 1968 no Brasil, logo tornou-se uma obra de referência em relação ao culto reformado. Porém, o livro considera e agrega uma realidade universal da igreja, não apenas restrita a perspectiva reformada. Foi publicada pela ASTE, uma importante editora na publicação de obras que sempre visaram elucidar a história do protestantismo brasileiro. A obra incorpora o perfil do seu autor, ou seja, de cunho mais progressista, expressa nos laços estreitos com várias denominações, incluindo os anglicanos, luteranos, ortodoxos orientais e romanos.

Claúdio Carvalhaes (2012) organizou a obra *Teologia do Culto: entre o altar e o púlpito. Estudos multidisciplinares em homenagem a Jaci Maraschin*. A obra

propõe uma nítida lembrança do professor, liturgista, teólogo Jaci C. Maraschin que influenciou gerações de pensadores de diversos países e locais em terras brasileiras, essa influencia foi marcante na liturgia e no entendimento de culto em terras tupiniquins. Segundo Carvalhaes “foi Maraschin que nos ensinou que o dentro e o fora da liturgia era o mesmo e diferente lugar” (CARVALHAES, 2012, p. 15).

É uma obra de cunho ecumênico, fortemente marcada pela influencia de uma constante tríade a relação povo – movimentos sociais – e sincretismo, aliás, “a auto proclamada pureza litúrgica sempre foi uma farsa” (CARVALHAES, 2012, p. 12), pois, para o autor “a liturgia sempre se relacionou com o mundo, ingerindo sistemas, determinando formas de governo e associando-se aqui e ali com movimentos ‘externos’ ao seu fazer litúrgico” (CARVALHAES, 2012, p. 11-12).

Ainda segundo Carvalhaes, o exclusivismo do protestantismo e do pentecostalismo que desembarcaram no Brasil afetou o fazer litúrgico e criou uma divisão desnecessária. Carvalhaes entende que a segmentação litúrgica seja capaz de atuar e relacionar-se com os anseios e necessidades da sociedade:

Dessa forma, a liturgia não quer estabelecer somente uma doutrina que dê conta do intramuros da fé cristã mas definir, criticamente, a partir da sua relação com a sociedade, como viver e orientar e lutar por mundo possíveis que lutamos e sonhamos (CARVALHAES, 2012, p. 12).

A obra editada por Carvalhaes, foi publicada pela Fonte Editorial, uma editora com visão mais aberta / ecumênica, cujo alvo é promover educação religiosa inclusiva, distante de pressupostos denominacionais e em constante diálogo com as correntes existentes.

Daniel do Amaral (2012), na obra *Música e Teologia: a música evangélica brasileira: origem, apogeu e futuro*, descreve a história da música protestante brasileira por uma linha progressista e ecumênica. As mudanças litúrgicas e na hinologia de inúmeras igrejas protestantes resulta da inquietude de pessoas comprometidas com a proposta cristã de optar pelos pobres, acarretando assim cânticos, orações que refletem o desejo pela paz e justiça. O grito e anseio do povo é a influencia de muitos desses compositores, poetas, cantores de cunho cristão. Entretanto, a música que resulta dessas transformações e que se espalham nas celebrações litúrgicas emerge carregada de diferenças teológicas, “além de ser uma arte, a música nas igrejas desempenha um papel relevante como reprodutora de teologia” (AMARAL, 2012, p. 30).

Segundo Amaral, a hinologia protestante reflete a teologia que circunscreve o ambiente no qual ela nasce e se desenvolve.

“O cancionero de uma igreja local, o hinário de uma denominação ou de uma entidade eclesial, todos eles refletem uma teologia – ou diversas teologias – que caracterizam quem os adota” (AMARAL, 2012, p. 30-31).

Assim, para analisar esse período da história da IPB torna-se tarefa enriquecedora para compreendermos melhor a liturgia na história cristã brasileira:

É certo que a liturgia que nasceu espontânea do fundo dos mitos e ritos antigos foi constantemente aprisionada em formas estereotipadas e codificada em livros de culto e em manuais de adoração. Mas ela é mais do que isso. É poder e sopro dos deuses. Está dada para a celebração, e a celebração não pode ser prisioneira (AMARAL, 2012, p. 99).

Amaral é presbítero da IPU e pesquisador nas áreas de música e liturgia. A obra foi publicada pela Fonte Editorial uma editora de perspectiva ecumênica e que visa promover educação religiosa igualitária e em constante diálogo com as correntes existentes.

João Dias de Araújo (2012), na obra *O Cristo brasileiro: a teologia do povo*, descreve que a religiosidade do povo brasileiro buscou adaptar as celebrações litúrgicas apresentadas pelos missionários estrangeiros, entretanto, isso não significou uma reforma litúrgica, mas apenas formas de cultuar paralelas as ensinadas pelos documentos (ARAÚJO, 2012).

A obra foi uma espécie de homenagem ao autor, por meio da ASTE, uma importante editora na publicação de obras que sempre visaram elucidar a história do protestantismo brasileiro, ao autor. O texto reflete uma visão progressista, além de expressar a atuação e contribuição do seu autor no contexto ecumênico brasileiro.

João Dias de Araújo (2010), na obra *Inquisição sem fogueiras: a história sombria da igreja presbiteriana do Brasil* descreve fatos e incidentes ocorridos e vivenciados pela Igreja Presbiteriana do Brasil “os limites desta pesquisa estão entre os 20 últimos anos – 1954 a 1974” (ARAÚJO, 2010, p. 25). O autor visa “documentar fatos que ocorreram durante vinte anos de história da Igreja Presbiteriana do Brasil, e continuam a ocorrer, mostrando o fortalecimento do espírito e das práticas inquisitoriais” (ARAÚJO, 2010, p. 27). Este foi um período triste e inescrupuloso que não resultou em queimas físicas, mas acarretou em “horrríveis fogueiras morais, nas

quais torturaram muitos servos do Senhor” (LIMA *apud* ARAÚJO, 2010, p. 27). Araújo descreve um dos momentos vivenciados nesse período:

Dezenas de pastores despojados e professores de seminários expulsos ficaram em deplorável situação financeira porque perderam casas e salários. A ênfase na evangelização é substituída pelo zelo farisaico, pela pureza e pelas tradições da Igreja com armas para preservação do poder político-eclesiástico (ARAÚJO, 2010, p. 18).

Nas palavras de Rubem Alves, na década de 1970, dentro da Igreja Presbiteriana do Brasil triunfou “o autoritarismo sobre a comunidade; as estruturas sobre a pessoa; o passado sobre o futuro; a lei sobre o amor. E, em última instância, a morte sobre a vida” (ALVES *apud* ARAÚJO, 2010, p. 6).

Araújo foi um pastor da IPB, que após as ações “inquisitórias” dentro da instituição, foi despojado do ministério da IPB juntamente com outros pastores e encontrou acolhida na Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU), serviu como pastor e docente de teologia, contribuindo de maneira notável na pesquisa e publicação de materiais relativos ao protestantismo brasileiro, sobretudo na perspectiva ecumênica e progressista.

Auxilia-nos também para conhecer o contexto histórico da IPB a obra de Adão Carlos Nascimento e Alderi Souza de Matos (2007) *O que todo presbiteriano inteligente deve saber*. Eles descrevem a identidade do presbiterianismo desde sua origem, até sua chegada ao Brasil, perpassando pelo modelo de governo, teologia e doutrina. “O presbiterianismo derivou da Reforma Protestante do século 16” (NASCIMENTO; MATOS, 2007, p. 10). Os autores denominam os anos de 1959 a 1986, como “período da polarização” (NASCIMENTO; MATOS, 2007, p. 63). Foi nesse período que

A Igreja Presbiteriana do Brasil sofreu o impacto dos acontecimentos políticos ocorridos no país, que resultaram no regime militar (1964-1984). Intensificou-se a polarização entre conservadores e progressistas, que já vinha se manifestando há alguns anos em torno de questões como o liberalismo e o ecumenismo (NASCIMENTO; MATOS, 2007, p. 63-64).

Alderí é pastor presbiteriano, professor e o historiador oficial da IPB e Nascimento é pastor presbiteriano, professor e diretor de um dos seminários (SPS) da IPB. Essa não é uma obra de cunho acadêmico, mas é um material que visa doutrinar a comunidade, em outras palavras, é o que a IPB deseja que a

comunidade saiba. Foi publicada Socep, editora que prioriza obras educacionais e pedagógicas relacionadas à fé cristã. A Socep é interdenominacional, ou seja, não está restrita somente a uma perspectiva teológica específica, ainda que este livro tenha o caráter apologista.

Rubem Alves, na obra *Religião e Repressão* descreve a ênfase do conservadorismo presente em um determinado tipo de protestantismo brasileiro, pautado em duas facetas. Por um lado, “definido pelos limites da instituição religiosa” (ALVES, 2005, p. 15), contrária a inovações e legitimada pela sacralização de comportamentos e pensamentos oriundos do estabelecimento herdado dos agentes missionários que desembarcaram terras brasileiras. Por outro lado, o conservadorismo estabelecido no protestantismo brasileiro não ficou restrito ao ambiente interno, mas, tornou-se perceptível na relação cotidiana da própria sociedade.

Entre a instituição e seus fiéis, de um lado, e a realidade política, de outro, expressando-se pela legitimação das condições dominantes de poder, que são assim sacralizadas, e pela ausência de qualquer crítica de tipo profético (ALVES, 2005, p. 15).

Alves foi pastor presbiteriano, porém, em meio aos resquícios do regime militar que atingiram a IPB, sofreu intensa perseguição e foi estigmatizado, assim, no dia “15 de setembro de 1970” (ARAÚJO, 2010, p. 179), apresentou sua carta de renúncia da jurisdição da IPB, ao Presbitério Oeste de Minas (POMN), do qual era integrante. Adiante, Rubem Alves foi vinculado a IPU. A obra foi publicada em parceria pela editora Teológica e pelas edições Loyola, de cunho católico, da ordem dos jesuítas. A obra apresenta uma perspectiva progressista / ecumênica, sem vínculos apologéticos institucionais.

Diante das afirmações descritas acima, nota-se que pelo fechamento político e teológico, a liturgia se tornou menos relacionada com aspectos importantes da cultura brasileira, aliás, a liturgia reformada desde sua chegada ao Brasil sempre apresentou muita dificuldade de inserção na cultura brasileira. Nos anos de 1980, com a redemocratização da sociedade, ocorreu um maior diálogo com nossas raízes culturais. O fechamento teológico interrompeu a tentativa do protestantismo tornar-se mais social e ocorreu uma espiritualização maior da liturgia, como já identificara Mendonça (2008).

Retrocedendo um pouco no período, mas mantendo o assunto sobre a influência das questões políticas sobre a liturgia, Matos (2009) relata a situação das igrejas protestantes no período que vai entre 1930 – 1964:

Nesse período [1930-1964], que vai do Estado Novo de Getúlio Vargas até o início do regime militar em 1964, as igrejas protestantes em sua maior parte já haviam se tornado independentes das suas igrejas-mães estrangeiras. Nessas décadas, a situação relativa dos diferentes grupos sofreu uma alteração radical, com o acelerado crescimento das igrejas pentecostais, que ultrapassaram em muito as denominações históricas.

Mendonça resume a história do protestantismo brasileiro nesse período da seguinte maneira, “de 1962 a 1983, período de repressão no interior do protestantismo, da revolução neopentecostal, ocorreu o fortalecimento do denominacionismo e o isolacionismo das igrejas” (MENDONÇA, 2005, p. 52). Para o autor, “a trajetória histórica das chamadas igrejas protestantes tradicionais, particularmente as oriundas das missões norte-americanas, mostra um confronto permanente entre dependência e autonomia” (MENDONÇA, 2005, p. 66). Rubem Alves complementa:

As aproximações e distanciamentos periódicos entre utopias e ideologias [...], sempre acabaram neutralizando o pensamento utópico e as levaram a uma espécie de recolhimento e indiferença pela realidade. Voltaram-se para o interior de si mesmas e construíram nichos de salvação (ALVES *apud* MENDONÇA, 2005, p. 66).

O desafio desta pesquisa é observar as mudanças litúrgicas na IPB e procurar analisar como a igreja presbiteriana agiu diante da ditadura militar. O culto presbiteriano reflete as pessoas que celebram e demonstra a relação social da instituição com a sociedade, por isso, é preciso observar como o conservadorismo do período militar influenciou os presbiterianos. Pensar em tais mudanças é trazer a tona o paralelismo político onde muitas vezes a manutenção e a alteração da ordem litúrgica acompanham as alterações políticas da sociedade da época.

Silas Luiz de Souza (2005), na obra *Pensamento social e político no protestantismo brasileiro*, analisa o protestantismo que foi estabelecido no Brasil, em especial, o que emergiu dentro do ambiente presbiteriano, norteado por debates teológicos, éticos e envolvimento sociais que perpassavam toda a sociedade e demandava uma manifestação da igreja. O autor, que é docente no seminário presbiteriano do sul (SPS) e pastor presbiteriano, evidencia o envolvimento da igreja

presbiteriana diante do governo militar, a partir de razões teológicas e ideológicas. A obra foi publicada pela Editora Mackenzie, a qual objetiva a publicação de livros acadêmicos e de caráter técnico-científico, oriundos de teses, dissertações e pesquisas.

Daniel Augusto Schmidt (2014), na obra *Protestantismo e Ditadura Militar no Brasil* enfoca o que motivou a sombria relação entre os cristãos protestantes e os porões do regime militar. O autor relata uma série de perseguições que recaiu aos cristãos que resolveram enfrentar o regime militar, em especial, uma espécie de “caça às bruxas” apregoada pelas alas mais conservadoras do protestantismo, em detrimento de alguns grupos que almejavam uma igreja mais atuante na realidade social, foi um momento de expurgos internos e delação ao governo por meio dos órgãos de repressão política do regime.

Schmidt é um pesquisador da história do protestantismo brasileiro na época da ditadura militar no Brasil, em especial, no ambiente da Igreja Metodista. A obra foi publicada pela Editora Reflexão e reflete uma visão mais ecumênica, progressista e de questionamentos as perspectivas dogmáticas no entendimento da ação das igrejas históricas na sociedade.

A obra *Brasil: nunca mais* (2013), prefaciado por Dom Paulo Evaristo Arns, relata o lado obscuro do regime ditatorial que vigorou no país. Fincado através de deturpações contra o ser humano, aliás, o regime militar utilizou de meios cruéis como instrumentos na ‘descoberta da verdade’; a tortura tornou-se um meio de aviltar vidas humanas em nome do *status quo* de um período que excluiu o diálogo, ao mesmo tempo aplaudiu a deturpação do indivíduo, por meio de barbaridades contra todos aqueles que tentassem erguer-se contra a ditadura. Essa obra teve participação de um ministro presbiteriano da PCUSA, Rev. Jaime Wright, que foi uma voz atuante contra esse período degradante da história brasileira. Foi missionário da Missão Brasil Central, “jurisdicionada à Junta de Nova York (da Igreja do Norte ou PCUSA)” (MATOS, 2009, p. 41), foi um instrumento no trabalho e propagação do presbiterianismo no país. Em 1968, vítima de perseguição “Jaime Wright também deixava a IPB” (PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 288). E, depois, se tornaria membro da IPU.

O projeto Brasil: Nunca Mais – BNM foi desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo nos anos oitenta, sob a coordenação do Rev. Jaime Wright e de Dom Paulo Evaristo Arns. A

iniciativa teve três principais objetivos: evitar que os processos judiciais por crimes políticos fossem destruídos com o fim da ditadura militar, tal como ocorreu ao final do Estado Novo, obter informações sobre torturas praticadas pela repressão política e que sua divulgação cumprisse um papel educativo junto à sociedade brasileira (BNMDIGITAL, 2013).

A série de citações realizada até aqui apenas corroboraram com a afirmação de que o modo como se opera a liturgia é reflexo do período histórico – o contexto de produção – em que é realizada. Desse modo, este trabalho, que se propõem a observar as mudanças litúrgicas na IPB e procurar analisar como a igreja presbiteriana agiu diante da ditadura militar, em especial no período de 1964-1978.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos. Iniciaremos por uma análise introdutória da Igreja Presbiteriana do Brasil no ambiente protestante brasileiro, prosseguindo com uma visão geral da espiritualidade presbiteriana na sociedade brasileira. Para isso, observam-se os significados e conceitos de alguns termos específicos, além de uma breve análise gramatical, exegética e histórica, visando uma possível definição da palavra liturgia e o seu desenvolvimento bíblico e histórico.

Em seguida, trataremos do ambiente social brasileiro e seu resultado que desembocou no regime militar, elucida o protestantismo que chegou ao Brasil e como suas singularidades foram adaptadas em terras brasileiras, como a ditadura militar no Brasil ocorreu entre os anos 1964-1985, mais adiante, apresenta-se um breve relato como as denominações históricas reagiram diante do regime militar brasileiro (1964-1978). A ditadura militar no Brasil percorre entre os anos 1964-1985, contudo, a pesquisa será restrita aos anos 1964-1978, em especial a delimitação ocorre pelos seguintes motivos: início da ditadura militar (1964) e seu reflexo na sociedade brasileira, perpassando até o ambiente religioso, inclusive atingindo as igrejas protestantes; acirramento entre os fundamentalistas e os progressistas, inicialmente em torno do embate ortodoxia versus comunismo, contudo, resultante no entendimento e na perspectiva da participação da IPB nas questões sociais; a postura teológica de cunho mais conservador enaltecida na Igreja Presbiteriana do Brasil no período a referência ao tempo da liderança do pastor Boanerges Ribeiro a frente do Supremo Concílio da IPB, por três mandatos consecutivos (1966-1978), na função de presidente. Esse período foi um divisor de águas no ambiente presbiteriano, pois a situação teo-política influenciou o seio eclesiástico e como resultados houve perseguições, expurgos, delações e inúmeras pessoas marcadas

por um viés de disciplina e manutenção da ordem. Esse período 1966-1978 foi um tempo de intensidade e dramaticidade no contexto presbiteriano, também compreendido pela busca de uma chamada “manutenção administrativa” (Matos, 2009).

No terceiro capítulo faremos uma análise histórico-sociológica a partir da Igreja Presbiteriana do Brasil, em meios aos desatinos da ditadura militar. Para isso recorre-se a nomes da tradição sociológica e da história, perpassando a análise do papel simbólico religioso da Igreja Presbiteriana, isso permitirá tratar com maior nitidez as funções sociais da religião na Igreja Presbiteriana do Brasil.

No último capítulo observaremos os conflitos e dilemas da liturgia reformada na Igreja Presbiteriana do Brasil diante da ditadura militar no Brasil. Essa análise ocorre a partir do Digesto Presbiteriano, que é publicado pelo Supremo Concílio<sup>1</sup> desta igreja. Assim, identificaremos as resoluções e mudanças dentro do período supramencionado.

O Digesto Presbiteriano apresenta uma transcrição das decisões da Igreja Presbiteriana do Brasil a nível nacional, quando em períodos quadriennais a instituição faz sua reunião geral, contando com a participação de representantes da igreja nacionalmente.

Assim, a Igreja busca ouvir e trazer a tona os desafios e as perspectivas da caminhada da instituição nos diversos estados da federação. O Digesto faz um resumo da questão levantada e da resposta oficial da Igreja Presbiteriana em relação ao referido assunto. É um extrato definidor da perspectiva da IPB nos mais distintos assuntos e temas levantados por seus líderes e membros em todo o país. Essa fonte foi fundamental para relacionar as mudanças litúrgicas com as transformações sócio-políticas do período.

---

<sup>1</sup>. “**Art.95** - O Supremo Concílio é a assembléia de deputados eleitos pelos Presbitérios e o órgão de unidade de toda a Igreja Presbiteriana do Brasil, jurisdicionando igrejas e concílios, que mantém o mesmo governo, disciplina e padrão de vida” (MANUAL PRESBITERIANO, 2008, p. 38).

## **CAPÍTULO 1 – A IGREJA PRESBITERIANA NO QUADRO DO PROTESTANTISMO BRASILEIRO E SUA LITURGIA ENQUANTO MODELO DE ESPIRITUALIDADE**

O objetivo deste capítulo é apresentar um breve panorama da Igreja Presbiteriana do Brasil, passando pela sua chegada à nação brasileira, como essa instituição se organizou, quais foram seus interlocutores na propagação do evangelho, pensar na formação da liturgia reformada brasileira oriunda dos missionários protestantes que aqui desembarcaram.

Salientando o desenvolvimento do presbiterianismo em solo brasileiro, em seguida esclarecemos alguns conceitos do ambiente protestante a partir dessa ótica, sobre o significado de ser reformado, calvinista e presbiteriano. Os conceitos estabelecem uma noção intrínseca que será importante nas análises posteriores.

Por isso, a importância na definição do termo liturgia, além de conceituar rito, mito, símbolos e observar o termo culto e o louvor, após pesquisar a liturgia, passamos a elencar brevemente seu desenvolvimento na Idade Média, na Reforma Protestante, Idade Moderna e Idade Contemporânea. A ideia é que a partir da conceituação desses termos tenhamos uma melhor compreensão da análise do objeto, dentro de um contexto social, político-ideológica do mundo e do ambiente religioso.

### **1.1 Os Presbiterianos**

Os presbiterianos formam um dos principais grupos calvinistas do velho continente. Por um lado, utilizam a sistematização teológica proposta pelo reformador João Calvino (1509-1564), por outro têm em John Knox (1505?-1572), discípulo de Calvino, um papel preponderante. Conforme Reily foi este último que “reformou a igreja da Escócia, que se tornou baluarte do presbiterianismo”. Aliás, agrega a identidade presbiteriana “a Confissão de Westminster<sup>2</sup>, elaborada na Inglaterra em 1646” (REILY, 2003, p. 128).

---

<sup>2</sup>. “A Confissão de Fé de Westminster é a principal declaração doutrinária adotada oficialmente pela Igreja Presbiteriana do Brasil. Ela foi um dos documentos aprovados pela Assembleia de Westminster (1643-1649), convocada pelo Parlamento inglês” (MATOS, 2014). O concílio visava “preparar uma nova base de doutrina, uma forma de culto e um governo eclesiástico que devia servir para a Igreja do Estado” (SÍMBOLOS E FÉ, 2005, p. 9).

O presbiterianismo chegou a América do Norte por intermédio de imigrantes britânicos escoceses, irlandeses do Norte, e ingleses. Foi um irlandês chamado Francis Makemie que “organizou o primeiro presbitério em 1706, já em 1729, o Sínodo presbiteriano adotava a Confissão de Westminster” (REILY, 2003, p. 129).

A Independência Americana (1775-1783) teve uma singular participação presbiteriana por meio do Rev. John Witherspoon (1723-1794). Ele foi o único ministro a assinar a Declaração de Independência (1776), mas eram integrantes da igreja presbiteriana o “presidente, o secretário e o capelão do Congresso Continental” (REILY, 2003, p. 129).

Uma boa preparação acadêmica de seus pastores naquela época foi uma bandeira defendida pelos presbiterianos. Como fruto dessa preocupação, “os presbiterianos fundaram 49 escolas de ensino superior antes da Guerra de Secessão (1861-1865), inclusive Princeton, em Nova Jersey, e Hampden-Sydney, na Virgínia”. Entretanto, problemas internos causaram dificuldades na denominação:

Primeiro na luta “Velha Escola-Nova Escola” (na qual o partido tradicional, a Velha Escola, resistiu à crescente tendência para o avivamento e antiescravismo da Nova Escola, que também favorecia o plano de União com os Congregacionais), chegando-se à ruptura formal em 1837 (REILY, 2003, p. 129).

Aliás, a luta entre a velha escola e a nova escola, também teve muita relevância para a liturgia presbiteriana. Adiante, em virtude do debate sobre a escravidão, ocorreu uma rígida divisão entre os presbiterianos do norte e do sul dos Estados Unidos.

Daí em diante haveria duas grandes igrejas presbiterianas, a Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos da América (PCUSA), ou seja, os presbiterianos do Norte, e a Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos (PCUS), os presbiterianos do Sul. Estas duas igrejas estabeleciam notáveis missões no Brasil (REILY, 2003, p. 129).

A Velha Escola aceitava os Códigos da Igreja, os Catecismos Maior e Menor, além da Confissão de Fé de Westminster, enquanto, que a Nova Escola refletia a ênfase nas experiências que as pessoas tiveram com Deus e a ênfase na conversão. Aliás, a maioria dos missionários que desembarcaram no Brasil, refletiram inúmeros aspectos da Nova Escola.

---

## 1.2 O Presbiterianismo no Brasil

Em seu diário, Simonton, em março de 1855, registrou sua decisão de dedicar-se integralmente à igreja e à missão:

Houve um novo apelo na última noite e, considerando ser meu dever aceitá-lo, eu fui com outros, uns vinte mais ou menos. É um passo importante e estou certo de que na direção correta. Religião é, em tudo, um assunto importante, infinitamente mais importante do que os outros que nos atraem a atenção. Eu sempre acreditei e soube disso, assim como sentido também. Eu já vivi o suficiente e refleti maduramente para garantir a mim mesmo, não somente que os assuntos da eternidade têm muito maior importância do que os temporais assim como a eternidade é maior que o tempo, mas que mesmo nesta vida ser cristão constitui a mais elevada sabedoria. Tentar satisfazer uma alma imortal com as honras ou riquezas do mundo é suprema loucura. Muitas vezes, como estas reflexões ocupassem minha mente, desejei ser um cristão. Às vezes tenho decidido francamente tentar tornar-me o que eu sinto que deveria ser. Comecei a orar secretamente e a ler a Bíblia, continuando esta prática por muito tempo (*apud* HAHN, 2011, p. 174).

Simonton estudou no Seminário de Princeton e foi no seminário que após ouvir um sermão, em 14 de outubro de 1855, que foi impactado pelo desafio de proclamar as boas-novas aos pagãos e “a considerar o trabalho missionário no estrangeiro” (NASCIMENTO; MATOS, 2007, p. 49). Ele relata o que ouviu naquele sermão:

Ouvi um sermão do Dr. Hodge sobre a *tarefa* da Igreja como mestra. Ele falou sobre a absoluta necessidade de instruir os pagãos antes que o sucesso na expansão do Evangelho possa ser esperado e mostrou que qualquer... esperança de convertê-los com base na ação extraordinária do Espírito Santo pela comunicação direta da verdade não era escriturística. Este sermão me levou a pensar seriamente no campo missionário estrangeiro. O aparente pouco sucesso do trabalho missionário tem me levado à tendência de dissuadir-me de ir. Mas sinto que estou errado. Que os pagãos têm que ser convertidos está claramente revelado nas Escrituras... Estou convencido de que este é um assunto para ser levado em consideração: desde que muitos preferem ficar, *é meu dever ir* (*apud* HAHN, 2011, p. 176).

Este desafio levou Simonton, três anos depois a candidatar-se diante da “Junta de Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, citando o Brasil como o campo de sua preferência” (NASCIMENTO; MATOS, 2007, p. 49). Sua candidatura para a obra missionária em terras brasileiras “inspirou confiança a

ponto de ser incumbido do estabelecimento da Missão brasileira” (LESSA, 2010, p. 48).

Dessa maneira, em 12 de agosto de 1859, “às vésperas da guerra entre o Norte e o Sul, a PCUSA enviou seu primeiro missionário ao Brasil” (REILY, 2003, p. 129). Assim, “dois meses após sua ordenação, embarcou para o Brasil, chegando ao Rio de Janeiro em 12 de agosto de 1859, aos 26 anos de idade” (NASCIMENTO; MATOS, 2007, p. 49). O jovem pastor Ashbel Green Simonton (1833-1867), refletia “um aspecto visionário, pleno de declarações entusiastas” (LÉONARD, 2002, p. 61). Aliás, “chegou ao Rio de Janeiro como o primeiro missionário da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América” (HAHN, 2011, p. 176-177; LÉONARD, 2002, p. 26).

O Rev. Simonton veio do ramo setentrional do presbiterianismo norte-americano. E, dez anos depois, veio crescer a legião de missionários advindos do norte, os do Sul, tal como relata Adão Carlos Nascimento e Alderi Souza de Matos (2007), no excerto abaixo.

Simonton e seus companheiros eram todos da Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos (PCUSA). Em 1869 chegaram os primeiros missionários da Igreja do Sul (PCUS): George Nash Morton e Edward Lane. Eles se fixaram em Campinas, região onde havia muitas famílias norte-americanas que vieram para o Brasil após a Guerra Civil no seu país (1861-1865). Em 1870, Morton e Lane fundaram a igreja de Campinas e em 1873 o famoso, porém efêmero, Colégio Internacional (NASCIMENTO; MATOS, 2007, p. 50).

Ao chegar ao Brasil logo percebeu o tamanho do desafio que estava a sua espera:

Ignorante da língua do país teve que começar como uma espécie de capelão entre os anglo-saxões da capital, pregando a bordo de navios ou nas cidades sempre em inglês, e casando ou entretendo seus compatriotas. No ano seguinte, recebeu o auxílio de sua irmã e seu cunhado, Rev. Blackford, mas sua atividade de propaganda limitou-se à fundação de um curso de inglês e de uma pequena livraria evangélica (LÉONARD, 2002, p. 61).

Dessa forma, “gastou os dois primeiros anos aprendendo a língua e os costumes dos brasileiros; fez, também, duas demoradas viagens aos Estados Unidos que devem ser debitadas a esses oito anos” (HAHN, 2011, p. 186-187).

Se por um lado, o trabalho de Simonton foi notadamente breve, por outro lado,

Até certo ponto, a obra de Simonton foi bastante limitada, especialmente em razão da brevidade da sua estadia no Brasil. Descontados o período inicial em que aprendeu o idioma e a sua longa viagem aos Estados Unidos, seu trabalho efetivo entre os brasileiros estendeu-se por pouco mais de seis anos. Além disso, a morte prematura da sua esposa foi um duro golpe do qual ele nunca recuperou-se plenamente. Por outro lado, levando-se em conta essas limitações, foi notável tudo o que ele conseguiu realizar (MATOS, 2009).

O missionário “realizou seu primeiro culto regular no Rio de Janeiro em 19 de maio 1861. Nessa oportunidade, constituiu um diácono e dois assistentes. Nas pregações subsequentes, houve conversões” (REILY, 2003, p. 130). No ano seguinte, foi organizada com essas pessoas a primeira Igreja Presbiteriana do Brasil. “Simonton recebeu esses conversos à comunhão da Igreja, no dia 12 de Janeiro de 1862, no culto que marcou a fundação da igreja e, provavelmente, a primeira celebração da Santa Ceia” (REILY, 2003, p. 130). A seguir, “batizou seus primeiros convertidos, um comerciante vindo de Nova York e um fogueista da marinha portuguesa” (LÉONARD, 2002, p. 62).

Além disso, Simonton fundou “um jornal evangélico e um primitivo seminário que preparou quatro jovens brasileiros para servirem como pastores” (HAHN, 2011, p. 187). Alderi de Souza Matos salienta que

Ainda mais importante foi a sua última contribuição para o presbiterianismo nacional, a criação do chamado “seminário primitivo”. Desde que Calvino fundou a sua Academia de Genebra, em 1559, os reformados vinham se esforçando para proporcionar aos seus ministros uma sólida preparação acadêmica nas áreas bíblica, teológica e pastoral (MATOS, 2009).

A criação do seminário ocorreu a partir da percepção do próprio Simonton em relação ao trabalho da igreja na nação. “Simonton percebeu que a Igreja Presbiteriana do Brasil não poderia crescer e emancipar-se sem a preparação de líderes autóctones” (MATOS, 2009). Por isso,

No dia 14 de maio de 1867 tiveram início as aulas do Seminário do Rio de Janeiro, tendo como professores o próprio Simonton, seu colega Schneider e o pastor luterano Carlos Wagner. Essa modesta instituição teológica existiu por apenas três anos, mas formou os quatro primeiros pastores presbiterianos nacionais: Antonio Bandeira Trajano, Miguel Gonçalves Torres, Modesto Perestrello de Barros Carvalhosa e Antonio Pedro de Cerqueira Leite (MATOS, 2009).

A peregrinação de Simonton pelo Brasil, ainda que breve, foi algo marcante e que proporcionou uma enorme contribuição ao protestantismo. Foi um desbravador no inóspito florescer do presbiterianismo. Inclusive, proporcionando a formação de pastores nacionais, o que mais tarde resultaria em uma igreja autônoma, capaz de formar e capacitar líderes e vocacionados para o trabalho da IPB. “Curta havia sido sua peregrinação (1833-1867), de 35 anos incompletos, mas de grandes realizações como se dá com os predestinados para grandes obras” (LESSA, 2010, p. 48).

### **1.3 A Organização da IPB**

Cerca de 21 anos depois da morte de Simonton é organizado o Sínodo da Igreja Presbiteriana do Brasil (1888), que assim tornou-se autônoma, desligando-se das igrejas-mães norte-americanas. O recém-criado Sínodo “compunha-se de três presbitérios – Rio de Janeiro, Campinas-Oeste de Minas e Pernambuco – e tinha vinte missionários, doze pastores nacionais e 59 igrejas” (NASCIMENTO; MATOS, 2007, p. 51). O ato foi importante porque

Com a criação do Sínodo da Igreja Presbiteriana no Brasil, o presbiterianismo brasileiro se tornou formalmente uma Igreja nacional autônoma, situação estratégica tanto na frente à nação brasileira, às vésperas de se tornar uma República, quanto em relação às igrejas irmãs (REILY, 2003, p. 130).

Esse foi um marco na IPB, pois era o estabelecimento visível do trabalho presbiteriano no Brasil, que depois floresceria na presença da instituição nas mais distintas áreas da sociedade brasileira. É preciso recordar o notável trabalho de ambas as igrejas norte-americanas, antes do estabelecimento da IPB. A missão do norte (PCUSA) chegou primeiro ao Brasil, em 1859, entretanto, a missão do sul somente se instalou (PUCS) em 1869 (MATOS, 2009).

Os missionários da PCUS trabalharam na região da Mogiana, o oeste de Minas, o Triângulo Mineiro e o sul de Goiás. Também “foram os pioneiros presbiterianos no Nordeste e Norte do Brasil” (de Alagoas até a Amazônia). (NASCIMENTO; MATOS, 2007, p. 50-51).

O interesse educacional prevalecia tanto na missão do sul (PCUS), quanto na missão do norte (PSUSA). Na capital paulista, “o casal Chamberlain fundou em 1870 a Escola Americana, que mais tarde veio a ser o Mackenzie College, dirigido pelo educador Horace Manley Lane” (NASCIMENTO; MATOS, 2007, p. 51).

Entre os muitos missionários vindos da América do Norte e aqueles formados aqui, um se destacou pela notoriedade nos primórdios da Igreja Presbiteriana do Brasil. Trata-se do primeiro pastor presbiteriano brasileiro, Rev. José Manoel da Conceição.

Segundo Lessa (2010), José Manoel da Conceição nasceu em 1822, na cidade de São Paulo, em 1844 ingressou na carreira sacerdotal e já recebia a ordem de diácono. Tornou-se pároco em diversas cidades no estado de São Paulo. Vindo em setembro de 1964, resignar-se do encargo da paróquia. Começava ali sua caminhada rumo ao protestantismo.

A formação de pastores nacionais era o início de uma igreja autóctone:

Logo criou-se um ministério autóctone, cujo exemplo mais conhecido é o do ex-padre José Manoel da Conceição, o primeiro ministro protestante brasileiro. Estes obreiros nacionais, ao lado dos missionários, foram agentes de uma rápida expansão da obra missionária, tanto numérica como geográfica. Por essa razão, e de acordo com a política mundial que favorecia a aproximação dos diversos ramos do presbiterianismo, as duas juntas missionárias aprovaram a fusão dos esforços presbiterianos numa só Igreja Presbiteriana nacional, o que efetivamente ocorreu em 1888 (REILY, 2003, p. 130).

Aliás, a figura do ex-padre José Manoel da Conceição, chamado de “padre protestante” foi singular na expansão do trabalho presbiteriano.

Não lhe sendo possível continuar no exercício do ministério, quis abandoná-lo, tendo sido, por sua vontade, dispensado apenas de suas funções propriamente sacerdotais, após o que foi viver como simples particular, em uma pequena casa de campo nos arredores de Rio Claro (LÉONARD, 2002, p. 64-65).

O missionário Blackford ao ouvir as notícias sobre o referido padre protestante decidiu ir visitá-lo “atraído pela fama do ‘padre protestante’. Este acabou por ceder às suas exortações batizando-se na Igreja Presbiteriana do Rio em 23 de outubro de 1864” (LÉONARD, 2002, p. 65).

Assim, “em 23 de outubro de 1864, ele fez sua profissão de fé na pequena sala que servia de igreja para o trabalho presbiteriano em São Paulo. Ele tinha quarenta e dois anos de idade” (HAHN, 2011, p. 213). Assim,

Pouco depois da sua ordenação, Conceição deu início às suas famosas viagens evangelísticas, que eventualmente o levaram até Itapeva (sul de São Paulo), Brotas (oeste), Campanha (sul de Minas) e Barra do Piraí (Vale do Paraíba). Visitou as cidades e vilas onde havia sido pároco e muitas outras, plantando as sementes de futuras igrejas. O Rev. George Landes, em um folheto sobre a evangelização do Paraná, diz que certa vez Conceição visitou a vila de Castro, onde uma de suas irmãs era professora, e pregou em Ponta Grossa (MATOS, 2010).

Entretanto, isso não significou ausência de adversidades ao percorrer cidades e estados na tarefa da evangelização, pelo contrário, por onde passou, enquanto ministro protestante “sofreu perseguição de vários gêneros. Foi insultado, espancado, apedrejado. Ensinava, pregava e curava, porquanto entendia um pouco de medicina” (LESSA, 2010, p. 99).

Rev. José Manoel da Conceição “não teve igreja a seu cargo, nem campo de evangelização” (LESSA, 2010, p. 99), contudo, desbravou muitas cidades e vilas, especialmente em lugares de difícil acesso.

“De acordo com Mendonça, é no meio da população pobre e livre, bem como no ciclo do café que o protestantismo, no qual inclui-se o presbiterianismo, vai ter o seu maior crescimento” (MENDONÇA *apud* PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 73).

A obra missionária do presbiterianismo brasileiro passa pelo trabalho do Rev. José Manoel da Conceição. Apesar da saúde frágil “teve a duração de oito anos completos o seu ministério. Uma vida de abnegação no mais extremado grau. Um ministério singular como o dos apóstolos”. (LESSA, 2010, p. 99). Algumas peculiaridades vinham à tona na pessoa do Rev. José Manoel da Conceição, por exemplo, seu jeito de anunciar as boas-novas, “de mochila ao ombro, ia de lugar em lugar, de casa em casa” (LESSA, 2010, p. 99). Sem dúvida, a figura deste pastor

serviu de inspiração para muitas outras gerações dentro do presbiterianismo brasileiro.

#### 1.4 Definições de Alguns Termos Básicos

Ao falar sobre o surgimento do presbiterianismo no Brasil através do trabalho de Simonton e outros, é necessário esclarecer alguns termos próprios do movimento reformado, dentre os quais o que significa ser reformado, calvinista e presbiteriano. No ambiente protestante, três conceitos são utilizados com frequência e reflete uma parte historicamente importante da liturgia. Além disso, os conceitos estabelecem uma noção intrínseca que será importante nas análises posteriores.

Primeiro trataremos do conceito de Reformado. Matos (2009), no âmbito da igreja, afirma que o sentido da palavra Reformado, é amplo:

Além de sua acepção genérica, virtualmente sinônima de “protestante”, o vocábulo “reformado” desde o século XVI passou a ser aplicado especificamente ao segundo movimento da Reforma Protestante. A primeira expressão do protestantismo foi o movimento de Lutero, iniciado na Alemanha em 1517. Alguns anos mais tarde, surgiu na Suíça um outro movimento, possuidor de grandes afinidades com o luteranismo, mas distinto deste em vários aspectos. Tal movimento teve como líder inicial o reformador Ulrico Zuínglio, sediado em Zurique, que morreu em 1531. Poucos anos depois, o movimento passou a ser liderado por uma figura de muito maior expressão que foi o francês João Calvino, o grande reformador de Genebra. Portanto, podemos definir como “reformado” *stricto sensu* o segundo movimento da Reforma Protestante do Século XVI, surgido na Suíça, e que teve como líderes iniciais Ulrico Zuínglio (na Suíça de língua alemã) e especialmente João Calvino (na Suíça de língua francesa). Esse nome é preservado até hoje nas igrejas dessa tradição existentes no continente europeu (Igreja Reformada da França, da Suíça, da Holanda, da Hungria, da Romênia, etc.) (MATOS, 2009).

Já o termo Calvinista o autor explica que ele tem sua origem no movimento reformador liderado por Calvino.

... O maior líder e articulador inicial do movimento reformado e tendo a sua vasta obra teológica influenciada decisivamente as posições fundamentais do movimento, o seu nome ficou permanentemente associado ao sistema de teologia e governo que caracteriza as igrejas reformadas. Calvino expôs a sua reflexão bíblica e teológica especialmente na sua obra magna, a *Instituição da Religião Cristã* ou *Institutas*, e também em seus muitos comentários bíblicos, sermões, preleções e tratados. Seus seguidores desenvolveram e elaboraram com maiores detalhes o seu pensamento, sempre a partir dos pressupostos básicos propostos por ele (MATOS, 2009).

Presbiteriano, é o termo que mais utilizaremos nessa pesquisa, surgiu depois de grandes embates que determinaram a inserção do calvinismo nas Ilhas Britânicas, em especial na Escócia e na Inglaterra.

Esse termo surgiu no contexto das grandes lutas que marcaram a introdução do calvinismo nas Ilhas Britânicas, notadamente na Escócia e na Inglaterra. Os reis ingleses eram partidários de uma estrutura eclesiástica episcopal, pois uma igreja governada por bispos nomeados pela coroa seria mais facilmente controlada pelo estado. O presbiterianismo representava uma proposta revolucionária, pois preconizava uma igreja governada por presbíteros docentes e regentes, eleitos pelos fiéis e reunidos em concílios. Significava, portanto, uma igreja mais independente da interferência e do controle do estado (MATOS, 2009).

Como vimos, embora os três conceitos convirjam para uma mesma base, seu emprego não pode ser confundido. De outro modo, “todo presbiteriano é, em tese, reformado e calvinista, mas nem todo calvinista é presbiteriano”. Entretanto, encontramos alguns “grupos protestantes, como os congregacionais e alguns batistas, que subscrevem a teologia reformada, mas não adotam a forma de governo presbiteriana” (MATOS, 2009).

Em resumo, reformado e calvinista se referem mais à teologia, enquanto, que presbiteriano refere-se mais à organização eclesiástica.

Já para o conceito de culto, recorreremos à perspectiva do teólogo reformado suíço que marcou época nos ambientes reformados no Brasil, Jean-Jacques von Allmen (2005, p. 35):

O culto é, por conseguinte, a recapitulação da história da salvação, na medida em que reatualiza o passado, antecipa o futuro e glorifica o presente messiânico. É exatamente por essa razão que se pode chamar o culto de um “fenômeno escatológico”.

A esta definição, também adotada por nós neste trabalho, acrescentamos que “o culto cristão não se fundamenta numa necessidade humana, mas na vontade de Deus. É muito menos uma petição do que um ato de obediência”. Por isso, “o culto convoca a arte ao seu serviço e atribui-lhe justificação” (ALLMEN, 2005, p. 106).

Sendo assim, ao nos referirmos ao conceito de culto presbiteriano, faremos a partir da definição do Manual Presbiteriano (2008, p. 109) que diz:

**Art.7º** - O culto público é um ato religioso, através do qual o povo de Deus adora o Senhor, entrando em comunhão com Ele, fazendo-lhe confissão de pecados e buscando, pela mediação de Jesus Cristo, o perdão, a santificação da vida e o crescimento espiritual. É ocasião oportuna para proclamação da mensagem redentora do Evangelho de Cristo e para doutrinação e conagração dos crentes. **Art.8º** - O culto público consta ordinariamente de leitura da Palavra de Deus, pregação, cânticos sagrados, orações e ofertas. A ministração dos sacramentos, quando realizada no culto público, faz parte dele. **Parágrafo único** - Não se realizarão cultos em memória de pessoas falecidas.

Entretanto, outras explicações se fazem necessárias para ampliarmos nosso conhecimento sobre a expressão culto. Joachim Wach (1990), de origem alemã, criado como um luterano torna-se nos Estados Unidos da América, anglicano. Ao analisar as consequências sociológicas da expressão de culto e das práticas da vivência religiosa, salienta os resultados da atividade intelectual e o papel do culto, tanto na integralização dos indivíduos, como na expressão coletiva.

“Enquanto a atividade intelectual pode muito bem levar à diferenciação, ou até ao isolamento, de grupos ou de indivíduos no seio da comunidade mais ampla, o culto, por outro lado, forma, integra e desenvolve o grupo religioso” (WACH, 1990, p. 56).

Dessa maneira, “não é exagero concluir que o culto constitui o fator primário da integração na sociedade primitiva e como agente principal para a expressão de sua unidade” (WACH, 1990, p. 59). Segundo Wach, “num sentido mais estrito, entretanto, denominamos culto o ato ou atos do *homo religiosus*: adoração” (WACH, 1990, p. 38-39).

Outros termos importantes para a análise da liturgia merecem nossa atenção. São mito, rito e símbolo. Para conceituarmos rito, recorreremos a Croatto (2012), Cazeneuve (s/d) e Rivière (1996); para mito, Eliade (1972); e para símbolo, Rocher (1971) e Geertz (2008).

O rito é “uma *norma* que guia o desenvolvimento de uma ação sacra. O rito é uma prática periódica, de caráter social, submetida a regras precisas. É a estrutura normal das coisas, do que acontece no cosmo e na vida humana” (CROATTO, 2012, p. 330).

Embora ocorra de modo repetido, ele não ocorre de maneira desconexa tal como afirma o autor “os ritos buscam o contato com o sagrado. Sendo assim, o rito consegue essa participação com o transcendente imitando simbolicamente um gesto primordial” (CROATTO, 2012, p. 331).

O rito exerce uma função social, gerando participação daqueles que vivenciam o mesmo.

O rito é uma das expressões coletivas mais naturais do sagrado. O culto e o serviço a Deus/aos Deuses não são fato puramente mentais, mas eminentemente corporais; e, além disso, mesmo podendo ser individuais, sua forma característica é a comunitária. Portanto, sob ambos os aspectos, são essencialmente *sociais* (CROATTO, 2012, p. 343).

E porque há uma ordem ritual, alterá-la, segundo o autor, gera anomia e confusão na mensagem transmitida pelos símbolos. “A exterioridade do rito corresponde à exterioridade do sagrado. Ritos e símbolos têm apenas o sentido que lhes é atribuído pelos homens, fabricantes de mitos e ideologias” (RIVIÈRE, 1996, p. 32). Devemos compreender que

Somos nós que, através de uma exterioridade, atribuímos sentido ao sagrado: parece que, através de sua expressão verbal e ritualização, as hierofanias – que eram teofanias – tornam-se cada vez mais cratofanias (RIVIÈRE, 1996, p. 37).

Para Cazeneuve, as ciências sociais talvez tenha como função útil a de nos fazer compreender os fenômenos sociais mais correntes, ou seja, instruir nas situações mais comuns da vida em sociedade. Ao tratar sobre a temática do rito Cazeneuve diz que a ação seguida de consequências reais, entrelaçado com algo mais, é onde se dá o rito, aliás, esse mesmo rito é demonstrado por um comportamento estereotipado. Ele define:

O que é um rito? É um acto que pode ser individual ou colectivo, mas que sempre, mesmo quando é bastante flexível para comportar uma margem de improvisação, permanece fiel a certas regras que constituem precisamente o que há nele de ritual. Um gesto, uma palavra que não repetiriam qualquer coisa de um outro gesto ou de uma outra palavra ou de que nenhum elemento estaria destinado a ser repetido, poderiam adequar-se ao rigor dos actos mágicos ou religiosos, mas não de actos rituais (CAZENEUVE, s/d, p. 10).

Assim, o que diferencia o rito de outros hábitos, é a repetição que nele representa, além da tencionada eficácia. É essa repetição se dá na própria natureza ou essência do rito. Cazeneuve salienta algumas funções do rito, tais como em algumas solenidades complexas, onde o rito é representado em uma ação ou cena mitológica. Ou seja, mesmo aquele evento ritual, cercado de elementos de ritos, sejam orações, purificações, etc. Proporciona um tipo próprio do rito em si, ou seja, a atualização de um mito.

Cazeneuve salienta que os ritos religiosos muitas vezes são apresentados como comportamentos positivos e negativos. Entretanto, os ritos são carregados de atos ligados à própria vida diária (diacronia /comportamentos) e são postos no tempo histórico (sincronia/comemorativo).

Na perspectiva de Claude Rivière, “o rito solicita e regula a ação; além disso, suas operações materiais são reveladoras de operações mentais porque operamos aí com símbolos”. Ou seja, “os ritos são sistemas de sinalização a partir de códigos definidos do ponto de vista cultural” (RIVIÈRE, 1996, p. 70). Essa será a perspectiva de rito defendida por essa pesquisa.

Rivière (1996) busca considerar o rito de forma analítica. Desde o complexo de ações e representação exercidas pelo sujeito e forças sobrenaturais, que resulta na partilha dos ideais comuns; passando pela organização dos valores, frisando a participação e sentimentos nos participantes; além dos símbolos orientados, visando à interação e junção dos elementos e objetos significativos; além da comunicação, a partir de códigos comuns a cultura.

“O funcionamento dos ritos deve ser associado à sua utilidade social; sua execução é imperativa para recriar periodicamente o ser moral da sociedade” (RIVIÈRE, 1996, p. 70).

Ao citar o rito profano e o rito religioso, Rivière faz uma ressalva, ou seja, “o rito profano trabalha mais sobre as relações sociais do que o rito religioso que é mais rígido e se apoia, antes de tudo, na relação do homem com os poderes sagrados” (RIVIÈRE, 1996, p. 75).

O rito demonstra uma anulação do tempo, pois, ao criar uma coisa ou ação, fora do tempo, ele evita os riscos do caos. A estruturação do tempo diante do rito se dá pela repetição que reproduz a situação que orienta. Contudo, a ação do rito, não se esbarra na inovação, mas, é comum a observação de muitos ritos que transmitem mensagens de transformação em níveis de atitudes sociais, familiar e relacional. Tais como ritos de negociação, de passagem e esportivo. O rito profano:

Contribui para uma inserção mais apropriada do indivíduo em sua sociedade e cultura dotada de um valor expressivo que reorganiza a experiência sensível no âmago de um sistema semântico. Sua atividade é estruturante da experiência individual e social na medida em que ele é em si mesmo uma atividade bastante estruturada (RIVIÈRE, 1996, p. 81).

É típico da função do rito levar os indivíduos e as coisas, para uma comunicação mútua, entre os participantes, segundo regras estabelecidas. É possível ao rito profano uma redução de conflitos entre indivíduos ou grupos ao proporcionar uma adaptação mais estruturada ao meio social.

O folclorista europeu Arnauld Van Gennep destaca o papel social que os ritos desempenham. Assim, “associa o funcionamento dos ritos à sua utilidade social. O rito parece eficaz não pelo que exprime e significa, mas porque ele próprio opera uma mudança de forma real e não simbólica” (GENNEP *apud* RIVIÈRE, 1996, p. 43).

Em outras palavras, “o rito exprime o ritmo da vida social, da qual é o resultado. Só se reunindo é que a sociedade pode reavivar a percepção, o sentimento que tem de si mesma” (RIVIÈRE, 1996, p. 37). Mas, Rivière deixa claro que o rito pode passar por situações íngremes, pois o cerimonial atua a partir do poder, quando existe 'contrapoderes' a espreita. Daí a importância de conhecer o ambiente e as condições na execução de um rito. Porém, é fato que em muitos ritos profanos ocorrem inferências ou mesmo simulação visando “produzir nos outros uma ideia ou expectativas errôneas” (RIVIÈRE, 1996, p. 107).

Mito também é outro termo que deve ser esclarecido. Segundo Eliade, no decorrer dos séculos, ocorreu uma mudança na perspectiva de se entender o mito. Isso foi visível pelo menos no ocidente, pois havia uma designação antes do século XIX, que via o mito simplesmente como invenção ou ficção. Somente mais tarde, o mito é compreendido como uma história verdadeira e significativa por seu caráter sagrado.

O mito revela os acontecimentos pontuais, além da origem do homem, do mundo e dos seres vivos e inanimados, narra os acontecimentos por meio dos quais os seres humanos tornaram-se naquilo que hoje são, ou seja, mortais vivendo em sociedade, trabalhando e interagindo uns com os outros.

Eliade faz a seguinte definição sobre mito:

O mito conta uma história sagrada; ele retrata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do 'princípio'. Em outros termos, o mito narra como, graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição (ELIADE, 1972, p. 11).

Essa será a perspectiva de mito que norteará essa pesquisa. Vale salientar que a função do mito é fazer conhecer modelos exemplares de todos os ritos e atividade humanas – a representação mítica concede a aplicações ilimitadas (ELIADE, 1972) -, tais como educação, família, é essencial no entendimento do mito. A consideração que o mito é “uma história sagrada e, portanto, uma ‘história verdadeira’, porque sempre se refere a *realidades*” (ELIADE, 1972, p. 12).

Assim, “conhecer os mitos é aprender o segredo da origem das coisas” (ELIADE, 1972, p. 18), descobrimos como a nossa realidade veio à existência, mas também entendemos o que fazer quando essas coisas comuns à vida desaparecem do nosso convívio. Dessa maneira, ao trazer a tona um mito, estamos paralelamente reatualizando-nos.

Tratemos agora de outro termo que merece também esclarecimento. Trata-se do termo “símbolo”. Ao interagir com o mundo, o ser humano utiliza da linguagem dos símbolos, a qual reflete a irrupção do sagrado no mundo e na vida da humanidade.

Para Rocher, na diversidade dos símbolos, expressos nas sociedades, povos, grupos e atores sociais, demonstra um acerta validação do indivíduo a determinada ordem de valores. Nas palavras de Rocher (1971, p. 156) “a ação humana é social porque simbólica; o simbolismo é componente essencial e um dos principais fundamentos da ação social”.

Aliás, a ação social recebe pelo menos duas funções dos símbolos, a *comunicação*, emite e anuncia mensagens entre sujeitos e grupos, e a *participação*, desde o ambiente vivencial, seja por meio de grupos ou organizações (ROCHER, 1971). Esse sentimento de pertencer a um grupo fortalece a ação social e destaca a função do símbolo. Pois, “assegura a participação adequada dos membros, segundo a posição e o papel que cada um ocupa, para manter uma ordem social natural e a solidariedade que ela implica” (ROCHER, 1971, p. 167-168). Ambas as funções não se excluem, mas atuam integradas.

Assim, Rocher (1971) define símbolo, como uma coisa que substitui e reproduz outra coisa. Dessa forma, além do significante (objeto), significado (a coisa que substitui), a significação (relação entre objeto e aquilo que o substitui – a quem é destinado o símbolo), Rocher salienta a necessidade de um quarto elemento, a existência de um código, por meio do qual os demais elementos, cumprem aquilo para o qual foram expressos.

Em relação ao conceito de símbolo, na perspectiva fenomenológica de José Severino Croatto, “por sua etimologia (do grego *sum-ballo*, ou *sym-ballo*), o símbolo refere-se à união de duas coisas” (CROATTO, 2012, p. 84). Essa será a perspectiva de símbolo enaltecida por essa pesquisa.

O dia-a-dia é um constante lidar com símbolos, desde símbolos de reconhecimento na sociedade, perpassando pelo vestuário, profissão, cargo que exerce, e nessa interação contínua com o simbolismo, os indivíduos reforçam e corroboram inúmeras vezes para aperfeiçoá-lo. Mas o símbolo religioso atua de maneira diferente dos demais símbolos, pois, ele ligar o ser humano a um lugar sobrenatural (ROCHER, 1971). Entrementes,

Os símbolos servem para ligar os actores sociais entre si, por intermédio dos diversos meios de comunicação que põem ao seu serviço; servem igualmente para ligar os modelos aos valores, de que a expressão mais concreta e mais diretamente observável; por último, os símbolos recriam incessantemente a participação e a identificação das pessoas e dos grupos às colectividades e estabelecem constantemente as solidariedades necessárias à vida social. (ROCHER, 1971, p. 181).

Para Geertz símbolo “é usado para qualquer objeto, ato, acontecimento, qualidade ou relação que serve como vínculo a uma concepção - a concepção é o ‘significado’ do símbolo” (GEERTZ, 2008, p. 68).

Os símbolos expressam o ambiente *modus operandi* da sociedade, ao mesmo tempo, proporciona uma indução do fiel na absorção e execução prática “a um certo conjunto distinto de disposições (tendências, capacidades, propensões, habilidade, hábitos, compromissos, inclinações) que emprestam um carácter crônico ao fluxo de sua atividade e à qualidade da sua experiência” (GEERTZ, 2008, p. 70).

Outro termo que definiremos no trabalho, é o significado do conceito liturgia, aliás, termo essencial nessa pesquisa. Conceituaremos liturgia a partir da perspectiva de Mckim (1998), Shedd (1987), Agamben (2013) e Rivière (1996).

Ao ressaltar a expressão litúrgica do símbolo e seus ritos, devemos entender que

*Leitourgia*, um serviço público: - em Atenas, uma liturgia, isto é, um pesado serviço ou encargo, que os cidadãos mais ricos desempenhavam as suas próprias expensas, cada um por sua vez, mas também de forma voluntária ou por decreto (WOLTERSTORFF *apud* MCKIM, 1998, p. 234).

Shedd ressalta um detalhe importante: “cidadãos com renda acima de um nível estipulado eram obrigados a gastar seus próprios recursos em serviço religioso” (SHEDD, 1987, p. 20). E acrescenta, “também um ateniense rico podia cumprir tais obrigações voluntariamente, por um motivo patriótico e religioso ou à procura de reconhecimento” (SHEDD, 1987, p. 20).

Giorgio Agamben (2013, p. 13) salienta “*Leitorugia* (de *laos*, povo, e *ergon*, obra) significa ‘obra pública’”. Prestar uma liturgia na visão de Agamben envolvia uma tarefa árdua:

Embora a prestação das liturgias pudesse ser extremamente onerosa (o verbo *kataleitourgeō* significava “arruinar-se em liturgia”) e houvesse cidadãos (chamados assim *diadrasipolitai* “cidadãos latentes”) que buscavam com todos os meios subtrair-se dela, o cumprimento das liturgias era visto como um modo de proporcionar honra e reputação para si, de maneira que muitos (o caso exemplar é aquele, referente a Lísia, de um cidadão que em nove anos gastou com as liturgias mais de 20 mil dracmas) não hesitavam em renunciar ao direito de não prestar a liturgia por dois anos consecutivos (AGAMBEN, 2003, p. 14-15).

Opinião semelhante possui Claude Rivière:

Antes de designar a ordem das cerimônias e das orações que compõem o serviço, a palavra liturgia (*leitourgía*, de *letos* = público e *érgon* = obra) significou, em Atenas, um serviço público oneroso, prestado em favor do povo, pelas classes mais ricas da cidade (RIVIÈRE, 1996, p. 30).

Ao observar a contextualização do rito litúrgico, percebe-se que “o rito refaz o contínuo da vida com o descontínuo do pensamento, a partir das oposições encadeamento/interrupção, imediato/diferido” (RIVIÈRE, 1996, p. 58).

A repetição de um rito apresenta aspectos paradoxais no fazer litúrgico. “A repetição pode ter aspectos positivos: é um recomeço, uma mesma coisa, embora indefinidamente nova, assim como aspectos negativos quando a liturgia leva a melhor sobre o rito, quando a palavra é oca e há fuga no sentido” (RIVIÈRE, 1996, p. 58). Assim, o rito litúrgico executa e orienta os participantes no exercício do serviço divino, proporcionando significado e coesão ao grupo.

Na próxima seção elucidaremos, por meio da história, a postura da IPB no período do regime militar e, a partir das nuances daquele momento, elucubraremos o fazer litúrgico. Observamos que a liturgia na IPB também reflete um modelo de espiritualidade.

## 1.5 Breve História da Liturgia Cristã

É evidente que a comunidade cristã foi influenciada pelo estilo de culto da sinagoga, pondo ênfase no ensino da Palavra e na oração. O ensino chegou a ser sua maior característica na medida em que se criava uma separação entre aqueles judeus “ciumentos da lei”, que continuavam com os costumes da lei, dos que se “convertiam” de coração a Cristo (Atos 21.20-21). É, de qualquer forma, bem claro que a adoração dos primeiros cristãos estava baseada nos fundamentos dos escritos do Antigo Testamento.

Na epístola aos Hebreus, é mostrada com maior clareza a continuidade entre a adoração de Israel e a própria adoração cristã; embora também se demonstre claramente que o antigo está bem contrastado com o cumprimento do plano de redenção de Cristo, por sua morte e ressurreição. Aqueles elementos da adoração na sinagoga que não refletiam a Cristo como o Filho de Deus e único e suficiente Salvador, foram tirados.

Considerando sobre o sentido de liturgia, Costa (2004, p. 33-34) escreve:

A definição que normalmente encontramos nas igrejas, é que a liturgia é o ‘programa’ ou ‘roteiro’ do culto, o qual, por vezes - conforme esta compreensão -, torna o culto ‘frio’, ‘sem liberdade de expressão’, ‘sem liberdade para a ação do Espírito Santo’, etc. Observo também, que muitas vezes o termo ‘liturgia’ é utilizado com forte conotação pejorativa, como sinônimo da pretensão humana de domesticar previamente o Espírito. No entanto, considerando o assunto bíblica e teologicamente, percebemos que as conotações mencionadas acima são injustas, resultantes por certo, de uma compreensão equivocada do sentido da liturgia. A liturgia é o serviço religioso de adoração ao Deus Triúno. Portanto, não pode haver culto sem liturgia; nem liturgia sem culto, pois, culto é serviço religioso e serviço religioso é liturgia. Logo, *culto é liturgia!*. Deste modo, não devemos falar, como acontece com tanta frequência, de ‘liturgia do culto’, isso é um exercício tautológico obviamente desnecessário e, pior, empobrecedor do significado do culto. A liturgia é a manifestação pública responsiva do povo de Deus que anela pelo reencontro do terrenal com o Divino, do contingente com o Absoluto, do temporal com o Eterno: do homem pecador com o Deus Santo e Glorioso. Um dos mistérios do culto é que este encontro é de valor infinitamente qualitativo: Deus vem ao nosso encontro com a Sua Palavra e este encontro tem um sentido que ultrapassa a barreira do tempo, pois, a qualidade, o significado desse diálogo santo e sublime, não pode ser medido no tempo; no entanto, tal encontro só dá num momento qualitativamente finito. Quando Deus fala - e Ele sempre o faz através da Sua Palavra -, a categoria tempo não serve de parâmetro para este acontecimento, pois, este ato é regido pelo atemporal: pelo Eterno!

## 1.6 A Liturgia na Idade Média

Quando os historiadores comentam o culto nos séculos II e III da era cristã, observam que a atmosfera que os cristãos respiravam estava carregada das influências advindas das religiões de mistério. A Igreja cristã assumira a vanguarda, ela, mesmo perseguida, modelava dentro do seu âmbito a cultura pagã prevalecente.

No terceiro século, a Igreja parece arrefecer um pouco a sua solidez teológica e ética adaptando-se aos poucos aos costumes pagãos. O sincretismo religioso prevalecente se devia a uma tendência natural da época, a qual carregava consigo uma herança de vários séculos, de adaptações sincréticas na forma cültica e também, devido ao intenso crescimento da Igreja através da conversão de muitos pagãos, especialmente no início do 3º século!

Neste período “a Ceia do Senhor ocupava o lugar central no pensamento do fiel e na ordem da liturgia” (CAIRNS, 1984, p. 130). Segundo Nichols (2000, p. 87) o resultado de tal sincretismo culminou no alinhar a prática religiosa ao medo. “A crença do povo era de medo, como nas religiões pagãs que o Cristianismo destronara”. O medo era um aspecto presente e visível na expressão religiosa. Aliás,

O Cristianismo de quase todo o povo da Idade Média era essencialmente a religião do medo. A Igreja mantinha seus filhos em submissão, conservando bem vivo, em todas as pessoas, o medo do seu poder sobre a vida aqui e no além-túmulo. O Deus, por ela apresentado, era um Deus de juízo inexorável, cuja ira contra o pecado só podia ser aplacada pela conformidade aos mandamentos dessa Igreja, à qual Deus dera, como se ensinava, pela e absoluta autoridade (NICHOLS, 2000, p. 130).

Em virtude dessa cosmovisão, “a religião do povo não passava de um Cristianismo bastante aviltado, totalmente paganizado” (NICHOLS, 2000, p. 131).

Considerando a igreja cristã a partir do 4º século, verifica-se que, com a expansão missionária, o latim tornou-se a língua oficial na adoração, visto que passou-se a considerar as línguas nativas dos povos conquistados pelo Império Romano vulgares para o serviço religioso. Isso tornou a adoração praticamente incompreensível para alguns e totalmente ininteligível para outros. Em 330, Constantino inaugurou a cidade de Constantinopla transferindo a capital de Roma para a nova cidade. O Cristianismo tornara-se popular, sendo seus cultos muito concorridos.

Aos poucos os novos convertidos tendiam a transferir a Deus, aos apóstolos e aos mártires, parte da reverência dos antigos cultos prestados a poderes miraculosos que atribuíam aos seus antigos deuses pagãos. Daí foi apenas um passo para que os apóstolos, os anjos e Maria passassem a ser adorados.

O reflexo dessa transferência estendeu-se até a Idade Média com “[...] o culto dos santos, que dominou inteiramente a religião popular” (NICHOLS, 2000, p. 119). Enfim, o culto cristão pouco a pouco se paganizara.

Segundo Nichols, essa paganização fora reforçada na Idade Média pela falta de conhecimento e recursos escassos de sobrevivência:

O povo, em decorrência da ignorância e da sobrevivência de certos hábitos mentais pagãos, recebia e entendia a parte exterior e supersticiosa da forma de Cristianismo que se lhe apresentava, mas não percebia o sentido espiritual do culto. O fundamento da religião, para eles era essa parte exterior, de caráter impressionante, que viam no culto (NICHOLS, 2000, p. 131).

### **1.6.1 A Liturgia na Reforma Protestante**

Em reação a esse paganismo, os reformadores procuraram resgatar o sentido litúrgico correlacionado à vida e a doutrina. Desta forma rejeitaram a missa romana, pois entendiam que a mesma era um ataque à sã doutrina, ou seja, uma falsa liturgia, a qual conduzia “à corrupção de vida” (GODFREY *apud* BOICE; SASSE, 1999, p. 157).

Lutero e Calvino apontavam a necessidade de um culto distante das peripécias pagãs. Aliás, ambos os reformadores, salientaram a liturgia enquanto parte fundamental para a Reforma protestante. Lutero defendia que uma liturgia bíblica era necessária para um culto verdadeiro por parte das pessoas. Enquanto, “para Calvino, a doutrina da salvação, o culto com os sacramentos puros e a vida da igreja foram essenciais para a reforma do Cristianismo” (GODFREY *apud* BOICE; SASSE, 1999, p. 157).

Expressão dessa preocupação dos reformadores pode ser encontrada através da comunicação verbal e impressa, tanto por meio de “livro de orações, hinário ou boletim” (WEBBER *apud* BASDEN, 2006, p. 182), os quais refletem um teor doutrinário e um modelo de vida, expressão do cuidado cristão diante de uma falsa espiritualidade.

Essa preocupação da Reforma continuou existindo entre os protestantes ortodoxos. Por exemplo, os puritanos do século 17 produziram, na Confissão de Fé de Westminster, um grande sumário de doutrina. Mas essa assembleia também preparou tanto um Saltério para se cantar o louvor de Deus como um diretório para servir de guia ao culto público. A Assembleia de Westminster também mostrou seu interesse na vida cristã fiel com sua exposição detalhada dos dez Mandamentos, que ela pôs como parte de seu Catecismo Maior (GODFREY *apud* BOICE; SASSE, 1999, p. 157).

A liturgia deve à Reforma a participação do povo na execução litúrgica porque antes apenas os sacerdotes católicos realizavam e conduziam todos os elementos do culto; agora, os reformadores propuseram um serviço divino com maior participação pelos indivíduos participantes dos cultos (MCKIM, 1998). Dessa maneira, as pessoas oram, entoam cânticos sacros e escutam atentamente a palavra por meio da pregação, visando transmiti-la a outros semelhantes.

Assim, a liturgia torna-se parte integrante de toda a vida e não apenas de um momento específico de uma reunião religiosa. “A fé envolve a verdade de Deus (doutrina), encontro com Deus (culto) e servir a Deus (vida)” (GODFREY *apud* BOICE; SASSE, 1999, p. 155).

Esse movimento resgatou o princípio do livre-exame do culto a partir das Escrituras o que isso redundou em uma liturgia norteada de beleza, espiritualidade salutar, com forte expressão na razão e reflexão dos participantes diante dos ofícios de piedade.

Em suma, a liturgia oriunda da Reforma é enfática “na centralidade da Palavra” (WEBBER *apud* BASDEN, 2006, p. 182) e no “maior reavivamento da pregação na história da Igreja cristã” (MCKIM *apud* MCKIM, 1998, p. 266).

### **1.6.2 A Liturgia na Idade Moderna**

O culto passou por significativas alterações nesse período em especial na luta contínua “para preservar a sã doutrina na sua defesa da inerrância das Escrituras” (BOICE; SASSE, 1999, p. 155). Aliás, nem mesmo a busca pela solidez confessional foi capaz de isentar a liturgia reformada de críticas, tais como formalismo, inércia da igreja, engessamento no debate da vida, etc.

Se por um lado, “a variedade já é característica antiga dos evangélicos na prática do culto, desde a liturgia formalista anglicana até o loucamente carismático”; Por outro, a idade moderna trouxe a tona inúmeros embates “entre o liberalismo e o

fundamentalismo” (BOICE; SASSE, 1999, p. 157). E isso resultou na praticidade litúrgica norteadas por discussões teológicas.

“As gerações seguintes à Reforma trouxeram consigo um forte movimento anti-litúrgico, que retirou tudo do culto, exceto a leitura da Escritura e o simbolismo” (MCKIM, 1998, p. 270). Esse modelo foi adotado tanto na Inglaterra, como influenciou também a Escócia. Com o Iluminismo, emergiu uma “uma nova ênfase na liturgia” (MCKIM, 1998, p. 270). Na perspectiva de McKim mesmo em meio a tantas transformações e desafios, era perceptível uma via de esperança:

Apesar das mudanças, a tradição reformada procurou manter uma elevada consideração pelos materiais bíblicos, uma reverência respeitosa para com os sacramentos e uma vida pessoal cheia de responsabilidade diante de Deus (MCKIM *apud* MCKIM, 1998, p. 270).

### 1.6.3 A Liturgia na Idade Contemporânea

É fato que a liturgia refletiu as práticas anti-litúrgicas em detrimento do culto norteadas pelas raízes reformadas, aliás, resultante de mudanças propostas pelos movimentos do pietismo, evangelicalismo e carismático.

A liturgia contemporânea tem uma característica própria, ou seja, acrescentar novos elementos na liturgia e essas novidades desempenham novos papéis continuamente.

Os hinos substituíram os salmos e as orações extemporâneas tomaram o lugar das escritas. Em alguns contextos, a oração do Senhor caiu em um quase completo desuso, enquanto o sermão e a Escritura foram desvalorizados (MCKIM *apud* MCKIM, 1998, p. 271).

Isso resultou em uma liturgia confusa, sem nexos, refém aos desejos e elucubrações humanas, logo, o lugar da centralidade da palavra foi abdicado em troca do frenesi religioso. Em suma, a liturgia contemporânea retrocedeu diante das bandeiras defendidas pela Reforma e se assemelhou ao sincretismo religioso da Idade Média.

O ápice dos novos elementos inseridos na liturgia perpassam desde danças, encenações de dramas, humor, forte apelo aos recursos visuais, além de uma variedade de atividades de cunho pentecostal, risos espirituais, sessão de curas,

descarrego e libertação. Logo, a influência pentecostal e a luta contra o pentecostalismo tornou-se perceptível na liturgia presbiteriana.

Ocorre uma acentuada diminuição na leitura de textos bíblicos, uma redução no tempo dedicado às orações, ao mesmo tempo, a ênfase na exposição das Escrituras marca central da Reforma protestante, parece ter sido abolida.

Dessa maneira, “grande parte da ênfase no culto foi dirigida ao indivíduo e a uma experiência de conversão. O reavivamento floresceu e a educação declinou” (MCKIM, 1998, p. 271). Razão pela qual,

É mais provável os sermões serem psicológicos em lugar de teológicos ou expositivos. Como cuidar do estresse ou do tempo ou do dinheiro parece estar entre as questões espirituais mais prementes da época (BOICE; SASSE, 1999, p. 159).

A liturgia contemporânea soa por intermédio de enormes transformações musicais. Os instrumentos da contemporaneidade com seus ritmos, estilos e músicas começaram a ser incorporados no culto. A começar por instrumentos passando pelos ritmos da cultura popular. Música clássica e os hinos tradicionais deram lugar a cânticos de louvor em estilos que variam do *rock* ou *pop* ao *country* e sertanejo cristão. Se anteriormente a música da igreja refletia um “importante diálogo entre Deus e o seu povo, em muitas igrejas a música tornou-se a alma do culto” (BOICE; SASSE, 1999, p. 159).

Assim, se a ceia e o batismo, sacramentos reconhecidos na história das igrejas protestantes, podem ser abdicados ou enxertados de simbolismos desnecessários na perspectiva da liturgia contemporânea, paralelamente, a música para alguns ambientes religiosos contemporâneos exerce um papel de sacramento, anunciando a função de

Intermediária, a presença e experiência de Deus, estabelecendo um elo místico entre Deus e o adorador. Com os olhos fechados e as mãos ao ar, os participantes repetem frases que se tornam mantras cristãos (BOICE; SASSE, 1999, p. 159).

#### **1.6.4 A Criação da Liturgia Reformada Brasileira**

Carl Joseph Hahn coloca um pressuposto que adotamos: “o culto, e mesmo a própria teologia, da qual as normas do culto deveriam surgir, são afetados pelo meio geográfico, racial, social e político sepultado” (2011, p. 31). Semelhantemente, “... o calvinismo foi não menos influenciado na sua têmpera e teologia pelo caráter

nacional e pelos interesses da classe econômica especialmente atraída por ele” (NIEBUHR *apud* HAHN, 2011, p. 32).

Essa afirmação parte do pressuposto de que o *modus operandi* de um povo reflete um quadro importante dos hábitos, costumes, crenças e cosmovisão daquelas pessoas,

Por detrás de muitas divergências de formas e doutrinas estão fatores geográficos, raciais, sociais e políticos que fazem com que uma interpretação pareça mais razoável do que outra dentro de determinado cenário. As comunidades evangélicas do Brasil devem ser vistas e julgadas de dentro de sua própria terra e do meio de seu próprio povo (HAHN, 2011, p. 32).

Na perspectiva de Hahn (2011), a contribuição significativa de Simonton em relação ao culto,

Foi provavelmente a de *imbuir em seus convertidos e cooperadores o senso do dever de levar a cabo a comissão missionária e escrever um novo e glorioso capítulo da história*. Suas energias foram dirigidas para o planejamento e início do trabalho; o que foi feito para a sua consolidação no trabalho presbiteriano sob a liderança de seu cunhado e companheiro de missão Alexander Latimer Blackford (HAHN, 2011, p. 187).

Simonton não produziu um padrão de culto específico, mas, adotou e certamente fez uso do livro de oração comum, cedido por algum colega da missão.

Simonton não trouxe um Livro de Ordem Presbiteriano, aliás, naquela época a Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos não tinha nenhum livro desse tipo. A ideia mais provável é que Fletcher tenha induzido Simonton ao uso da liturgia episcopal – O LIVRO DE ORAÇÃO COMUM – repetidamente usado por Simonton nos começos do seu ministério, quando ele não tinha música nem cântico para acompanhar seus sermões, e com o qual ele foi sepultado (HAHN, 2011, p. 172-173).

Simonton utilizou os recursos que estavam a sua disposição, sua atitude faz-nos lembrar da ação dos reformadores, os quais “dentro dos limites de seu tempo, foram até muito sensíveis. As questões culturais tais como folclore, língua, ritmos, não foram entendidas como uma questão formal” (FERNANDES, 2003, p. 9). Mas, “significa que o *modo* de expressar-se no culto pode assumir os contornos culturais, desde que não abandone o fundamento bíblico formal do culto” (FERNANDES, 2003, p. 9).

A expressão é parte da humanidade nas distintas áreas e situações do cotidiano. “O ser humano guarda estruturas próprias de expressão. Tudo aquilo que o homem faz e expressa chama-se **cultura**. Um dos modos de expressar-se culturalmente é a arte” (FERNANDES, 2003, p. 9). Dessa maneira, a liturgia demonstra o atuar do indivíduo em sociedade.

Cada lugar, cada local, tem uma expressão cultural diferente e, estas diferenças, marcam o modo de ser de cada povo. A cultura é sempre regional. Qualquer tentativa de impor-se um modelo artístico onde ele não expressa o ser dos que cultuam, o que haverá é um logro, uma mentira, uma irracionalidade, um modo alienado, equivocado e inaceitável de expressar-se (FERNANDES, 2003, p. 9).

Neste capítulo, apresentamos um quadro cronológico dos reflexos do contexto sócio-político-histórico no *modus operandi* da liturgia, na Europa, berço do protestantismo e no Brasil, objeto de nosso estudo. Assim, buscamos apresentar a chegada do presbiterianismo ao Brasil, por meio da vida do Rev. Ashbel Green Simonton, o florescer e o estabelecimento da IPB enquanto igreja autônoma e sem dependência das precursoras igrejas norte-americanas, o fruto do trabalho presbiteriano em terras brasileiras, a exemplo, dos primeiros pastores nacionais, passando pela definição de alguns termos importantes no ambiente protestante, trazendo a tona também conceitos sociológicos tais como rito, mito, símbolo, e a contribuição da compreensão dos mesmos diante do exercício litúrgico, definimos a liturgia e o seu papel na Idade Média, a Reforma Protestante, a Idade Moderna e a Idade Contemporânea, chegando à liturgia reformada brasileira.

Quais os desafios que a Igreja Presbiteriana encontrou diante das intempéries do período da ditadura militar brasileira? Qual foi a postura da IPB? Aliás, outras denominações também foram alvo da influência do regime ditatorial estabelecido no Brasil, é o que será observado no segundo capítulo.

## **CAPÍTULO 2 – BREVE ANÁLISE DO AMBIENTE SOCIAL NA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR (1962-1978)**

Neste capítulo, apresentaremos os reflexos do Golpe Militar de 1964 na atuação da Igreja Presbiteriana do Brasil. Para tanto, traçaremos um quadro do ambiente religioso brasileiro naquela época, perpassando pela Igreja Católica e por algumas instituições de cunho protestante, em especial o da Igreja Presbiteriana do Brasil, da Igreja Metodista e da Igreja Batista.

Pretendemos com esse estudo, descobrir qual a postura adotada por essas denominações diante das atrocidades próprias do ambiente ditatorial e quais foram os agentes utilizados pelas referidas igrejas diante ou em prol das forças ditatoriais. A perspectiva histórica da sociedade brasileira será norteadada a partir da ótica de Boris Fausto, Thomas E. Skidmore e Carlos Fico. Para o aspecto teológico, mencionamos o papel de Richard Shaull enquanto, criador de uma teologia política brasileira.

### **2.1 Breve Análise da Nação Brasileira Diante da Ditadura Militar**

“A década de 1960 foi período de rupturas, de contestação” (SCHMIDT, 2014, p. 22). O autoritarismo dos regimes ditatoriais em especial na cortina de ferro, liderada pela antiga União Soviética era o alvo da juventude dos países comunistas.

Os protestos, por exemplo, contra a cultura, frente as universidade, questionando a ciência enquanto máquina a serviço do poder foram o arquétipo dos movimentos estudantis que emergiram nesse período.

Os embates dos cidadãos nas ruas acarretavam em confrontos com a polícia, que revidava com força desproporcional. O autoritarismo e a repressão, logo tornaram-se o centro das críticas e dos movimentos contrários aos regimes estabelecidos.

E isso logo espalhou-se pelo mundo. Se a guerra do Vietnã foi alvo de protestos contra a Alemanha, nos Estados Unidos ocorreu a luta dos negros contra o segregação racial e em prol dos direitos civis, na França tivemos a chamada Revolta de Maio de 68, marcado por inúmeros incidentes, fechamento de universidade,

confrontos entre estudantes e a força armada da polícia, imprensa paralisada e caos generalizado no país.

Um dos ícones dos protestos na França tentou resumir aquele momento no mundo:

Em 1968 o planeta todo pegou fogo. Foi como se uma palavra de ordem universal tivesse sido dada. Em Paris, Roma, Berlim ou Turim, a calçada e o paralelepípedo tornaram-se símbolos de uma geração revoltada (BENDIT *apud* SCHMIDT, 2014, p. 22).

Com a revolução cubana e a queda do até então líder do país Fulgêncio Batista, Fidel Castro assume o poder por meio de um movimento popular, implantando assim o sistema socialista em Cuba. Inclusive, esse movimento servirá de modelo para diversos outros movimentos e regimes militares na América Latina (SCHMIDT, 2014). No Brasil o movimento de desenvolvimento nacional e consequente golpe militar de 1964 foram antecidos por uma revolução oriunda das mais distintas nações ao redor do mundo.

Pensar no período do regime militar brasileiro é trazer a tona um momento importante da história, a fase singular de repressão que acarretou em inúmeras mortes, atentados, sequestros de inocentes ou mesmo autoridades. Esse lado obscuro resquício da ditadura militar perpassa até hoje na mente da maioria da população brasileira vivendo em plena sociedade democrática (FICO, 1998).

Não podemos negar as transformações econômicas contrastantes pelas quais o Brasil passou, tanto pelas indústrias existentes aqui, como pelo sacrifício da população pobre, vítimas do assim denominado “arrocho salarial” (FICO, 1998, p. 5) e uma considerável dívida externa oriunda de empréstimos executados pelos militares para sanar gastos realizados.

A educação do quartel era tida em grande consideração pelos militares, ou seja, consideravam-se os melhores patriotas, amigos da verdadeira moral e conhecedores eficazes da realidade brasileira. Os militares sabiam que os políticos brasileiros viviam em torno de discursos demagógicos, votos por meio de favores e trocas, sempre na tentativa de compensar a falta de conhecimento prático da nação (FAUSTO, 2013; FICO, 1998).

A verdade é que os militares do nosso país sempre se sentiam como os melhores brasileiros em termos de patriotismo, de conhecimento técnico da realidade nacional e correção moral. Isso quer dizer o seguinte: para boa parte dos militares, os brasileiros civis e, especialmente, os políticos brasileiros, conheciam mal o Brasil, não sabiam quais as melhores soluções para nossos problemas e, além de tudo, eram demagógicos, trocavam votos por favores nas épocas de eleições e faziam promessas que não podiam cumprir, em resumo “cuidavam mais de seus interesses pessoais do que do benefício de toda a sociedade” (FICO, 1998, p. 6).

Todavia,

No Brasil, nunca tivemos uma tradição democrática realmente forte. Na “República Velha” – período que vai da Proclamação da República (1889) até a Revolução de 1930 – a situação era muito ruim: o voto não era secreto, os eleitores eram pressionados pelos chefes políticos, e votos falsos eram computados (votos de pessoas mortas, por exemplo) (FICO, 1998, p. 7).

Dessa maneira, em 1930, os interventores federais substituíram os governadores, uma vez que o Congresso Nacional foi fechado. Sete anos depois, o poder legislativo foi impossibilitado de funcionar, isso já no Estado Novo de Getúlio Vargas. Após sua queda, seguiram-se as duas décadas de democracia relativamente instável, com o suicídio de um presidente em exercício e a renúncia de outro.

Um dos agentes de motivação para a realização do golpe militar foi à luta pelo inimigo denominado comunismo. Na filosofia comunista extinguiria a distinção entre ricos e pobres, eliminaríamos a propriedade privada, logo os próprios trabalhadores seriam os chefes do poder. Ao mesmo tempo, os militares alegaram o distanciamento tanto da sociedade quanto dos governantes brasileiros para lidar com esse poderoso inimigo, pois os mesmos políticos estavam submersos na corrupção. “Foi com essas propostas (lutar contra o comunismo e a corrupção) que assumiram o poder, passando a controlar a vida brasileira por mais de vinte anos” (FICO, 1998, p. 7).

Em 1961, a esperança do povo brasileiro renascia, com a eleição direta para a presidência da república de Jânio Quadros. Entretanto, meses depois Jânio idealizou uma das cenas mais assombrosas no país, por meio de uma carta ele renunciou ao cargo, alegando que “forças terríveis” causaram essa decisão. Posteriormente historiadores concluiriam que a motivação da renúncia de Jânio pairava pelo desejo de que as forças armadas permitissem uma abertura maior de poderes para que ele pudesse exercitar o governo, um biotipo de uma “espécie de golpe” (FICO, 1998, p. 8-9), como nada aconteceu, nem mesmo algum apelo do povo nas ruas.

Dessa forma, assumiu a presidência da república, João Goulart, ou “Jango” como era conhecido. Contudo, a chegada de Jango era vista com ressalva pelos militares, pois era considerado um político que saciaria o interesse da classe dos trabalhadores, ou seja, um governante de esquerda e que poderia induzir o país ao comunismo. “Os setores militares viam nele a encarnação da República sindicalista e a brecha por pela qual os comunistas chegariam ao poder” (FAUSTO, 2013, p. 376).

Neste ínterim, a situação econômica da nação brasileira enfraquecia continuamente gerando pressão e complicações sociais. Isso serviu de motivação ao golpe de 1964. “Nos meios militares, cresceu a conspiração contra Jango, fortalecida pelos partidários de uma “intervenção defensiva” contra os excessos governamentais” (FAUSTO, 2013, p. 389). Os militares ansiavam tirar João Goulart da presidência da República em questão de tempo, mesmo que isso acarretasse em uma quebra de hierarquia, pois “o presidente da República é o chefe de todos os militares” (FICO, 1998, p. 15).

A derrocada do governo de João Goulart estava próxima, “a resolução dos conflitos pela via democrática foi sendo descartada como impossível ou desprezível por todos os atores políticos” (FAUSTO, 2013, p. 390).

Os militares não eram uníssonos nas mesmas ideias e formas de atuações, havia pelo menos duas tendências políticas entre os líderes militares. Os intelectualizados, com proposta de atuação moderada, tendo como líder principal o general Castelo Branco e os chamados “membros da *linha dura*” (SKIDMORE, 1988,

p. 47). Estes desejavam a ação prática urgentemente, liderados pelo general Costa e Silva.

Afirma Boris Fausto que “a direita ganhou os conservadores moderados por sua tese: só uma revolução purificaria a democracia, pondo fim à luta de classes, ao poder dos sindicatos e aos perigos do comunismo” (FAUSTO, 2013, p. 390).

O propulsor do golpe militar foi o general Mourão Filho, até então comandante da “4ª Região Militar na cidade de Juiz de Fora-MG” (FICO, 1998, p. 15). O qual,

*Resolveu desencadear o movimento, sem esperar pela data combinada com os outros militares (a rebelião estava prevista para alguns dias depois). Era a madrugada do dia 31 de março. Com o apoio do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, Mourão Filho deslocou seus homens em direção ao Rio de Janeiro. Teve início o golpe (FICO, 1998, p. 15).*

O presidente João Goulart não insurgiu, mas decidiu viajar a cidade de Brasília. “Dia 1º de abril, o presidente do Congresso Nacional declarou que a presidência da República estava vaga” (FICO, 1998, p. 16). Com respaldo na Constituição, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli governou temporariamente a República:

*A constituição especificava que se a presidência vacasse o próximo a ocupa-la seria o presidente da Câmara dos Deputados (Ranieri Mazzilli) por um prazo máximo de 30 dias, enquanto o congresso tratava de eleger um novo chefe de governo. Neste ponto a Constituição foi observada: Mazzilli tornou-se presidente em exercício (SKIDMORE, 1888, p. 46).*

Porém, a sucessão presidencial estava nas mãos dos militares e nos bastidores já estava sendo articulada. “Por votação indireta do Congresso Nacional, no dia “15 de abril de 1964, o General Castelo Branco foi declarado presidente da República pelo Congresso Nacional” (FICO, 1998, p. 16). O governo de Castelo Branco foi o momento de arrumar a casa e ao mesmo tempo da tentativa de institucionalizar-se:

*O movimento de 31 de março de 1964 tinha sido lançado aparentemente para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar e democracia, mas o novo regime começou a mudar as instituições do país através de decretos, chamados de Atos Institucionais (AI) (FAUSTO, 2013, p. 397).*

Começa uma série de atos constitucionais – sigla AI - executados pelos militares do poder. Tais atos “eram justificados como decorrência ‘do exercício do

Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções” (FAUSTO, 2013, p. 397). No entanto,

Por meio de Atos Institucionais, reprimiu organizações camponesas, aboliu partidos políticos, extinguiu sindicatos, cassou mandatos de vários deputados, sob o pretexto de que era preciso restabelecer a ordem social e banir a ameaça comunista (MIKLOS, 2013, p. 35).

Na eleição para governadores no ano de 1965, sendo eleitos alguns candidatos de linha oposicionista, os militares da chamada linha dura demonstraram descontentamento e pressionaram o presidente Castelo Branco a agir com maior rigor, fruto de tal pressão resultaram medidas proibitivas e isso por meio de “novos Atos Institucionais, conhecidos pelas siglas AI-2, AI-3 e AI-4”. Dessa maneira, a repreensão tornava-se mais visível.

Foram suprimidas as eleições diretas para presidente da República e governadores e extintos os partidos políticos. A partir de então, o Congresso Nacional e as assembleias legislativas escolheriam o presidente e os governadores (FICO, 1998, p. 18).

Para controlar a economia, Castelo Branco desenvolveu o PAEG – “Programa de Ação Econômica do Governo” (FAUSTO, 2013, p. 402; FICO, 1998, p. 18; SKIDMORE, 1988, p. 69). Em outras palavras, o grupo dos membros da linha dura era fortalecido continuamente.

Para demonstrar a tão sonhada democracia em pleno exercício, os militares propuseram um modelo de rodizio dos generais a frente da nação brasileira. “Quem escolhia o general-presidente não era o povo, mas o Alto Comando das Forças armadas” (FICO, 1998, p. 19). A seguir o nome escolhido era confirmado pelo congresso nacional, devido a inúmeras cassações e punições a mandatos políticos, os militares detinham o controle do congresso.

Semelhante procedimento levou o general Artur da Costa e Silva para ser o sucessor de Castelo Branco, mesmo diante do desagrado dos oponentes. “Castelo Branco e seus aliados lutaram obstinadamente contra a candidatura do ex-ministro da Guerra” (SKIDMORE, 1988, p. 137).

Apesar de ser considerado um dos mentores da chamada linha dura, “seria um erro supor, porém, que Costa e Silva tenha sido no poder um instrumento da

linha dura” (FAUSTO, 2013, p. 407). Ele Buscou erguer um padrão positivo para a sua administração e um possível diálogo mais estreito com os opositores. Com o passar do tempo esse desejo falharia, pois o governo de Costa e Silva seria marcado pelo endurecimento dos militares.

Inicialmente os militares contavam com a expectativa da sociedade, por exemplo, as marchas, entre as quais a das senhoras católicas contra o então presidente Goulart no ano de 1964, quando o povo enxergou a realidade da violência imposta pelo regime, a expectativa foi diluída.

É importante destacar que durante o regime militar no Brasil um grupo constantemente caçado e que ficou marcado pela repressão e crueldade do período foram os estudantes, o ímpeto e a intrepidez da juventude foram de todas as formas aprisionadas pelas ações do governo em uma clara tentativa de calar as manifestações dos jovens. Essa atitude contra a juventude perpassou do regime a muitas instituições, inclusive algumas religiosas (QUADROS, 2011; SILVA, 2008; SOUZA, 2013).

Em setembro de 1968, após uma reunião do conselho nacional de segurança nacional, o presidente Costa e Silva solicitou a aprovação do ato institucional número 5. Ao expressar o pedido, exigiu a avaliação por parte do conselho nas decisões. Porém, Pedro Aleixo, vice-presidente, discordou, sendo voz contrária contra os demais integrantes do governo, inclusive os ministros, que alegavam “o desenvolvimento da nação” (COGHI; CINQUEPALMI, 2014). O Ato Institucional número cinco apresentava entre outras decisões:

Segundo o Ato Institucional: - O presidente da república poderia fechar o Congresso; - Nesse caso, o Executivo poderia passar a legislar; - O presidente da república poderia intervir nos estados e municípios; - Poderia suspender direitos políticos; - Demitir, remover ou aposentar funcionários públicos e militares; - O *habeas corpus* seria suspenso para crimes políticos (SCHMIDT, 2014, p. 40).

Segundo os ministros do governo, “o AI-5 teve como alvo preservar a revolução de março de 1964”. Aliás, “à noite, as estações de rádio e TV transmitiram o texto da nova lei militar: o AI-5” (FICO, 1998, p. 27). Isso resultará na perseguição

a todas as liberdades individuais e o uso da violência contra todos os movimentos sociais, estudantis e religiosos contrários ao regime.

A censura passou a controlar toda a imprensa, que ficou proibida de publicar qualquer coisa que desagradasse o governo. Artistas, professores e políticos foram presos. As medidas decorrentes do AI-5 eram tão severas que ficou claro que, agora, se vivia uma ditadura. Até então, apesar da repressão inicial do Golpe de 64, a situação era relativamente tranquila (FICO, 1998, p. 27).

Logo, “estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicação; a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos de governo” (FAUSTO, 2013, p. 410). Por isso, “a partir de 1968, o Brasil passou a viver, indiscutivelmente, sob um regime ditatorial” (FICO, 1998, p. 27). Começaram a surgir inúmeras prisões arbitrárias, desaparecimento de inocentes, além das denúncias de torturas, as quais geraram protestos de organizações, personalidades e imprensa fora do Brasil. “Abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e expurgos no funcionalismo, abrangendo muitos professores universitários” (FAUSTO, 2013, p. 409-410).

Vítima de uma trombose cerebral, Costa e Silva ficou incapacitado para exercer o governo (SKIDMORE, 1988). Pelas leis vigentes, com a impossibilidade do presidente assumir o cargo, esta função passaria ao vice-presidente Pedro Aleixo, mas, devido ao seu voto contrário ao AI-5, os militares barraram sua posse, além de criar uma junta militar, formada pelos ministros do exército, marinha e aeronáutica, esse grupo governou até a decisão de um novo general na presidência. “O escolhido foi Emílio Garrastazu Médici, que tomou posse em 30 de outubro de 1969” (FICO, 1998, p. 29).

Na década de 70, a copa do mundo no México proporcionaria o tricampeonato mundial da seleção brasileira. Foi justamente o futebol, o instrumento utilizado pelo presidente Médici para uma das maiores campanhas nacionalistas. “Foi a época do “Ninguém segura este país”, da marchinha *Pra Frente Brasil*, que embalou a grande vitória brasileira na Copa Do Mundo de 1970” (FAUSTO, 2013, p. 413). Logo, o título da seleção foi anunciado como propaganda do governo, em contraponto a política repressora.

O governo Médici é o governo dos contrastes, é o início ao período de maior repressão da ditadura denominado “a face autoritária” (SKIDMORE, 1988, p. 211) ou

a “situação autoritária” (SKIDMORE, 1988, p. 313). Liberdades individuais foram cassadas, movimentos sociais e estudantis, duramente reprimidos. A ditadura aboliu a liberdade individual, ignorou os direitos políticos e civis dos cidadãos, proclamando preservar a nação do comunismo, o maior inimigo na perspectiva dos militares, além de começar a ocorrer com mais frequência o sumiço de pessoas contrárias ao regime, outros são presos e outros torturados. Por outro lado, é no governo do presidente Médici que ocorre o avanço da economia, entre 1969-1973 o crescimento foi vertiginoso, chamado por analistas estrangeiros de “milagre brasileiro”, levando ao agrado os militares.

Paralelamente, a luta entre as posições políticas dos militares persistiu e chegou ao seu auge com a posse do general Ernesto Geisel a presidência da república, em 1974. “O novo presidente era um homem rígido e estava decidido a iniciar um processo de “distensão” ou “abertura”, quer dizer, a volta do Brasil a um regime democrático” (FICO, 1998, p. 35).

O governo Geisel solidificou o “rumo à Abertura” (SKIDMORE, 1988, p. 315). A sua escolha a presidência foi resultado de uma campanha detalhadamente arquitetada, o que acarretou uma sucessão tranquila na presidência.

A ideia de Geisel seria um retorno contínuo sob a regência dos militares, conhecido “como abertura ‘lenta, gradual e segura” (FAUSTO, 2013, p. 417). Por outro lado, “o AI-5 só foi revogado em 1979, no final do governo do general Ernesto Geisel” (MARTINS, 2014).

Em relação ao legado político do mandato exercido pelo presidente Ernesto Geisel,

O projeto de liberalização mais longe do que muitos observadores consideraram possível em 1974. *Habeas-corpus* restaurado, AI-5 revogado, a maioria dos refugiados políticos novamente no Brasil, censura suspensa (SKIDMORE, 1988, p. 407).

As intempéries entre os militares radicais e a queda econômica que emergiu no período, “se agravaram no governo do último general-presidente, João Figueiredo (1979-1985)” (FICO, 1998, p. 35). Com a revogação do AI-5, começam os percalços contra a redemocratização. Em 1979 sem o respaldo do AI-5 o general João Batista Figueiredo chega à presidência da república. Foi “o crepúsculo do governo militar” (SKIDMORE, 1988, p. 409). O processo de abertura para a nação brasileira em

rumo da democracia vem imerso em resistência. “Figueiredo extingue o bipartidarismo” (COGHI; CINQUEPALMI, 2014).

Nesse meio tempo, ocorre o “restabelecimento das eleições diretas para governadores (1980) – eram reforçadas pela exigência de democracia por parte da sociedade” (FICO, 1998, p. 40). É com a lei de anistia que o presidente Figueiredo é aplaudido (SKIDMORE, 1988), ainda que a anistia não seja irrestrita, porém, permite o retorno dos exilados políticos, muitos haviam deixado o Brasil em meio a torturas e perseguições, agora são recebidos com festas.

Menos de um ano depois, em agosto de 1979, o presidente João Figueiredo assinaria a Lei da Anistia. De início limitada - excluía do benefício os acusados dos chamados “crimes de sangue”, a anistia logo seria alargada por pressão da sociedade. As portas das prisões se abriram para os presos políticos e os exilados puderam retornar ao país. Começava, então, a fase final da luta contra a ditadura, que só seria definitivamente superada com a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral em 1985 (MARTINS, 2014).

Apesar dos tempos áureos do chamado milagre, a crise econômica do período dava demonstrações de enfraquecimento do controle por parte dos militares, logo surgiu o questionamento em relação à sucessão presidencial do general João Figueiredo em 1985, na visão da maioria dos militares “um novo general ou um civil aliado deveria, ainda uma vez mais, ocupar a cadeira presidencial até o início da próxima década” (FICO, 1998, p. 40).

Em 1983, uma figura política ganhará notoriedade no congresso, o então deputado federal Dante de Oliveira, o qual apresenta “uma proposta de emenda constitucional restabelecendo as eleições diretas para presidente da República”. No primeiro momento a ideia foi ignorada, pois soava como difícil sua validação. “Entretanto, iniciou-se um movimento de apoio popular às eleições diretas para presidente da República” (FICO, 1998, p. 40). Logo, a ideia ganhou proporções e adesão popular, “o primeiro comício, reunindo 5 mil pessoas, foi em Goiânia, em novembro” (FICO, 1998, p. 40).

A emenda proposta pelo deputado Dante de Oliveira em relação à campanha pelas diretas já, foi para votação no final de abril de 1984. A letra de um jingle da campanha na época retrata a busca do povo pelas diretas já, apesar das adversidades do momento. “Mesmo com tantas setas, tantas mutretas, com tantas tetas, com tantas metas, a gente vai levando, a gente vai levando... A gente vai levando... As Diretas já” (COGHI; CINQUEPALMI, 2014).

No entanto, para tristeza nacional,

A votação terminou e a emenda foi derrotada. Todo o sonho e a festa em torno da Campanha das Diretas transformaram-se numa enorme tristeza que cobriu todo o país. Pessoas choravam Brasil afora, ainda mais porque faltaram apenas 22 votos para que os brasileiros voltassem a poder escolher, pelo voto, o seu presidente da República. Não havia alternativa. O próximo presidente seria escolhido pelo Colégio Eleitoral, em eleição *indireta*. (FICO, 1998, p. 42).

A disputa então ficaria entre o candidato do governo, Paulo Maluf, contra Tancredo Neves apoiado pela oposição e por vários segmentos da sociedade. “Mas, uma vez o presidente brasileiro não é eleito pelo povo. E sim por um colégio militar formado pela câmara dos deputados e pelo senado federal” (COGHI; CINQUEPALMI, 2014).

A eleição de Tancredo Neves era a expressão de um sonho da nação brasileira, “cada brasileiro via em Tancredo a encarnação de suas aspirações. E isto lhe deu mais legitimidade do que a conferida a qualquer presidente eleito na história do país” (SKIDMORE, 1988, p. 491). Tancredo Neves recebeu o apoio do presidente do partido governista, José Sarney, que estava descontente com a indicação do partido em prol da candidatura de Paulo Maluf, a junção Tancredo Neves e José Sarney foi à chapa vitoriosa.

O Brasil teve o primeiro presidente não militar em mais de vinte anos de regime. “Mas Tancredo não tomaria posse como presidente da república. Vitimado por uma doença e internado na véspera da posse, Tancredo Neves morreria em abril de 1985” (FICO, 1998, p. 42-43). O vice-presidente José Sarney assumiria o governo. “Tomando posse no lugar do presidente eleito, em uma situação que se acreditava fosse transitória” (FAUSTO, 2013, p. 438).

O Brasil “foi a primeira democracia latino-americana a sofrer um golpe militar na década de 60 e a última a se livrar da camisa-de-força do autoritarismo” (SKIDMORE, 1988, p. 595).

## **2.2 A Igreja Católica Diante da Ditadura Militar**

Os bispos católicos que no início foram favoráveis ao regime, logo demonstraram decepção com o encaminhamento da situação que pairava a nação, em especial a violência e as atitudes econômicas foram motivos de desaprovação pelo clero. Exemplo dessa tensão foi o posicionamento da CNBB, ou Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, ao criticar a Doutrina de segurança Nacional, além da atitude do bispo “dom Agnelo Rossi, cardeal de São Paulo, negou-se a celebrar uma missa em homenagem ao aniversário do presidente Costa e Silva” (FICO, 1998, p. 20).

Com o horizonte político ditando e orientando a vida da sociedade, a separação entre o estado e a igreja, clamor sólido do positivismo, era aclamada como um percurso do êxito da sociedade. Apesar do concílio Vaticano II ser contrário e considerar “uma heresia da modernidade” (MIKLOS, 2013, p. 19), a separação ganhou notoriedade quando a perseguição do regime militar afetou ao ambiente religioso e trouxe inúmeras intempéries.

“É importante lembrar que, até a década de 1950, a Igreja Católica foi uma instituição que procurou manter-se politicamente alinhada ao Estado e, por meio de seu discurso, legitimar o *status quo*” (MIKLOS, 2013, p. 25). Nesse contexto, a Igreja Católica foi um dos instrumentos de propaganda contra o comunismo, inicialmente demonstrou apoio ao movimento militar em 1964, “por meio de sermões ou mesmo de passeatas contra Goulart” (MIKLOS, 2013, p. 36).

Essa transformação dentro da Igreja Católica foi resultado também das mudanças que ocorriam no seio da sociedade brasileira, em especial, a busca por um governo pautado pela democrática e distante de um regime autoritário.

Thomas Bruneau argumenta, no entanto, que as transformações que afetaram a sociedade brasileira acabaram por abalar a profundidade com a qual a igreja conseguia interferir nessa mesma sociedade. Uma sociedade mais democrática, urbanizada e industrial não tolerava discursos e práticas autoritárias (*apud* MIKLOS, 2013, p. 25-26).

Aqui observamos uma quebra de paradigma, a Igreja Católica até então restrita ao assistencialismo, assume um compromisso com a mudança social. “A Igreja católica era relativamente impermeável a mudanças causadas por conflitos de classes durante boa parte deste século” (MAINWARING *apud* MIKLOS, 2013, p. 27).

O que levará adiante a suscitar problemas políticos, torturas, prisões e perseguições, sobretudo a partir de 1964, quando vários membros do clero católico

foram favoráveis às manifestações populares, e considerados subversivos além de seguidores do comunismo.

É preciso ressaltar que essas novas perspectivas não foram unânimes na Igreja Católica, pois “alguns setores do clero católico não corresponderam ao novo *esprit du temps* e permaneceram entrincheirados em suas convicções tradicionais” (MIKLOS, 2013, p. 28).

A política desenvolvimentista do regime inicialmente surtiu efeito, pois proporcionou redução da inflação, além de algum êxito nas tentativas de equilibrar a economia. Porém, a repressão trouxe marcas e transtornos nocivos em milhares de cidadãos que logo tornaram-se vítimas de uma crueldade insana. “Repressão e injustiça social foram os legados nefasto que o poder ditatorial dedicou à nação” (MIKLOS, 2013, p. 36).

No âmbito católico destaca-se no meio de todas essas alterações sociais no Brasil a figura de Dom Paulo Evaristo Arns, líder da igreja na cidade de São Paulo, o qual “assume um papel de crítica ao regime militar e lança-se na defesa pelo respeito à dignidade e aos Direitos Humanos” (MIKLOS, 2013, p. 37).

O papel desempenhado por outros três líderes, sendo dois católicos e um protestante, são perceptíveis nessa luta, Dom Hélder Pessoa Câmara e Dom Cláudio Humes, e o ministro da Igreja Presbiteriana (PCUSA), Rev. Jaime Wright, ambos foram vozes de contestação do regime militar e figuras emblemáticas na defesa dos direitos civis diante dos algures da ditadura. O próprio Dom Paulo descreve o trabalho do pastor presbiteriano da PCUSA, Rev. Jaime Wright na luta pelos direitos civis no Brasil e pelo registro histórico dos fatos ocorridos na ditadura brasileira. “Ele trabalhou, diariamente, ao meu lado, pago pela igreja dele na luta pelos direitos humanos” (MIKLOS, 2013, p. 131).

### **2.3 O Protestantismo Diante da Ditadura Militar**

Segundo Quadros (2011), os embates e problemas da época da ditadura afetaram o ambiente protestante, em especial nas denominações históricas, tais como metodistas, batistas e presbiterianos. A cultura brasileira exerceu enorme influência na interação ou assimilação dos protestantes, ora acompanhando o modelo do *status quo* do movimento ditatorial, ora optando por uma indiferença diante dos problemas.

O golpe militar brasileiro trouxe a luz processos semelhantes ocorridos na América Latina. Processos semelhantes ocorreram no Uruguai (1970), Chile (1973) e Argentina (1976). As ditaduras militares foram uma tendência política da época, devido ao temor do comunismo. Foi um momento doloroso e de extrema perseguição a todos que tentassem se manifestar, a começar pela imprensa. Houve censura e um silêncio imposto à oposição desses regimes. “Todos os que se manifestavam, explicitamente ou não, contra o golpe, eram considerados subversivos, sendo passíveis de cassação de seus direitos políticos por dez anos” (AMARAL, 2012, p. 157).

Com o passar do tempo, as ditaduras e os seus líderes ganhavam força e demarcava territórios, sempre em torno da manipulação e controle do povo. No contexto brasileiro:

A repressão se aprofundou a partir de 1968, com a edição do Ato Institucional nº. 5, que ampliou os poderes dos órgãos de repressão e deu ao poder executivo poderes para fechar o Congresso Nacional e cassar mandatos parlamentares. Os órgãos militares se sentiam com total autonomia para reprimir com violência quaisquer movimentos vistos como simpáticos ao comunismo, inclusive nas igrejas (AMARAL, 2012, p. 157).

E no ambiente protestante, não foi diferente,

É interessante observar que esse processo de repressão já acontecia em algumas denominações, antes mesmo do golpe militar. Na Igreja Presbiteriana do Brasil, a ação de setores conservadores fundamentalistas vinha sendo articulado desde o final dos anos 1950 (AMARAL, 2012, p. 157).

Em relação à Igreja Presbiteriana do Brasil, merece destaque as obras de dois notáveis pastores, os quais depois sofreriam as amarguras da ditadura na própria vida. Duas publicações – *Inquisição sem fogueiras*, de João Dias de Araújo, e *Protestantismo e Repressão*, de Rubem Alves – documentaram esse período sombrio da igreja no Brasil.

O concílio superior da IPB exerceu forte perseguição à liderança contrária a visão e postura da IPB, diante das atrocidades do regime militar. Era uma espécie de caça as bruxas, em especial, em relação ao ecumenismo e a participação política e social dos seus membros.

O Supremo Concílio da IPB atuou de forma decidida contra todos que se manifestassem a favor do ecumenismo e da participação política e social dos crentes. Para isso, emitiram resoluções fechando seminários, expulsando alunos de teologia, cassando mais de 50 pastores, despojando presbíteros e excluindo igrejas locais e presbitérios (AMARAL, 2012, p. 158).

O alvo perpassou a juventude, pois “a primeira medida de impacto foi à extinção da Confederação Nacional da Mocidade Presbiteriana, vista como um grupo influenciado pela teologia de Richard Shaul” (AMARAL, 2012, p. 158). Portanto, quando ocorreu a concretização do golpe,

A IPB foi uma das primeiras igrejas a saudar o novo regime, e alguns de seus membros, de formação jurídica, contribuíram na redação dos primeiros Atos Institucionais da ditadura (AMARAL, 2012, p. 158).

Alguns dos atos tiveram participação de presbiterianos na elaboração. “A IPB tem participado no golpe militar da direita, apoiando o novo regime e, através de seus juristas, elabora atos institucionais para a ditadura” (ARAÚJO, 2010, p. 16).

Essa participação da IPB pode ser demonstrada na atitude do Supremo Concílio. No ano de 1966, propondo uma rigidez na caça aos insubmissos ou com opiniões contrárias ao regime militar.

O Supremo Concílio de 1966 instituiu uma Comissão Especial dos Seminários, que atuou até 1968. Como resultado de seu trabalho, foi fechado o Seminário do Centenário e, de uma só vez, 39 alunos do Seminário de Campinas foram expulsos, além da demissão em massa de destacados professores de teologia (AMARAL, 2012, p. 158).

Resultado dessas ações foram cenas tristes e lastimáveis no ambiente protestante,

Dezenas de igrejas e presbitérios, pastores e oficiais de igrejas foram excluídos da IPB. Em 1968, a Segunda Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte amanheceu com correntes e cadeados no portão e na porta de acesso ao templo, por se negar a demitir um pastor acusado de subversão (ARAÚJO *apud* AMARAL, 2012, p. 159).

## **2.4 A Igreja Presbiteriana do Brasil Diante da Ditadura Militar**

Adão Carlos Nascimento e Alderi Souza de Matos descrevem a identidade do presbiterianismo desde sua origem, sua chegada ao Brasil, perpassando pelo

modelo de governo, teologia e doutrina. Os autores denominam os anos de 1959 a 1986, como “período da polarização” (NASCIMENTO; MATOS, 2007, p. 63). Foi nesse período que

A Igreja Presbiteriana do Brasil sofreu o impacto dos acontecimentos políticos ocorridos no país, que resultaram no regime militar (1964-1984). Intensificou-se a polarização entre conservadores e progressistas, que já vinha se manifestando há alguns anos em torno de questões como o liberalismo e o ecumenismo (NASCIMENTO; MATOS, 2007, p. 63-64).

Ao narrar fatos e incidentes ocorridos e vivenciados pela Igreja Presbiteriana do Brasil, em especial entre os 1954 a 1974, João Dias de Araújo (2010) define como um período triste e inescrupuloso que não resultou em queimas físicas, mas acarretou em “horríveis fogueiras morais, nas quais torturaram muitos servos do Senhor” (LIMA *apud* ARAÚJO, 2010, p. 27).

Araújo visa “documentar fatos que ocorreram durante vinte anos de história da Igreja Presbiteriana do Brasil, e continuam a ocorrer, mostrando o fortalecimento do espírito e das práticas inquisitoriais” (ARAÚJO, 2010, p. 27). O autor descreve a repressão ocorrida:

Dezenas de pastores despojados e professores de seminários expulsos ficaram em deplorável situação financeira porque perderam casas e salários. A ênfase na evangelização é substituída pelo zelo farisaico, pela pureza e pelas tradições da Igreja com armas para preservação do poder político-eclesiástico (ARAÚJO, 2010, p. 18).

Rev. João Dias de Araújo foi um dos precursores no debate do evangelho social, que teve seu auge na Conferência do Nordeste, realizada na cidade de Recife-PE, entre 22 e 29 de julho de 1962. "O tema foi: 'Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro', essa 'Conferência do Nordeste' marcou época" (ARAÚJO, 2010, p. 65). Araújo menciona a declaração emitida por um presbítero, chamado Maurício Wanderley sobre impressão que o mesmo obteve da Conferência do Nordeste:

Foi a primeira vez desde que este país existe, que, no Nordeste, um grupo de servos de Deus, de várias denominações, se congregaram para estudar, *in loco*, os problemas desta região e a revolução brasileira, à luz do ensino da palavra de Deus (BRASIL PRESBITERIANO *apud* ARAÚJO, 2010, p. 65).

O envolvimento social da IPB será silenciado e, muitos precursores do debate social sofrerão represálias, isso ocorre em especial com a subida do grupo teológico mais conservador a frente do Supremo Concílio. Dessa maneira, a IPB “daí em diante, não somente se retraiu ante aos problemas sociais, como estabeleceu políticas de disciplina e de controle do pensamento divergente com o intuito da manutenção da ordem e da ortodoxia” (PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 310).

Nas palavras de Rubem Alves, na década de 1970, na Igreja Presbiteriana do Brasil, triunfa “o autoritarismo sobre a comunidade; as estruturas sobre a pessoa; o passado sobre o futuro; a lei sobre o amor. E, em última instância, a morte sobre a vida” (ALVES *apud* ARAÚJO, 2010, p. 6).

Esse momento foi “um período de repressão, perseguição e de estigma dentro das comunidades e nos concílios e que se estenderia para além das fronteiras desta, culminando com a repressão imprimida pelos militares” (PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 311).

Nos anos 1970, pelo fechamento político e teológico, a liturgia se tornou menos relacionada com os ideais da cultura brasileira, aliás, a liturgia reformada desde sua chegada ao Brasil sempre apresentou muita dificuldade de inserção na cultura brasileira.

Nos anos de 1980, com a redemocratização da sociedade brasileira, ocorreu um maior diálogo com nossas raízes culturais. O fechamento teológico interrompeu a tentativa de o protestantismo tornar-se mais social e ocorreu uma espiritualização maior da liturgia, como identificou Mendonça (2008).

O autor resume a história do protestantismo brasileiro nesse período da seguinte maneira, “de 1962 a 1983, período de repressão no interior do protestantismo, da revolução neopentecostal, ocorreu o fortalecimento do denominacionismo e o isolacionismo das igrejas” (MENDONÇA, 2005, p. 52). Nas palavras de Rubem Alves (*apud* MENDONÇA, 2005).

As aproximações e distanciamentos periódicos entre utopias e ideologias [...], sempre acabaram neutralizando o pensamento utópico e as levaram a uma espécie de recolhimento e indiferença pela realidade. Voltaram-se para o interior de si mesmas e construíram nichos de salvação (ALVES *apud* MENDONÇA, 2005, p. 66).

O culto presbiteriano reflete as pessoas que celebram e demonstra a relação social da instituição com a sociedade, por isso, é preciso observar como o

conservadorismo dos militares influenciou a Igreja Presbiteriana do Brasil. Pensar em tais mudanças é trazer a tona o paralelismo político onde muitas vezes a manutenção e a alteração da ordem litúrgica acompanham as alterações políticas da sociedade da época.

Silas Luiz de Souza destaca o envolvimento da igreja diante do governo militar. “A Igreja Presbiteriana do Brasil deu apoio ao governo militar, incentivando ministros, presbíteros e membros a seguirem os passos políticos da liderança eclesiástica” (SOUZA, 2004, p. 107). Em sua análise,

O apoio da liderança eclesiástica institucional levou a Igreja Presbiteriana do Brasil a realizar alguns expurgos em seus quadros intelectuais e do magistério teológico. Por outro lado, como discurso de ser a igreja apolítica, deixou de discutir a sociedade brasileira como se fazia nas décadas anteriores ao golpe militar (SOUZA, 2004, p. 121).

Semelhante observação é demonstrada por outro pesquisador em relação à IPB. “Por outro lado, no entanto, sua contribuição eficaz no cenário político brasileiro ocorreu mediante sua legitimação e manutenção do autoritarismo do governo militar” (PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 311).

Observar o ambiente político social da nação brasileira é refletir na caminhada da IPB, a partir de suas posturas e exercício da cidadania, diante das circunstâncias enfrentadas pelo povo.

“Conhecer melhor esse período da IPB ajuda a participar desse esforço de conhecer e interpretar o contexto brasileiro e, assim, participar do esforço de se conhecer melhor a sociedade brasileira” (SOUZA, 2004, p. 122).

A reflexão litúrgica aumenta a compreensão da igreja presbiteriana a respeito de si mesma, ao mesmo tempo, delineia como essa liturgia tentou se firmar em solo brasileiro, apesar de tantas intempéries históricas e religiosas.

## **2.5 A Igreja Metodista Diante da Ditadura Militar**

A década de 1960 foi um momento significativo para a Igreja Metodista no Brasil. Segundo Schmidt (2014) é possível dividir a história do metodismo brasileiro em duas fases, o primeiro denominando “Período de Engajamento, vai de 1960 a 1964”, tempo do governo do presidente João Goulart, e o segundo momento

“chamado de Período da reação Conservadora que vai de 1965 a 1970” (SCHMIDT, 2014, p. 58), época inserida no golpe militar brasileiro.

Dessa maneira, temos na época do engajamento, uma nítida influencia da sociedade *modus operandi* e expressa no mundo ao redor, tendo o Brasil norteado por um ambiente social, religioso e político. Logo, a Igreja Metodista tornou-se envolvida na realidade social brasileira, essa mudança na postura pode ser observada nos temas dos eventos da instituição, concílios, congressos, publicações, por exemplo, o Jornal Expositor Cristão, órgão de informações da Igreja Metodista brasileira, e o número considerável nesse período de artigos ligados a assuntos na área social e política.

É perceptível também a expressiva participação da junta geral de ação social, que ainda em 1960 teve como secretário eleito Roberts Davis, o organizador e incentivador no engajamento social por parte da juventude da igreja. Roberts renunciou ao cargo em 1963, devido a pressões no seio da própria igreja. A posição da Igreja Metodista e sua participação em causas política sociais não era algo uniforme, “existiam alas de tendência conservadora dentro da denominação, contrárias ao engajamento social, visto como ‘comunismo’” (SCHMIDT, 2014, p. 73).

As alas de tendência conservadora exerceriam influencia no segundo momento da Igreja Metodista, época do período da reação conservadora entre 1965-1970. Essa mudança era visível desde um evento da mocidade, perpassando pelo grupo de senhoras e mesmo a criação de documento referente à reforma agrária. A revista Cruz de Malta, informativo oficial da juventude metodista teve considerável participação no período do engajamento.

Entre os articulistas do jornal da denominação alguns artigos assinados pelo Daniel Silveira em 1960 retratam uma visão política social com forte ligação dos questionamentos e desafios enfrentados pela sociedade, já em 1962 as peripécias da sociedade retratadas pelo reverendo Almir dos Santos, que tempos depois seria elevado a bispo, também foram de significativo valor e contribuição à igreja.

O civismo tornou-se alvo de preocupação na Igreja Metodista devido a situação do país na época do governo do presidente João Goulart, assim, “foi criado o Departamento de Ação Cívica da Junta”. Entre os objetivos desse departamento constavam os seguintes:

Estabelecer contatos em nome da Igreja Metodista do Brasil com autoridades governamentais brasileiras, altos funcionários do Governo, candidatos a cargos políticos e dirigentes de organizações públicas e privadas; Coletar informações com instituições e pessoas especializadas nas questões sociais, políticas e econômicas; Procurar despertar o interesse das igrejas locais (leigos, principalmente) para o conceito de ação social e cidadania responsável; Manter-se em contato com o Gabinete Geral [órgão administrativo máximo do Metodismo brasileiro da época] e a Junta, colaborando com as autoridades da Igreja (SCHMIDT, 2014, p. 71-72).

O envolvimento com a causa social na Igreja Metodista resultou em inúmeros questionamentos em especial pela ala conservadora, a qual ganhará força em especial entre os anos 1965-1970, para este grupo dentro do metodismo a ênfase no social era algo próprio do comunismo.

Uma liderança de cunho mais conservadora assume a direção da Igreja Metodista, marco dessa mudança na instituição foi o Concílio Geral ocorrido no ano de 1965, “uma das fases mais tensas da história desta denominação no Brasil” (SCHMIDT, 2014, p. 99).

É possível mencionar pelo menos dois eventos que trouxeram a tona o atrito entre as alas, aberta e a ala mais conservadora. Primeiro, o Colégio Bennett, supervisionado pela primeira região eclesiástica, sob a coordenação do bispo Nathanael Innocêncio do Nascimento. “Temendo que professores comunistas tomassem o poder no colégio, e sob a ameaça de intervenção do governo militar no estabelecimento, o bispo demitiu a diretora e assumiu as funções do conselho diretor” (SCHMIDT, 2014, p. 76). Segundo, “a escolha do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara como paraninfo dos formandos da Faculdade de Teologia, em 1967” (SCHMIDT, 2014, p. 100). Isso resultou em inúmeras contendas. Perpassando até as páginas de informativos e jornais da igreja, através de defensores e opositores a tal fato.

Entretanto, o problema maior de todos esses conflitos na liderança da Igreja Metodista no Brasil, emergiu no ano de 1968, com a denominada crise da Faculdade de Teologia. Quando duas regiões eclesiásticas enviaram dois documentos ao Gabinete Geral da Igreja Metodista, o conteúdo dos referidos documentos visava informar a procedimento e a visão dos professores e alunos da faculdade.

A Crise da Faculdade de Teologia foi o palco onde os conservadores e os liberais travaram sua maior luta. A ela se seguiu o Concílio Geral Extraordinário, em setembro de 1968, quando a decisão da liderança conservadora de fechar a Casa de Profetas foi ratificada. No entanto, depois dessa tempestade não se seguiu a bonança, mas um furacão. Os últimos

dois anos do Período da Reação Conservadora foram marcados por um acirramento ainda maior de posições (SCHMIDT, 2014, p. 160).

Resultado dessa crise e daquilo que resultou entre os metodistas, foi um momento tenebroso “pastores foram cassados, jovens foram entregues aos órgãos de repressão da ditadura militar. A recuperação da normalidade depois do Concílio de 1970 foi longa, durando três décadas” (SCHMIDT, 2014, p. 161). Em outras palavras, o envolvimento por parte de integrantes, especialmente da ala conservadora da Igreja Metodista com a repressão, foi uma tentativa de delimitação entre aqueles que podiam ou não agregar-se a igreja. Os que podiam invariavelmente eram os fiéis a doutrina, logo os delatados ao regime militar, eram os que indagavam a ortodoxia.

Assim, a ligação da Igreja Metodista com o regime militar foi norteadada por algumas motivações. Segundo Schmidt (2014) a busca por reconhecimento e envolvimento em algo de proporção maior, anseio por poder, tentativa de caminhar lado a lado com os governantes do país, demonstração de lealdade às autoridades, partindo do princípio de que foram divinamente escolhidos. Além da lealdade, paralelamente lutavam contra os insubmissos ou rebeldes ao modelo ditatorial, tendo sempre em mente que a união com a ditadura era uma junção de forças pelo bem comum da nação, contra as forças perversas, comunismo e mundanismo.

Segundo os questionamentos recebidos pelo Gabinete Geral a faculdade teologia apresentava os seguintes problemas:

A quebra dos costumes metodistas por parte dos alunos; a preocupação com o tipo de ensino que era ministrado a eles pelos professores; participação dos alunos em atividades estranhas ao currículo da Faculdade; atitudes irreverentes dos seminaristas durante os concílios regionais (SCHMIDT, 2014, p. 101).

Ocorrem demissões de professores e greve dos alunos, entre os motivos constam:

A centralização da autoridade e o acúmulo de funções da reitoria; O não cumprimento do cardápio do refeitório; Ausência constante do reitor; Cargos que poderiam ser ocupados por alunos estavam em mãos alheias; Funcionários despreparados; Exploração no pagamento de alunos e funcionários; Má utilização de verbas; Inércia com relação à reformulação dos estatutos da faculdade; Currículo inadequado à realidade brasileira; Autoritarismo da direção sobre professores e alunos; Distanciamento do conselho diretor da realidade brasileira (SCHMIDT, 2014, p. 103).

Logo, essa perspectiva do protestantismo entraria em um claro embate com as propostas vigentes na década de 1960 pelo grupo majoritário até então na Igreja Metodista e sua participação na causa social. Seguiu-se a aproximação da Igreja metodista com o regime ditatorial através do bispo Isaías Sucasas, presidente da igreja. Ele aceitou o convite de gratidão pelo aniversário do golpe militar em 31 de março de 1969 e “obteve a documentação que o habilitava para o serviço secreto da DOPS” (SCHMIDT, 2014, p. 93).

## **2.6 A Igreja Batista Diante da Ditadura Militar**

A Igreja Batista procurou manter-se à perspectiva do conservadorismo político, inclusive essa postura inúmeras vezes foi confundida com a “garantia de liberdade religiosa”. Dessa maneira, “se apenas o direito de culto fosse preservado estavam democraticamente contemplados” (SILVA, 2008). Na cosmovisão batista a democracia equivalia ao seu modelo eclesiológico.

Como as demais denominações cristãs tradicionais presentes no Brasil, algo que validou o golpe militar de 1964, na perspectiva da Igreja Batista, “foi a oposição ao comunismo”, inimigo do cristianismo, sinônimo do ateísmo e da própria encarnação do maligno. Aliás, ideia advinda dos irmãos batistas americanos, para os quais o comunismo fomentou não só a revolução russa, mas, tornou-se inimigo da fé cristã.

O protestantismo brasileiro também foi marcado pela presença dos imigrantes que aqui chegavam com suas religiões o que levou à designação do mesmo como protestantismo de imigração com suas características próprias de crenças e concepções do mundo e da sociedade (PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 68).

A democracia americana pautada pela fé cristã, expressa pelo envio de missionários para terra brasileira, além de benesses assistencialistas enviadas ao povo brasileiro, logo, o que não acrescentava a nação americana paralelamente não adicionava nada agradável a nação brasileira, essa era a visão da Igreja Batista no Brasil.

O governo do presidente John Fitzgerald Kennedy (1961-1963), e o seu programa de assistencialismo para a América Latina, seja por meio de alimentos, roupas e outros donativos, ao mesmo tempo em que visava manter o domínio dos

Estados Unidos no continente, reforçava a visão do protestantismo que desembarcou aqui no Brasil, ou seja, norteado e orientando pela perspectiva americana.

Convém salientar que os batistas brasileiros não participavam da Confederação Evangélica do Brasil, mas se beneficiavam dos programas assistencialistas mantidos pela mesma em convênio com instituições norte-americanas (SILVA, 2008).

Diante da crise do golpe militar emergiu o espírito proselitista da Igreja Batista, através de um movimento nacional de evangelização. O que revelou uma omissão política dos batistas, pois ao mesmo tempo em que validaram o regime militar, tornaram-se colaboradores do governo, por meio de barganhas e cargos políticos, na maioria das vezes em benefício da própria instituição e de seus interesses próprios.

Nesse quesito a Igreja Batista seguiu as demais denominações históricas, tais como presbiteriana, metodista, atuando com ensejo e a favor do regime instaurado na nação. A cooperação da Igreja Batista com o regime militar foi visível por todo o Brasil. Segundo Silva (2008), merece destaque o ocorrido no estado da Bahia, visto ser uma referência no surgimento de lideranças, além da expressividade numérica dentro da denominação.

No estado da Bahia, um dos templos Batista ganhou notabilidade, a Igreja Batista Sião. Essa igreja tinha em sua formação um grupo de pessoas de classe média, inclusive militares. Pastoreada pelo Rev. Valdívio de Oliveira Coelho, pastor e capitão militar do exército, irmão da Dra. Alzira Coelho Brito, “irmã sanguínea do Pastor Valdívio Coelho e casada com o deputado federal pela Arena Raimundo Brito, descendente de tradicional família baiana”. Raimundo Brito já havia sido eleito em várias legislaturas, ligado ao Partido Republicano, mas, com o advento do regime militar ao poder, Brito aderiu ao partido ARENA (SILVA, 2008).

Ele foi elencado a mediador entre os militares e a Igreja Batista e seu alcance logo ganhou visibilidade. “Em 1967 foi considerado pelo jornal O Estado de São Paulo o melhor deputado da Câmara Federal” (*apud* SILVA, 2008). Outro líder Batista no estado da Bahia, o Pastor Ebenézer Cavalcanti, definiu a atuação do deputado Raimundo Brito em 1967.

Aquela época era ele uma espécie de porta-voz dos evangélicos nas relações públicas. Desde então não mudou, antes se intensificou e ampliou essa espécie *sui generis* de mandato implícito. Sempre advogou gratuitamente, interesses das igrejas e entidades evangélicas. Sua eleição se tem devido, em larga medida, ao eleitorado evangélico, a que serve (*apud* SILVA, 2008).

No ano de 1971, o deputado federal Antonio Carlos Magalhães (ACM) foi o nome proposto pelos militares para o Governo da Bahia. A expansão de forças do governador ACM, incluiu os batistas, pois o mesmo convidou para ser secretário da justiça do seu governo, o deputado federal Raimundo Brito.

Fruto dessa estreita relação entre os militares e a Igreja Batista no Estado da Bahia, emergiu a figura do Dr. Clériston Andrade, diácono da Igreja Batista Sião “advogado bem sucedido, alto funcionário do Banco do Estado da Bahia e diácono batista conceituado, ao cargo de Prefeito da Cidade de Salvador, para o período de 1971 a 1975” (SILVA, 2008).

A chegada de um cristão batista ao centro do poder municipal foi algo mencionado e alardeado em todo o seio da denominação, o secretário executivo da convenção baiana na época resumiu a expressão de semelhante fato nos seguintes termos:

Pela primeira vez na história da Bahia, onde o país e o trabalho Batistas nasceram temos um crente como prefeito. **Isto é uma grande vitória.** Dr. Clériston de (sic) Andrade tem testemunhado do poder do Evangelho pelo seu caráter cristão, pela sua maneira de viver corretamente, e imparcialidade nas suas decisões. Cada crente Baiano deve orar por este servo de Deus (*apud* SILVA, 2008).

A Igreja Batista apresentava entre seus membros um grupo tipicamente de postura conservadora em relação à política, no entanto, isso não significava unanimidade entre todos os cristãos batistas. “Um segmento minoritário fez severas críticas a ditadura militar, tendo alguns jovens sofrido represálias e prisões” (SILVA, 2008).

Semelhantemente, conforme ocorreu em outras igrejas protestantes, a Igreja Batista observava com receio a conscientização da juventude batista baiana frente ao regime militar brasileiro. “O alinhamento da Denominação Batista à ditadura militar também se configurou no ignominioso papel da delação dos próprios irmãos,

ditos “cor-de-rosa”, aos órgãos da repressão” (SILVA, 2008). A cor rosa era uma referência aos comunistas ou vermelhos, no caso, disfarçados no seio eclesiástico e que tentavam espalhar motim e animosidade entre os cristãos. Em outras palavras, os batistas buscavam ser complacentes ao sistema militar.

Em resumo, a Igreja Batista alinhou-se ao regime militar brasileiro, em troca de clientelismo político, donativos e interesses humanos, em detrimento da liberdade e dos direitos humanos do povo brasileiro.

## **2.7 Richard Shaull: o Criador de Uma Teologia Política Brasileira**

O missionário norte-americano Richard Shaull (1912-2002) chegou ao Brasil em 1952. Antes havia trabalhado alguns anos na Colômbia, além de formação teológica, teve também formação na área da sociologia, aliás, uma de suas marcas será visão da sociedade a partir elementos da teologia.

“Richard Shaull veio ao Brasil para trabalhar entre universitários” (REILY, 2003, p. 291). Logo, ganhará notoriedade através de seu trabalho enquanto professor, desde o ano 1953 no seminário presbiteriano, localizado na cidade de Campinas-SP, e sua insistência na aplicação prática do evangelho em termos sociais para o protestantismo brasileiro.

Entrementes, a juventude que Shaull encontrou no Brasil era um tanto distante e inoperante frente aos desafios ao seu redor, o discurso da igreja permanecia refém dos dogmas e sem significado para a vida prática das pessoas. “Desde 1953, ano em que começou a cooperar com o departamento da mocidade e a União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB), tornou-se uma das vozes mais influentes na mocidade presbiteriana e evangélica em geral” (REILY, 2003, p. 291).

Em relação ao trabalho junto a UCEB, Shaull contou com a colaboração de “Jorge César Motta. Tal trabalho era extremamente interessante na medida em que reunia jovens universitários e discutia a vida estudantil e o mundo da época à luz da fé e da Bíblia” (PAULA, 2013, p. 81).

O trabalho de Richard Shaull enquanto professor e líder da juventude presbiteriana, o ajudou a desenvolver “o ideal da responsabilidade social da fé cristã”. Ao mesmo tempo, sua atuação foi muito significativa, enquanto,

Fomentador de discussões no Setor de Responsabilidade Social da CEB procurou aprofundar o debate acerca do cristão na sociedade, não desqualificando o marxismo e o comunismo, mas procurando entender as contribuições dessas ideologias para o debate teológico cristão (SOUZA, 2013, p. 106).

Teologicamente, Shaul apresentou o escopo da teologia europeia, surgido e expresso em meio à algures da guerra. Foi apresentado aos alunos o reformado Karl Barth (1886-1968), considerado o maior teólogo do século XX, e seu pensamento sobre a “ação contínua de Deus na história e com a qual o homem devia colaborar” (MENDONÇA, 2005, p. 60).

Outros nomes da teologia passaram a circular por meio dos ensinamentos do professor Shaul, Emil Brunner (1889-1966), Rudolf Bultmann (1884-1976). Contudo, o que mais impactou o coração dos estudantes de teologia no Brasil foi Dietrich Bonhoeffer (1906-1945), vitimado em um campo de concentração pelos nazistas. Seus escritos da prisão, em especial as reflexões de ser um discípulo de Cristo em um mundo secularizado, além da igreja ou religião (MENDONÇA, 2005).

A influência de Shaul segundo Alves (*apud* PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 267) foi “a da vivência eclesiológica *ad extra* e não *ad intra*, a visão de uma igreja presente e influente no mundo”. Já para Valdir Gonzales Paixão Junior (2008), na sua tese *Poder e Memória: o autoritarismo na Igreja Presbiteriana do Brasil no período da ditadura militar*, alguns personagens do protestantismo brasileiro que foram estigmatizados pela instituição, ao mesmo tempo, contribuíram teologicamente para o desenvolvimento desse protestantismo em terras tupiniquins. Dessa maneira, o autor propõe a contribuição teológica que Shaul semeou em solo brasileiro, seja através da vida, o ensino ou por meio de escritos.

“Para Shaul, a teologia estava relacionada à práxis cristã, era dinâmica e construída no decorrer da história; não por indivíduos isolados, mas em equipe na busca da transformação social e na revolução do Reino de Deus” (PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 266).

Segundo Mendonça (2005), uma referência no estudo do protestantismo brasileiro, a influência de Richard Shaul pode ser resumida nos seguintes termos:

Richard Shaul, além de levar a chamada teologia moderna para o ambiente em que atuava, ele mesmo passou a pôr em prática uma teologia da ação e no estilo aberto e ecumênico. Shaul aponta para a natureza dinâmica de Deus e para o fato de que sua atividade na história estava prosseguindo rumo a um alvo. Essa postura de Shaul foi logo vista como uma crítica e um

desafio às igrejas para que saíssem da inércia e do conformismo e tomassem parte e responsabilidade diante de um mundo em mudança. Passou a ser incômodo (MENDONÇA, 2005, p. 60).

Para Silas Luiz de Souza (2013), na sua tese *O Respeito à Lei e a Ordem: presbiterianos e o governo militar no Brasil (1964-1985)*, o papel e as contribuições teológicas e sociais produzidas por Shaul:

Procurou desenvolver uma teologia que não se afastasse dos problemas cotidianos, das necessidades reais das pessoas e dos problemas que a sociedade moderna gera para o ser humano, especialmente em regiões empobrecidas como era o caso da América Latina, sendo por isso, apresentado por alguns como um antecessor da Teologia da Libertação (SOUZA, 2013, p. 88).

Logo, as ideias propostas por Shaul encontraram admiradores e seguidores, a partir de uma nova perspectiva de pensar e viver a teologia. Um destes foi o Rubem Alves, aluno de Shaul no seminário presbiteriano do sul (SPS):

O primeiro espanto que nos causou o Shaul foi exatamente este, que ele simplesmente nos perguntou se não nos dávamos conta de que o sagrado não podia crescer em jardins internos e protegidos, que ele é selvagem e indomável, vento que sai pelos desertos ressuscitando mortos e, pelas cidades, assobiando nos mercados, nas escolas, nos quartéis, nos palácios, nos bancos (...) a gente pensava em converter o mundo à igreja. O Shaul dizia que era preciso o contrário, que a igreja se convertesse ao mundo: sair do jardim interno, protegido e cavalgar o vento (...) para ele, era justamente nos problemas do mundo que se encontravam as marcas de Deus. Deus aparece como homem no lugar onde a vida humana comum é vivida: este é o sentido da encarnação (*apud* PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 266).

Foi o próprio Rubem Alves que intitulou Shaul de “patriarca de uma geração” (*apud* PAULA, 2013, p. 81). O sociólogo Waldo Cesar, líder da Confederação Evangélica Brasileira (CEB) e da Confederação da Mocidade Presbiteriana (CMP), expressa a partir da influência de Shaul a quebra da dicotomia entre a igreja e o mundo.

Esta foi uma das contribuições que Shaul nos legou: superar os cortes artificiais entre as coisas da Igreja e as da sociedade, do mundo; o individualismo rançoso de nossa herança protestante e uma vida em comunidade. Esta perspectiva vinha acompanhada de uma nova linguagem, de uma releitura da Bíblia, do conhecimento de teólogos e pensadores que pareciam ignorados ou estavam cativos das cátedras dos seminários (...) e não há dúvidas de que as pessoas eram muito mais importantes para Shaul do que as instituições (...) (*apud* PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 267).

Posteriormente, estes e outros mais que demonstraram simpatia ao pensamento de Richard Shaull foram perseguidos pela Igreja Presbiteriana do Brasil. Porém, não é possível negar a influência que Shaull causou no jovem presbiteriano brasileiro, especialmente em meio às crises e situações adversas enfrentadas pela nação brasileira e que a igreja preferia ficar inerte.

Em meio às turbulências levantadas por uma juventude que havia sido despertada à reflexão, agora não mais controlada institucionalmente,

A Igreja Presbiteriana chega, nesse período, a extinguir a sua confederação de mocidade na medida em que não consegue mais tê-la sob o seu controle e seu jornal deixa de ser publicado e a diretoria dos jovens da igreja é desfeita (PAULA, 2013, p. 80).

Todavia, “o trabalho de Shaull ajuda na formação de uma geração de pensadores humanistas que, nem sempre, permaneceram nos arraiais eclesiásticos” (PAULA, 2013, p. 82). Shaull quebra barreiras até então solidificadas no protestantismo brasileiro, “devido ao seu contato com os frades dominicanos, ele torna-se o primeiro professor de um seminário protestante a dialogar com católicos” (PAULA, 2013, p. 83). Considerado pelo teólogo Júlio de Santana “como um dos pioneiros do movimento ecumênico na América Latina e no Brasil” (PAULA, 2013, p. 83).

Tal postura custará um preço elevado na política religiosa da IPB. “Vários pastores são despojados (expulsos do ministério) porque participam de cerimônias ecumênicas, ao lado de sacerdotes católicos” (ARAÚJO, 2010, p. 15). O ecumenismo não foi aceito e isso se tornou motivo de punição a qualquer dos presbíteros ou pastores.

“O resultado na Igreja Presbiteriana do Brasil, a partir da década de 60, foi uma acirrada oposição e conseqüente fechamento para estas ideias e a rejeição da nova maneira de fazer teologia proposta por Shaull” (PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 310).

Dessa forma, “confrontos entre os considerados comunistas, ecumenistas e modernistas e os fundamentalistas acirravam-se”. Todavia,

A Igreja Presbiteriana do Brasil, daí em diante, não somente se retraiu ante aos problemas sociais, como estabeleceu políticas de disciplina e de

controle do pensamento divergente com o intuito da manutenção da ordem e da ortodoxia (PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 310).

Fruto dessa reação conservadora ocorrida na IPB, “em 1964, Shaul deixa o Brasil e retorna para os Estados Unidos” (PAULA, 2013, p. 85). Entretanto, prossegue “em 1978, já aposentado do Seminário de Princeton, faz diversos intercâmbios na América Latina e colabora efetivamente com o Seminário Bíblico da Costa Rica e o então nascente Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI)” (PAULA, 2013, p. 85). No entanto, “já na década de 90, retorna ao Brasil” (PAULA, 2013, p. 85).

Em 1966, assume a presidência do Supremo Concílio o Rev. Boanerges Ribeiro, apoiado por setores da igreja, assim surge um novo cenário religioso e político. “Um período marcado por um tipo de ‘autoritarismo constitucional’ que se caracterizou pela repressão ao pensamento divergente e dos projetos políticos eclesiais contrários ao assumido pela direção da igreja” (PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 310).

Segundo Souza, o ano de 1966 é um momento marcante na Igreja Presbiteriana do Brasil, “o ano de 1966 é o da Reunião do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, em Fortaleza, CE, onde houve uma clara e inequívoca definição pelo fundamentalismo teológico e pela direita política” (SOUZA, 2005, p. 18).

Esse momento foi ladeado por uma “mentalidade fundamentalista” (PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 310). Refletindo a intenção e ao mesmo tempo, o ensejo preponderante “de grande parte da liderança da igreja e por uma parcela da comunidade de fiéis, de que a mesma pudesse ser purificada das distorções teológicas dos ecumenistas, modernistas e comunistas” (PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 310).

Em meio a toda essa crise, “dezenas de pastores despojados e professores de seminários expulsos ficaram em deplorável situação financeira porque perderam casas e salários” (ARAÚJO, 2010, p. 18).

É perceptível a crise estabelecida entre muitos protestantes diante da ditadura militar, em alguns momentos inertes frente ao clamor popular, outrora de mãos dadas ao regime, resultando em pessoas estigmatizadas e consideradas amigas do comunismo.

Contudo, a Igreja Presbiteriana enfrentará um dos períodos mais árduos da sua história no Brasil, pois a perspectiva da ditadura militar teve êxito em alcançar uma visão favorável, a qual influenciou muitos líderes da instituição.

Neste capítulo, apresentamos uma breve análise do ambiente social no qual estava inserida IPB no nascedouro da ditadura militar no Brasil. Assim, observamos o ambiente sócio-político da nação brasileira, perfazendo uma descrição da atuação de parte de grupos religiosos inserido no país. Começamos pela Igreja Católica, passamos pelo ambiente protestante, a partir de algumas denominações, ou seja, a Igreja Presbiteriana do Brasil, Igreja Metodista, Igreja Batista e finalizando no papel desenvolvido pelo pastor presbiteriano Richard Shaul e seu trabalho frente à juventude, educação teológica e criação de uma teologia política brasileira.

No próximo capítulo, observaremos a partir de uma análise histórico-sociológica a Igreja Presbiteriana do Brasil, em meios aos desatinos da ditadura militar.

### **CAPÍTULO 3 - UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-SOCIOLÓGICA DE UMA INSTITUIÇÃO RELIGIOSA DIANTE DOS CONFLITOS E DILEMAS DA DITADURA MILITAR**

O terceiro capítulo deste texto tem o objetivo de apresentar uma análise histórico-sociológica da Igreja Presbiteriana do Brasil, em meios aos desatinos da ditadura militar. Para isso recorreremos a nomes da tradição sociológica e da história, assim observa-se o conceito de campo religioso, a relação magia e expressão religiosa, objetivando visualizar o *ethos* presbiteriano e os símbolos que dele resulta, a seguir analisa-se o papel da oração (prece) executada pelo povo protestante diante da pressão da ditadura militar.

Adiante, analisaremos o papel simbólico religioso da Igreja Presbiteriana, como resultado ou em parceria ao discurso militar, aliás, esse papel simbólico permitirá tratar com maior nitidez as funções sociais da religião na Igreja Presbiteriana do Brasil, resultando em alguns resquícios do regime militar na mídia presbiteriana.

#### **3.1 O Conceito de Campo Religioso em Pierre Bourdieu**

O ambiente sócio-político que imperava no Brasil em meados de 1964, observa-se a influência vivenciada pela sociedade brasileira e conseqüentemente pela Igreja Presbiteriana do Brasil, enquanto grupo participante e atuante na referida sociedade. Essa análise ocorre a partir de alguns teóricos das ciências sociais e seus conceitos de práticas religiosas, fenômenos religiosos, além de sistemas simbólicos.

Conforme observa Pedro Oliveira, ao interpretar Bourdieu, o campo religioso é constituído por um “conjunto das relações que os agentes religiosos mantêm entre si no atendimento à demanda dos ‘leigos’” (OLIVEIRA, 2011, p. 184). Logo, “a produção de excedentes econômicos que permitam a manutenção dos seus agentes especializados é uma condição indispensável à constituição do *campo religioso*” (OLIVEIRA, 2011, p. 184-185).

Bourdieu descreve os progressos e desenvolvimentos da divisão do trabalho religioso, perpassando pela moralização e sistematização das práticas religiosas. Esses processos:

Só podem realizar-se no âmbito de uma relação de interdependência e de reforço recíproco, a saber, a constituição de um campo religioso relativamente autônomo e o desenvolvimento de uma necessidade de “moralização” e de “sistematização” das crenças e práticas religiosas. (BOURDIEU, 1998, p. 34).

Entretanto, esses processos dos fenômenos religiosos demonstram:

A introdução de critérios e imperativos éticos, a transfiguração dos deuses em poderes éticos que desejam e recompensam o ‘bem’ e punem o ‘mal’, de modo a salvaguardar também as aspirações éticas, e mais o desenvolvimento do sentimento do ‘pecado’ e o desejo de ‘redenção’, eis aí alguns dos traços que se desenvolveram, via de regra, paralelamente ao desenvolvimento do trabalho industrial, quase sempre em relação direta com o desenvolvimento urbano. (BOURDIEU, 1998, p. 35-36).

Bourdieu menciona simultaneamente ao desenvolvimento, o surgimento de um corpo de sacerdotes. Aliás, “o corpo de sacerdotes tem a ver diretamente com a racionalização da religião e deriva o princípio de sua legitimidade erigida em dogma cuja validade e perpetuação ele garante” (BOURDIEU, 1998, p. 38). A religião, nas palavras de Bourdieu,

Funciona como princípio de estruturação. [...] Exerce um efeito de consagração sob duas modalidades: 1) através de suas sanções santificantes, converte em limites legais os limites e as barreiras econômicas e políticas efetivas e, em particular, contribui para a *manipulação simbólica das aspirações* que tende a assegurar o ajustamento das esperanças vividas às oportunidades objetivas; 2) inculca um sistema de práticas e de representações consagradas cuja estrutura (estruturada) reproduz sob uma forma transfigurada, e portanto irreconhecível, a estrutura das relações econômicas e sociais vigentes em uma determinada formação social e que só consegue produzir a objetividade que produz (enquanto estrutura estruturante)... (BOURDIEU, 1998, p. 45-46).

O campo religioso ao mesmo tempo em que apresenta o ‘novo’, consegue se reinventar a cada dia. Bourdieu, diz:

Assim, o capital de autoridade propriamente religiosa de que dispõe uma instância religiosa depende da força material e simbólica dos grupos ou classes que ela pode mobilizar oferecendo-lhes bens e serviços capazes de satisfazer seus interesses religiosos, sendo que a natureza destes bens e serviços depende, por sua vez, do capital de autoridade religiosa de que dispõe levando-se em conta a mediação operada pela posição da instância produtora na estrutura do campo religioso (BOURDIEU, 1998, p.58).

O monopólio de um poder simbólico proporciona a autoridade religiosa, mas, esta autoridade só é outorgada pela “aptidão da instituição que o detém em fazer reconhecer” (BOURDIEU, 1998, p. 61).

Uma demonstração desse poder simbólico é salientada pelo próprio Bourdieu: “Toda seita que alcança êxito tende a tornar-se Igreja, depositária de uma ortodoxia, identificada com as suas hierarquias e seus dogmas, e por essa razão, fadada a suscitar uma nova reforma” (BOURDIEU, 1998, p. 60).

### 3.2 A Expressão Religiosa em Joachim Wach

A verdadeira liturgia não pode ser imposta aos adoradores. Anglada ([199-], p. 32), ao comentar o princípio regulador de culto na concepção reformado-puritana, afirma:

[...] o princípio regulador puritano não tolhe, não limita nem restringe a liberdade cristã. Ele a preserva da imposição do cerimonialismo do qual Cristo nos libertou e de quaisquer imposições litúrgicas à nossa liberdade de consciência.

Joachim Wach salienta a experiência religiosa, em especial nos campos de expressão: teologia, culto e na organização. Na teologia (ou doutrina), por exemplo, Wach (1998, p. 230) ensina que: “Todas as religiões monoteístas foram atormentadas por separações causadas por pontos de vista divergentes em torno da escatologia”.

Em relação ao culto, “protestos separatistas podiam ser dirigidos contra práticas de cultos e devocionais, particularmente contra a padronização da expressão prática da experiência religiosa” (WACH, 1998, p. 231). Na organização, os conflitos são mais impetuosos, onde:

Aqueles que protestam contra os aspectos formais da religião organizada com frequência acham que toda constituição, hierarquia, lei, disciplina, sacerdócio ou ministério não constituem somente erros, mas até apostasia e pecado (WACH, 1998, p. 235).

Esses protestos muitas vezes resultam “contra a tendência principal do seu desenvolvimento” (WACH, 1990, p. 192). Wach, entretanto, esclarece:

Onde o protesto se torna radical, há possibilidade de ocorrer uma dissidência. Onde não ocorre cisão, a nova abordagem pode obter a aprovação do organismo principal, e cria-se então no interior da entidade maior organização especial para abrigar os seguidores do novo movimento (WACH, 1988, p. 193).

Sobre os modelos de protesto, Wach (1998, p. 193), afirma existir quatro tipos:

Em primeiro lugar, o protesto isolado, a crítica individual e o desvio na prática do restante da comunidade; segundo, o protesto coletivo; ambos os tipos atuando dentro da organização principal ou levando à separação. Todos os quatro tipos podem ser encontrados nos períodos primitivos, medieval e da Reforma da história da Igreja.

Wach narra as formas de execução prática desses tipos de protestos, entre algumas expressões religiosas. Segundo Wach (1998, p. 205):

Existem três categorias principais de protesto: discrepância no terreno doutrinário, críticas da expressão de culto e objeção à natureza ou desenvolvimento da estrutura organizacional. Na maioria dos casos, a tendência consiste em retornar a experiência original do fundador ou da comunidade primitiva.

A vivência litúrgica reflete-se na vida dos participantes. “Ou seja, se a vida não é liturgia do lado de fora, não há nada que eu empreste à liturgia que a torne viva” (FÁBIO, 1995, p. 16). Daí a importância de relacionar a liturgia e os conflitos internos de uma instituição.

### 3.3 O Ethos Presbiteriano a Partir de Clifford Geertz

Nas discussões antropológicas hodiernas dois termos são utilizados com frequência. O *ethos* designa “os aspectos morais (e estéticos) de uma dada cultura, os elementos valorativos”, e a *visão de mundo*, denomina “os aspectos cognitivos, existenciais” (GEERTZ, 2008, p. 92).

Os símbolos sagrados para Geertz funcionam para sintetizar o *ethos* de um povo, seja o tom, o caráter e a qualidade da sua vida, seu estilo e disposições morais e estéticos, além da sua visão de mundo (GEERTZ, 2008). Isso norteia

O quadro que fazem do que são as coisas na sua simples atualidade, suas ideias mais abrangentes sobre ordem. Na crença e na prática religiosa, o *ethos* de um grupo torna-se intelectualmente razoável porque demonstra representar um tipo de vida idealmente adaptado ao estado de coisas atual que a visão de mundo descreve (GEERTZ, 2008, p. 67).

Resulta em uma dupla ação, retrata as condições de vida do sujeito no mundo por meio de preceitos morais e estéticos, e expressa as crenças experimentadas a partir da vivência dos sentimentos.

Essa confrontação e essa confirmação mútuas têm dois efeitos fundamentais. De um lado, objetivam preferências morais e estéticas, retratando-as como condições de vida impostas, implícitas num mundo com uma estrutura particular como simples senso comum, dada a forma inalterável da realidade. De outro lado, apoiam essas crenças recebidas sobre o corpo do mundo invocando sentimentos morais e estéticos sentidos profundamente como provas experimentais da sua verdade (GEERTZ, 2008, p. 67).

Na relação entre a crença e a prática dessa experiência religiosa, vem à tona o papel do *ethos* de um grupo, alicerçando um modelo de vida subjugado através da visão do mundo, que o mesmo observa.

A pressão ideológica pela qual atravessava a nação brasileira resultou em um sistema sócio-político que perpassou os diversos grupos da sociedade e chegou até as instituições religiosas. A IPB, enquanto elemento do quadro social brasileiro foi alcançado por esta pressão e logo, o *ethos* presbiteriano se alinhou a partir da ótica social vigente na nação.

“O espaço religioso” (HALBWACHS, 2004, p. 161), é um lugar de lembranças e aspirações. Por isso, “a sociedade religiosa quer se persuadir de que não mudou, ainda que tudo se transforme em torno dela” (HALBWACHS, 2004, p. 166). Essa visão do grupo é idealizada, mas é forte. Como ensina Geertz, “essa visão de mundo torna-se emocionalmente convincente por ser apresentada como uma imagem de um estado de coisas verdadeiro, especialmente bem-arrumado para acomodar tal tipo de vida” (GEERTZ, 2008, p. 67).

É por meio dessa perspectiva de mundo, que o grupo estabelece o seu cotidiano, observa e prossegue no acomodar da vida diária. Assim, observa-se “a visão de mundo que esse povo tem é o quadro que elabora as coisas como elas são na simples realidade, seu conceito da natureza, de si mesmo, da sociedade. Esse quadro contém suas ideias mais abrangentes sobre a ordem” (GEERTZ, 2008, p. 92).

Logo, a crença religiosa se coaduna com o ritual, de maneira que ambas dão sentido à vida e as coisas ao redor. “O *ethos* torna-se intelectualmente razoável porque é levado a representar um tipo de vida implícito no estado de coisas real que a visão de mundo descreve” (GEERTZ, 2008, p. 92), ao mesmo tempo, “a visão de

mundo torna-se emocionalmente aceitável por se apresentar como imagem de um verdadeiro estado de coisas do qual esse tipo de vida é expressão autêntica” (GEERTZ, 2008, p. 92).

A interação significativa entre os valores conservados por um povo e a ordem da existência, a qual esse povo vivencia, “é um elemento essencial em todas as religiões, como quer que esses valores ou essa ordem sejam concebidas” (GEERTZ, 2008, p. 92). Dessa forma, a importância da visão de mundo que um povo expressa.

Tanto o que um povo preza como o que ele teme e odeia são retratados em sua visão de mundo, simbolizados em sua religião e expressos, por sua vez, na qualidade total da sua vida. Seu *ethos* é distinto não apenas em termos da espécie de nobreza que ele celebra, mas também em termos da espécie de baixez que ele condena; seus vícios são tão estilizados como as suas virtudes (GEERTZ, 2008, p. 96).

Em outras palavras, “o mundo dos deuses é outro domínio público, que transcende todos os outros e está imbuído de um *ethos* que todos os outros procuram incorporar, na medida em que o podem fazer” (GEERTZ, 2008, p. 168).

### 3.4 A Prece e a Organização da Sociedade Diante da Ditadura

Para Marcel Mauss o papel da prece na relação com a sociedade é nítido e perceptível na organização e desdobramentos sociais. É fato que muitas vezes a prece passou por inúmeras vicissitudes, desde a sua força coletiva, em especial, aquelas estabelecidas por grupos religiosos, até o individualismo, onde o indivíduo expressa e dialoga direto com o Criador. Logo, por meio da prece observamos que o rito está unido à crença.

A prece,

É plena de sentido como um mito; frequentemente é tão rica em ideias e em imagens como uma narração religiosa. É cheia de força e eficácia como um rito; com frequência é tão poderosamente criadora quanto uma cerimônia simpática (MAUSS, 1999, p. 231).

Mauss propõe a seguinte definição para prece: “é um rito religioso, oral, diretamente relacionado com as coisas sagradas” (MAUSS, 1999, p. 273). A prece reflete as ideias e os diálogos do ambiente *modus operandi* do indivíduo. “É um fenômeno central no sentido de que é um dos melhores signos e pelos quais se manifesta o estado de adiantamento de uma religião” (MAUSS, 1999, p. 232).

Assim, “por mais livremente que a pessoa reze, observa sempre os princípios gerais dos ritos, pelo fato de não os violar” (MAUSS, 1999, p. 246).

Em outras palavras, a prece é um fenômeno social e coletivo, contudo, unido por relações com outros fenômenos coletivos. Aliás, a prece arregimenta outros fenômenos religiosos, é um rito, ou seja, uma ação produzida a partir de coisas sagradas, apresentadas a uma divindade, mas, é também uma crença, pela qual o indivíduo interage.

A IPB ao mencionar uma saudação ao governo militar traz a tona esse paradoxo. Assim, demonstra respeito e consideração pelo governo militar, por meio de um agradecimento ao general Médici que presidiu a república brasileira e faz uma saudação ao novo presidente do país, o general Ernesto Geisel.

Ao General Irmão Ernesto Geisel, nossas orações a Deus para que seu governo seja uma bênção para todos os brasileiros de todas as crenças. Adeus Presidente Médici – Bemvindo Irmão Geisel! (JORNAL BRASIL PRESBITERIANO, abril de 1974, p. 6).

Essa saudação da IPB aos líderes militares foi compreendida por Paixão Junior (2008), como uma demonstração de apoio e simpatia dos líderes da IPB ao governo exercido pelos militares no Brasil.

Fato a ser destacado e que revela o apoio e simpatia ao governo dos militares no Brasil por parte de lideranças da IPB é o agradecimento demonstrado ao general Médici e a saudação de chegada à presidência da república do general Geisel e que se encontra no Jornal Brasil Presbiteriano (PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 118).

A IPB ao mencionar o *aniversário da revolução* novamente enaltece o papel do rito da oração da IPB em prol do presidente. “*O Presidente Geisel foi objeto de orações, para que Deus o preserve, com sabedoria e prudência, no comando da nação brasileira*” (JORNAL BRASIL PRESBITERIANO, 15 de abril de 1976, p. 1).

Quando o presidente Ernesto Geisel passou a presidência ao general João Baptista Figueiredo, o Jornal Brasil Presbiteriano registra o fato, mencionando a chamada da reportagem “Geisel, um homem de fé”, ou seja, a fé do presidente militar é enaltecida:

**Geisel, um homem de fé**

Após ter cumprido com dignidade seu mandato, o Presidente Ernesto Geisel transferiu a Presidência da República ao Gen. João Baptista de Figueiredo.

Foi o primeiro evangélico que, na história do Brasil, cumpriu um mandato presidencial, consagrando-se pela elevação de suas atitudes ante os problemas mais delicados que lhe foram propostos. Deixa um legado de honra ao seu sucessor. Abre um diálogo para o entendimento entre os grupos de opinião que debatem a problemática nacional. Demonstrou, em tudo, pureza de sentimentos e firmeza de propósitos. E soube guardar a fé preciosa que herdou de seus maiores. Isto ficou patente, na visita que fez a Juiz de fora quando avistou-se com o arcebispo daquela cidade mineira, a quem declarou, segundo o noticiário da imprensa: "Eu não sou católico, mas um homem de fé que acredita em Deus e em Cristo" (JORNAL BRASIL PRESBITERIANO. São Paulo, 1º/04/79, p. 1).

Uma prece ressoa muito mais do que uma alma ou um sentimento, mas ecoa uma extensa expressão de formulas, é uma parte de uma obra, objeto de trabalho e dedicação de indivíduos e das gerações. "Ela é também eficaz e de uma eficácia *sui generis*, pois as palavras da oração podem causar os fenômenos mais extraordinários" (MAUSS, 1999, p. 270). Vale ressaltar que a prece não é um delírio sobre o mito, nem uma hipótese sobre o dogma, mas, acarreta sempre uma disposição e constante serviço físico, moral visando produzir certos efeitos.

A IPB ao parabenizar o aniversário de 10 anos da Revolução, por meio da qual os militares assumiram a direção da nação brasileira:

[...] *Avaliando todas as conquistas alcançadas pelo movimento revolucionário de 31 de março de 1964, o povo brasileiro festejou o 12º ano de um Brasil novo, fortalecido e respeitado. Igrejas presbiterianas, em toda a extensão do território pátrio, ofereceram preces de gratidão a Deus pelo clima de austeridade e de desenvolvimento que a nação vem atravessando nestes últimos 12 anos* (JORNAL BRASIL PRESBITERIANO, 15 de abril de 1976, p. 1).

E a oração foi um instrumento pelo qual a IPB interagiu com o regime militar. "O *Presidente Geisel foi objeto de orações, para que Deus o preserve, com sabedoria e prudência, no comando da nação brasileira*" (JORNAL BRASIL PRESBITERIANO, 15 de abril de 1976, p. 1).

Novamente o rito vem à tona justificando o *status quo* da instituição religiosa. "A oração é social não somente por seu conteúdo, mas ainda por sua forma. Suas formas são de origem exclusivamente social. Ela não existe fora de um ritual" (MAUSS, 1999, p. 245). As preces são aglutinadoras da organização da sociedade, visto que os indivíduos envolvidos no rito são cidadãos, inseridos na sociedade direta ou indiretamente e que expressa relações, ação e pensamento.

É uma convergência de movimentos, dirigidos a uma divindade e conseqüentemente que a influencia, dessa maneira, baseia-se em ações materiais das quais se esperam resultados, é um constante exprimir de sentimentos, palavras e ideias.

Segundo Souza, “a condição de oposição na Igreja que apoiava tão decididamente o governo militar não impedia manifestações de patriotismo como na “Oração pelo Presidente da República”” (SOUZA, 2013, p. 226-227).

A prece propõe uma existência além do indivíduo, ou seja, no âmbito do ritual, da convenção religiosa. “Falar é, ao mesmo tempo, agir e pensar: eis por que a prece depende, ao mesmo tempo, da crença e do culto” (MAUSS, 1999, p. 230).

### **3.5 O Papel da Música na Transmissão Teológica na Liturgia da IPB**

Mendonça (2008) destaca a relação e o serviço que a hinologia prestou a teologia, ou seja, a teologia dos primeiros missionários protestantes que desembarcaram no Brasil era refletida por meio das letras dos cânticos.

O cântico congregacional diz Mendonça (2008) reproduz um discurso, que exige dos participantes o domínio da linguagem, por outro lado, o cântico congregacional também atua como um espaço à emoção ainda que restrito.

O culto protestante não inclui o gesto e a imagem, não oferece apoio ao sensível: ele é discursivo e racional, mais uma aula do que um encontro com o sagrado. O pequeno espaço reservado à emoção corre por conta do cântico congregacional, mas os hinos também são discursos. De modo que a participação no culto protestante exige significativo domínio da linguagem (MENDONÇA, 2008, p. 226).

No âmbito conservador, no qual está inserida a IPB (MONTEIRO *apud* AMARAL, 2012, p. 31) “a perspectiva conservadora caracteriza-se pela imutabilidade e pela interdição. Em outras palavras, as letras das músicas buscam refletir a tradição confessional da igreja, dentro de uma linha ortodoxa”.

Segundo Costa (2003), o apelo didático visava instruir por meio, da transmissão das Escrituras. “Para os reformadores, os cânticos tinham um grande apelo didático, objetivando, inclusive, a fixação das Escrituras” (COSTA, 2003, p. 92).

Logo, torna-se visível a participação preponderante dos reformadores em relação à música, enquanto elemento do culto protestante. “*Lutero enseñó a su*

*gente a cantar componiendo cánticos*” (BABBAGE, 1977, p. 74). Por outro lado, a singeleza torna-se algo salutar na execução litúrgica, *“Calvino enfatiza dos axiomas como guías: la música es para la gente, por lo que debe ser simple; la música es para Dios, por lo que debe ser modesta. Debemos regular la música, insiste él, “para que sea útil y no pernicioso”*” (BABBAGE, 1977, p. 74).

Esse cuidado com o conteúdo da letra, a atenção à teologia propagada e a repreensão a distorções teológicas, tornou-se um padrão. *“Debemos demostrar la debida preocupación por lo que se canta. [...] Hemos de tener cuidado con la doctrina (1 Ti 4:16)”* (BABBAGE, 1977, p. 74).

A preocupação não só passou pelos reformadores, mas perpassou pelo ambiente reformado, e a IPB como ramo da Reforma Protestante também recebeu esse *modus operandi*. O cuidado ao conteúdo doutrinário visa oferecer um culto que não se desvie da instrução divina, ou seja, a música deve sempre ser útil ao culto e nunca um empecilho. *“Es necesario que haya un correcto acople entre el sonido y el sentido, entre la música y las palabras”* (BABBAGE, 1977, p. 75). A ênfase na doutrina por meio da música cantada objetiva reforça no povo o conteúdo da fé.

W. Stanford Reid ao falar sobre *El Culto Reformado*, menciona alguns elementos do culto reformado, ressaltando o papel da música nas igrejas reformadas. *“Una importante innovación que los reformadores protestantes trajeron al culto público fue la de volver a introducir la música en el mismo como parte de la participación congregacional”* (REID, 1977, p. 41).

Ao observar o papel da música na igreja protestante e conseqüentemente na IPB, “fica claro o papel da música, não só como arte voltada para o culto, mas como poderoso veículo reprodução teológica. Canta-se aquilo em que se crê” (AMARAL, 2012, p. 32).

### **3.6 O Papel Religioso e Simbólico da IPB na Ditadura**

É por meio da comunicação que expressamos as representações. Dessa maneira, “as representações coletivas seriam o produto de uma ‘imensa cooperação’ coletiva, resultante de uma ‘multidão de espíritos diversos’ que durante gerações acumularam experiência e saber” (OLIVEIRA, 1973, p. 34).

Por isso, “a comunicação e a expressão significativa são mantidas por meio do uso de elementos simbólicos – palavras, imagens, gestos – ou de sequencia

destes” (WAGNER, 2000, p. 77). O significado de tais elementos passa por associações ou contrastes em diversos contextos. “O significado, portanto, é uma função das maneiras pelas quais criamos e experienciamos contextos” (WAGNER, 2000, p. 77).

Para Wagner “quando um símbolo é usado de modo não convencional, como na formação de uma metáfora ou um tropo de alguma outra ordem, um novo referente é introduzido simultaneamente com a nova simbolização” (WAGNER, 2000, p. 85).

Em outras palavras, a IPB adaptou-se ao ambiente regimentado pelo militarismo no Brasil. Logo, a fé cristã será interpretada como correndo um risco eminente, diante de inimigos perversos, seja o comunismo, o ecumenismo e o liberalismo teológico. Neste contexto, a República é enxergada a partir da ótica teopolítica, ou seja, o governo que busca eliminar os revoltosos que por sinal, são inimigos da fé torna-se benquisto no ambiente religioso, perfazendo um caminho de junção de forças em prol da guerra contra os perversos adversários.

Em outras palavras, o comunismo era sempre nocivo, enquanto os militares surgiam como uma força propulsora na defesa contra os inimigos do cristianismo e expressão de aprovação divina, por meio do envolvimento, engajamento e participação ativa de cristãos. Vale ressaltar o papel que muitos cristãos desempenharam enquanto justificadores da ação *modus operandi* do regime militar.

Segundo Carlos Brandão um fato importante do papel da religião na vida do povo precisa ser destacado

Porque, entre os subalternos, a religião é considerada um somatório de recursos a mais para *servir* a uma vida de provações e, não tanto, para *ser servida* como um compromisso a mais de subordinação pelo qual essa mesma vida estreita laços de fidelidade desigual com a ideologia e as agências confessionais eruditas de sacralização ‘de fora’, de uma ordem dominante de relação dentro e fora do mundo da religião (BRANDÃO, 1980, p. 137).

A memória coletiva é fixada através dos mitos e repassada por meio dos ritos (HALBWACKS, 2004). A liturgia é uma nítida reprodução da memória coletiva. “Desse modo, todo empreendimento humano de comunicação, toda comunidade, toda ‘cultura’ encontra-se atada a um arcabouço relacional de contextos convencionais” (WAGNER, 2000, p. 81).

### 3.7 Funções Sociais da Religião na Igreja Presbiteriana do Brasil

A seguir buscar-se-á apresentar uma análise social da religião, ou seja, como as dimensões sociais corroboram ou não para a expansão e o estabelecimento da religião na sociedade e no *modus operandi* da IPB. A expressão religiosa, no período pesquisado de 1964-1978, será observada, por meio, dos aspectos sociais da religião refletida na Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB).

Segundo Bourdieu (1998) a religião é um conjunto de práticas (mito) e representações (símbolos / ritos) revestidas de caráter sagrado. Em outras palavras, é uma linguagem, um sistema simbólico de comunicação e pensamento. A religião “está predisposta a assumir uma função ideológica, função prática e política de absolutização do relativo e de legitimação do arbitrário” (BOURDIEU, 1998, p. 46).

E esta religião, diz Bourdieu (1998), reveste o que é produto humano com o caráter divino. Na IPB, por exemplo, há uma forte ênfase no período supracitado, em torno de um embate contra o comunismo ou as atitudes comunistas, logo, a igreja tornou-se uma defensora contra os inimigos da fé, assim, revestir o humano de caráter divino, é algo típico no campo religioso.

Desta maneira, a religião fornece entre outras coisas, uma função psicológica, quem sou, para onde vou, o sentido de bem e mal; além da função social (ideológica), de justificar a existência dentro de condições sociais bem concretas (pobre / rico). A religião realiza esta função, graças ao seu efeito de consagração ou de legitimação de diferentes situações. Em outras palavras, a religião submete o mundo natural e social – *ethos* - a uma mudança de natureza.

“O *ethos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético, e sua disposição é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que na vida reflete” (GEERTZ, 2008, p. 92).

Para Peter Berger a participação do indivíduo na sociedade estimula e estabelece a construção e suas respectivas atividades no processo de socialização:

A participação individual numa cultura não só acontece num processo social (a saber, o processo chamado socialização). Mas a continuação de sua existência cultural depende da manutenção de dispositivos sociais específicos. A sociedade é, portanto, não só resultado da cultura, mas uma condição necessária dela. A sociedade estrutura, distribui e coordena as atividades de construção do mundo desenvolvidas pelos homens. E só na sociedade os produtos dessas atividades podem durar (BERGER, 1985, p. 21).

Desta maneira, essa construção do mundo, acarreta na formação do caráter de realidade objetiva. “O homem produz valores e verifica que se sente culpado quando os transgride. O homem forja instituições, que o enfrentam como estruturas controladoras e intimidatórias do mundo externo” (BERGER, 1985, p. 23).

Bourdieu menciona simultaneamente ao desenvolvimento, o surgimento de um corpo de sacerdotes. Aliás, “o corpo de sacerdotes tem a ver diretamente com a racionalização da religião e deriva o princípio de sua legitimidade erigida em dogma cuja validade e perpetuação ele garante” (BOURDIEU, 1998, p. 38).

Essas “diferentes instâncias religiosas, indivíduos ou instituições” (BOURDIEU, 1998, p. 57) diante da estrutura do exercício do poder religioso ou bens de salvação, utilizam-se do capital religioso, em pelo menos duas funções. “De um lado (I), este capital religioso depende do estado, em um dado momento do tempo, da estrutura das relações objetivas entre *a demanda religiosa* [...] e *a oferta religiosa*” (BOURDIEU, 1998, p. 57), por outro lado,

(II), este capital religioso determina tanto a natureza, a forma e a força das estratégias que estas instâncias podem colocar a serviço da satisfação de seus interesses religiosos (BOURDIEU, 1998, p. 57).

A racionalização da religião, exerce um procedimento próprio, e isso reflete nas funções dos interesses religiosos. Ou seja, no lidar constante da divisão do trabalho religioso e conseqüentemente do trabalho político. Essa reinvenção é característica do campo religioso.

A nação brasileira enfrentava o florescer do regime ditatorial, onde pessoas foram estigmatizadas, presas e outras vítimas de sumiços. Por outro lado, a cultura política ao redor parece encontrar guardião na instituição religiosa (IPB). É nítido neste processo, o serviço da religião segundo Berger (1985), ou seja, estabelecer a ordem estabelecida, diante de um caos:

A religião serve, assim, para manter a realidade daquele mundo socialmente construído no qual os homens existem nas suas vidas cotidianas. Seu poder legitimamente tem, contudo, outra importante dimensão – a integração em um *nomo* compreensivo precisamente daquelas situações marginais em que a realidade da vida cotidiana é posta em dúvida. (BERGER, 1985, p. 55).

Logo, a visão da IPB foi a de propagar o enfrentamento ao comunismo e seus adeptos, demonstrando a legitimação das situações marginais em termos de uma realidade sagrada de abrangência universal, feita pela religião (BERGER, 1985).

Ao falar sobre o protestantismo que desembarcou no Brasil, em especial com as igrejas denominadas “protestantismo de missão ou conversão, quanto às do protestantismo de imigração” (MENDONÇA, 2005, p. 52). E conseqüentemente, em relação, ao envolvimento dos protestantes acerca de causas e situações políticas ocorridas na nação brasileira, Mendonça ressalta o distanciamento ou mesmo uma participação sem grande repercussão na vida política da nação.

O pensamento básico deve ser procurado no grupo do chamado protestantismo de missão ou conversão, pois que foi este que se inseriu, na medida do possível, na sociedade brasileira e esteve mais perto, embora com prudência, das instâncias políticas (MENDONÇA, 2005, p. 53).

Faltou desde a chegada do protestantismo no Brasil uma identificação com a cultura brasileira, em especial na dependência teológica e nas matrizes denominacionais (MENDONÇA, 2005). Mendonça abdica de falar em protestantismo brasileiro, “por essas razões, quando se fala em protestantismo brasileiro, creio que se deve entender por protestantismo no Brasil” (MENDONÇA, 2005, p. 51).

Mendonça salienta a ênfase na democracia enquanto princípio defendido pelo protestantismo.

O protestantismo, principalmente o calvinismo posterior, privilegiou as relações sociais e econômico-políticas, no sentido horizontal, buscando pôr de lado todo tipo de dependência piramidal ou vertical. Em suma, uma desconfiança permanente de monarquias absolutas em favor de repúblicas democráticas (MENDONÇA, 2005, p. 51-52).

Na prática o discurso da IPB foi enfático na expressão popular do *status quo* religioso, ou seja, diante do nascedouro do regime militar brasileiro, a IPB percorre o caminho da obediência ao governo político sem questionamentos, uma vez que os mesmos enfrentavam os inimigos, ou seja, o comunismo.

“Não somente isto, os comunistas eram os inimigos a serem vencidos na nação brasileira, mas eram também o inimigo da IPB e, do fundamentalismo norte-americano que aqui chegou” (PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 172-173). E isso, corrobora para dar coesão e nomia social na execução da religiosidade (BERGER, 1985).

Isso permite ao sujeito que enfrenta essa batalha a enxergar o seu lugar no âmbito de um mundo que tem sentido (*nomos*). “Em termos religiosos, a sagrada ordem do cosmos é, repetidas vezes, reafirmada perante o caos” (BERGER, 1985, p. 65). E a produção desse significado é a “teodiceia”.

Essa postura da IPB é oriunda da matriz teológica que os protestantes trouxeram ao Brasil, segundo Mendonça isso se deve a influência de alguns fatores, seja o pietismo, o fundamentalismo e mesmo a cosmovisão cristã arraigada e transmitida por meio dos protestantes.

Em suma, o protestante é um indivíduo que professa uma religião individual, de consciência, que se inspira na interpretação direta e pessoal da Bíblia, pauta suas ações na ética racional do trabalho e na moral burguesa vitoriana. Sua racionalidade procura manter a distância a interferência do extraordinário no cotidiano, assim como sua individualidade o situa nos limites mínimos do poder sacerdotal ou eclesiástico (MENDONÇA, 2005, p. 52).

Em outras palavras, “autonomia política (poder), mas não cultural, era o que, de fato, as igrejas ostentavam” (MENDONÇA, 2005, p. 59).

### **3.8 Alguns Indícios do Regime Militar na Mídia da IPB**

O Jornal Brasil Presbiteriano do mês de maio de 1964 apresenta uma “Representação ao Sr. Presidente da República” (JORNAL BRASIL PRESBITERIANO, maio de 1964, p. 1), na época o general Castelo Branco. O texto escrito pelo Rev. Gutenberg de Campos, “o secretário para atividades cívico-sociais do Sínodo Oeste do Brasil dirige-se ao Presidente Castelo Branco” (JORNAL BRASIL PRESBITERIANO, maio de 1964, p. 1). O conteúdo de parte desta representação é assim expresso:

Nessa mensagem, o Sínodo, respeitosamente, declara que dirige a Deus orações em favor do mais alto magistrado da república. Que, nessas orações, muito especialmente o Sínodo pede a Deus <<em favor da saúde pessoal, preciosa, de V. Excia., e também, que conceda a V. Excia. a cobertura de ampla inspiração divina, a fim de que V. Excia. saiba dirigir com sabedoria, serenidade e firmeza, os destinos da Nação e para que a grande Pátria de Nabuco, de Ruy e de Caxias, esteja em condições de ser, o mais breve possível reintegrada, de novo, nos quadros normais de sua ordem jurídica, constitucional e democrática>>. [...] <<Que, nos fundamentos da 5.<sup>a</sup> República, - em boa hora inaugurada por V. Excia., sejam intangíveis às liberdades humanas, notadamente as liberdades de culto e de prédicas e no que diga respeito à igualdade objetiva de direitos a todos os Credos, diante de Leis justas e perante o Poder Público, legal e democraticamente instituído.>> Que deste modo, o governo de V. Excia. passe à História, como um governo autenticamente democrático, humildemente temente a Deus, e por isso mesmo, voltado de fato, e incondicionalmente, às causas urgentes e ingentes da Justiça Social, do

Direito, da verdade e da Justiça>>. [...] <<Que, finalmente, Deus ilumine e guarde, sempre, a V. Excia., para o bem da Pátria e para inspiração e exemplo de seus generosos filhos. A Representação conclui: <<O Brasil, ilustre Marechal, odeia o comunismo, - mas com a mesma generosidade e altivez de sentimentos -, odeia, igualmente, toda e qualquer forma totalitária ou fascista de governo.>> Na certeza irrefutável de que a <<a Justiça exalta as Nações e de que o Pecado é o opróbrio dos Povos>>, - hipotecam, Senhor Presidente, - respeitosa e patrioticamente, enorme soma de confiança em seu Governo.>> (JORNAL BRASIL PRESBITERIANO, maio de 1964, p. 1).

É perceptível no discurso do Rev. Gutenberg de Campos, aproximadamente um mês após a chegada ao poder político na nação brasileira pelos militares, um alinhamento consciente ou inconsciente com o governo regente da nação brasileira.

Vê-se refletida uma antiga preocupação política da IPB, ou seja, aquela relacionada à liberdade de culto e de livre expressão religiosa. Além do mais, que se pese a fobia do exercício de um poder totalitário de caráter fascista, há uma nítida aprovação à "destruição" do comunismo no Brasil (PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 173).

Observa-se na representação do sínodo uma ênfase a liberdade de culto, ressaltada como característica de um governo democrático, por outro lado, ocorre uma aprovação pela atitude dos militares diante do comunismo (PAIXÃO JUNIOR, 2008).

A IPB enxerga a tomada de poder pelos militares como um avanço em busca de uma nação livre de um possível governo totalitário ou fascista, aliás, faz isso também com a demonstração de confiança no governo que assumiu o poder.

Em outubro de 1964, outro artigo publicado no Jornal Brasil Presbiteriano, pelo Rev. Gutenberg de Campos, secretário para atividades cívico-sociais do Sínodo Oeste do Brasil, traz no título Credo Cívico:

[...] CREIO nos destinos da república e na vitória dos ideais democráticos, no Brasil, porque creio na ação deste mesmo Cristo sobre a consciência e os sentimentos dos brasileiros; CREIO no patriotismo sincero e na fé cristã honesta de muitos líderes que, entre nós, se empenham, de fato, na renovação dos nossos costumes políticos e sociais; Abro grande soma de crédito e de confiança aos atuais detentores do poder público e em nossa Pátria; Creio que Deus os sustentará em todos os gestos para o bem da república em todas as decisões em favor do bem social e da dignidade humana; CREIO porém que Deus, o Supremo Juiz, os julgará, com retidão, pedindo-lhes conta de tudo quanto fizerem e emprenderem; [...] (JORNAL BRASIL PRESBITERIANO, outubro de 1964, p. 6).

Observa-se uma profunda confiança no governo que assumiu o poder da nação brasileira, ressaltando os ideais democráticos, o patriotismo por parte dos

cristãos e roga a confiança em Deus que os sustentará em favor do bem da república, além de rogar ao Deus, o 'Supremo Juiz' que os orientem em tudo.

O Jornal Brasil Presbiteriano na edição 3 e 4, do ano de 1974, recorre ao boletim dominical da IPB Nacional na cidade de Brasília, assinada pelo pastor da igreja, o Rev. Aristeu O. Pires. O referido boletim é transcrito no jornal com ensejo e nítida aprovação à menção e expressão do texto.

#### **Igreja Presbiteriana Nacional saúda Presidente da República**

Registrando o fato histórico da posse do primeiro Presidente do Brasil, de confissão protestante, o boletim dominical da Igreja Presbiteriana Nacional de Brasília, edição de 17 de março de 1974, apresenta a seguinte mensagem subscrita por seu pastor, Rev. Aristeu O. Pires: "Entramos hoje na primeira semana com novo governante dos destinos da Nação. Um homem probo, honesto, operoso e capaz deixa o poder e assume o seu lugar outro homem público, com folha de serviço relevante e personalidade definida e, sobretudo isso, um crente evangélico. Esta é a primeira vez que um membro de Igreja Protestante assume em toda a América Latina as rédeas presidenciais de uma nação. Temos encontrado pessoas que dizem: "Agora é a vez de vocês protestantes". Nada mais errado do que tal pensamento. Os evangélicos não vêem na posse de um seu irmão nenhuma abertura de oportunidade para nós de receber simplesmente a primeira oportunidade de ter RESPONSABILIDADE. Se o General Geisel assumisse o poder para guindar protestantes aos postos mais cobiçados isso seria, para nós um fracasso nosso, uma derrota. Na primeira vez que nos deram oportunidade, avançamos no bolo como se fez muitas vezes no Brasil quando homens sem escrúpulos foram postos a mandar. [...] Ao General Emilio Garrastazu Médici nossa gratidão pela lhanura e justiça com que nos tratou no seu governo. Ao General Irmão Ernesto Geisel, nossas orações a Deus para que seu governo seja uma bênção para todos os brasileiros de todas as crenças. Adeus Presidente Médici – Benvindo Irmão Geisel!" (JORNAL BRASIL PRESBITERIANO, abril de 1974, p. 6).

Ao mesmo tempo em que a IPB enaltece o governo do então General Emilio Garrastazu Médici, enquanto exemplo de candura e justiça na administração do governo e no tratar com os protestantes. Ao mesmo tempo, saúda a chegada do também General Ernesto Geisel, chamado respeitosamente de irmão, por professar a fé protestante, o texto conclama os cristãos na intercessão pelo governo, rogando que o mesmo seja uma bênção para o povo brasileiro de todas as crenças. Ou seja, ocorre aqui uma valorização indireta a liberdade de culto no Brasil.

Erickson ao analisar a dicotomia entre sagrado e profano, proposta por Durkheim, diz: "Se os dois mundos [sagrado e profano] entram em contato, o profano contamina o sagrado. [...] O profano, ao contaminar o sagrado através das suas ações, torna-se o foco da raiva e da violência sagrada" (ERICKSON, 1996, p. 56).

A IPB segue um caminho oposto ao aquele da teologia da libertação. Nas palavras de Gustavo Gutiérrez, um dos ícones do referido movimento, a opção preferencial pelos pobres, “tornou-se um elemento essencial da cultura política/religiosa dos setores mais radicais do cristianismo da libertação” (LÖWY, 2000, p. 124). Ou seja, no “cristianismo da libertação”, expressão proposta por Löwy (2000, p. 57), “os pobres são os agentes de sua própria libertação e o sujeito de própria história – e não simplesmente, como na doutrina tradicional da Igreja [católica], objeto da atenção caridosa” (LÖWY, 2000, p. 60).

É preciso salientar que entre os princípios básicos dos defensores do cristianismo da libertação consta:

A luta contra a idolatria (não o ateísmo) como inimigo principal da religião, isto é, contra os novos ídolos da morte adorados pelos novos Faraós, pelos novos Césares e pelos novos Herodes: Bens materiais, Riqueza, o Mercado... O uso do marxismo como instrumento socioanalítico a fim de entender as causas da pobreza, as contradições do capitalismo e as formas de luta de classe; A opção preferencial pelos pobres e a solidariedade com sua luta pela autolibertação. (LÖWY, 2000, p. 61).

O universo ideológico no qual está inserida a IPB, é a prática religiosa tradicional de linha ortodoxa.

É uma religião quase secularizada e se aproxima, mesmo quando institucionalizada, de uma religião civil. As igrejas são comunidades de fé e aprendizado religioso mútuo. A disciplina, que se prende mais a questões de ética, principalmente de moral, tende a se tornar elástica na medida em que, no gradiente seita-igreja, a comunidade se aproxima mais desta (MENDONÇA, 2005, p. 52).

Em outras palavras o discurso da IPB, legitimou e ofereceu meios e artifícios aos fieis desejosos de exercer uma cidadania utópica, sem interferência na práxis religiosa da sociedade ao redor. É o que Wach chama de motivações religiosas presentes na sociedade.

Todo aquele que recapitula a história da sociedade do ponto de vista de sua inter-relação e interação com a religião, vê sobressair diante de si um fato: as motivações religiosas podem agir positiva e negativamente. Elas ‘constroem’ e elas ‘destroem’ (WACH, 1990, p. 456).

É importante destacar que a perspectiva política a qual enfrentava a nação brasileira, foi um padrão que teve repercussão na Igreja Presbiteriana do Brasil, ou

seja, uma influencia teo-política fruto não apenas de uma opção da instituição, mas um reflexo do papel social vivenciado pela sociedade brasileira.

Estes grupos tendem a crescer. No processo deste crescimento, eles absorverão, modificarão e destruirão o que contraria a concretização de completa integração de uma comunidade religiosa particular ou universal. Surgirão, pois, compromissos, na proporção em que a força e o impulso da experiência original definham e à medida que condições e fatores exteriores se tornam perceptíveis. O desenvolvimento real será determinado pela disposição e espírito que prevalecerem no grupo e que podem variar desde fanatismo exclusivo até atitude sofredora, branda e paciente, em sua principal “política” e relações reais com o mundo “exterior” (WACH, 1990, p. 456-457).

Ao mesmo tempo, esses contrastes presentes na sociedade brasileira e que logo se espalharam nos grupos e nas instituições religiosas demonstram uma parte importante no âmbito religioso, pois coloca em foco a estrutura e passos do *status quo* da prática religiosa. “A vitalidade e o vigor de um grupo religioso são testados com o surgimento de tendências, pontos de vista e práticas conflitantes, dentro da comunidade” (WACH, 1990, p. 457).

A comunidade diante de tais circunstâncias, tende a voltar-se para a sua própria história. No embate do regime militar, a IPB fincou os passos na expressão religiosa de cunho fundamentalista, diante do inimigo comunismo e de desvios da ortodoxia, segundo a expressão do grupo que exercia a liderança majoritariamente.

“Em grupos especificamente religiosos, a comunidade ideal será aquela concretizada e buscada no estágio incipiente de sua história” (WACH, 1990, p. 457). Porém, “a nota importante é encontrada na formulação dos valores e padrões concretos, que o grupo representa e que são determinados por suas experiências religiosas básicas” (WACH, 1990, p. 457).

Segundo Wach, a força construtiva da religião excede os desatinos. E diante dos algozes do regime militar o protestantismo refletiu uma presença mais incólume frente à sociedade.

Nós defendemos a tese de que a força construtiva da religião sobrepuja suas influências destrutivas. Fundamentalmente e em última análise, a religião contribuiu para a interação social, embora em última instância não deva ser identificada com seus efeitos (WACH, 1990, p. 456).

Em outras palavras, essa interação do cidadão com a sociedade *modus operandi* redundava em implicações, ainda que muitas fiquem restritas ao caráter institucional. Segundo Weber (*apud* LEMOS, 2012):

Nesse sentido, as ações religiosas estão orientadas para este mundo, são realizadas “para que vós muito bem e vivas muitos e muitos anos sobre a face da terra” e, conseqüentemente as grandes religiões da humanidade têm gastado grande parte de suas energias buscando garantir a oferta desse bem. Sendo assim, quando os crentes percebem uma grande discrepância entre a promessa de garantia desse bem e a experiência cotidiana do mal, faz-se necessário uma explicação plausível para tal fenômeno. É aí que são constituídas as teodiceias. (WEBER *apud* LEMOS, 2012, p. 85-86).

A Igreja Presbiteriana enfrentará um dos períodos mais árduos da sua história no Brasil, pois a perspectiva da ditadura militar teve êxito em alcançar uma visão favorável, a qual influenciou em muitos líderes da instituição.

Neste capítulo, apresentamos um breve quadro descritivo da IPB diante dos conflitos e dilemas da ditadura militar, a partir de uma perspectiva histórico-sociológica, buscamos o conceito de campo religioso em Pierre Bourdieu, expressão religiosa em Joachim Wach, *ethos* em Clifford Geertz, a prece em Marcel Mauss, cuja intenção foi observar a organização da sociedade diante dos parâmetros do ambiente ditatorial. Em seguida, destacamos o papel da música na transmissão teológica na liturgia da Igreja Presbiteriana do Brasil, perpassando pelo papel religioso e simbólico da instituição, o que resultará na análise das funções religiosas da IPB e finalizando com alguns indícios da influência do regime militar na mídia da IPB.

Fazemos agora uma análise pormenorizada dos documentos oficiais, mais precisamente do Digesto Presbiteriano, documento este que expressa as resoluções do Supremo Concílio o órgão máximo da Igreja Presbiteriana do Brasil. Observaremos a partir do Digesto Presbiteriano, parte do resumo dos debates que surgiram no seio da IPB, em especial na questão da liturgia presbiteriana.

## **CAPÍTULO 4 - DIGESTO PRESBITERIANO: UM OLHAR SOBRE A LITURGIA NA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR**

Neste capítulo trataremos do objeto de pesquisa, a liturgia a partir do Digesto Presbiteriano, entre os anos 1964-1978. Parte do resumo dos debates que surgiu no seio da IPB, um pouco antes e durante o período da ditadura militar. A teo-política da IPB será observada enquanto quadro que desencadeará a instituição frente à ditadura militar.

Na delimitação mencionaremos especificamente a administração do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil (SC/IPB), por parte do Rev. Boanerges Ribeiro, o qual presidiu o SC/IPB por três décadas. Sua gestão é considerada um período de contrastes e extremos. Por um lado, a perseguição aos progressistas, por outro a ênfase ao engajamento da IPB para uma postura mais conservadora e fundamentalista da *práxis* teológica.

Analisaremos o papel da liturgia na IPB diante da ditadura militar, em seguida, trataremos à liturgia presbiteriana a partir dos documentos tratados no Digesto Presbiteriano, de modo que o período maior 1964-1978, será dividido por períodos e totais de documentos relacionados à liturgia.

Assim, entre 1962-1966, teremos 2 documentos. Entre 1966-1970, teremos 4 documentos. Entre 1970-1974, teremos 6 documentos. E entre 1974-1978, teremos 6 documentos. Esse período é estratégico, pois refere-se à essas datas do SC/IPB, nas quais o Digesto Presbiteriano faz um resumo dos temas debatidos no Concílio.

### **4.1 A Teo-Política da IPB no Regime Militar**

Com o golpe militar e a chegada dos militares no controle da política nacional, tal como em outras denominações históricas, como metodistas, batistas, os presbiterianos também atravessaram percalços dentro da própria instituição (QUADROS, 2011).

O conflito entre os denominados conservadores e os progressistas, ficou extremamente acirrado, resultando na vitória dos primeiros. “No momento em que o pensamento político conservador e repressivo no cenário político encontrou seu correspondente no cenário religioso protestante e vice-versa” (PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 257). Logo começaram as consequências no âmbito presbiteriano. “O

resultado foi o a deposição de líderes, de departamentos e a extinção, pelo Governo Militar, do Setor de Responsabilidade Social e o de Juventude da CEB” (PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 257).

É preciso salientar uma característica desse grupo opositorista. “Embora minoritária, o grupo opositor era uma vanguarda intelectual ativa na vida da Igreja. Esse grupo contraditório era, em sua maioria, formado por pessoas ligadas ao ecumenismo e ao movimento de responsabilidade social da igreja” (SOUZA, 2013, p. 235).

Ocorre na IPB uma nítida relação e interação da chamada teo-política:

O termo indica a interdependência do crer com o poder [...] Mas se as instâncias institucionalizadoras, Estado e Igreja, partilham semelhanças, distinguem-se em outros campos. O hífen do conceito acentua as não coincidências, a autonomia relativa que renova constantemente as tensões e conflitos entre as duas esferas. Somente a instituição religiosa, afinal, atua sobre o *post mortem* e nem sempre seus valores coincidem com a racionalidade estatal (QUADROS, 2010, p. 78).

Essa interação entre a instituição religiosa (IPB) e o governo estabelecido, corroborou para a legitimação da autoridade nas relações socioculturais, quanto nas diversas expressões que a sociedade brasileira revelou na relação teo-política ou mesmo na tensão social com o biopoder.

Para Claude Lefort, é nesse momento da relação entre a crença e o estado que fica estabelecido um alicerce da religião na ordem política.

A partir do momento em que se trava uma relação entre um certo tipo de instituição política e um certo tipo de instituição religiosa é que se faz legível um fundamento religioso da ordem política, tanto quanto um fundamento político na igreja, já que então esta deixa de ser confundida com a humanidade cristã para circunscrever em um espaço, para se ordenar sob um poder e se imprimir em um território (LEFORT, 1991, p. 274).

A IPB serviu de servidora da ordem.

## 4.2 O Supremo Concílio Diante do Regime Militar

No quadriênio do Supremo Concílio da IPB entre 1962-1966, período este que emerge o golpe militar, o presidente e o vice-presidente do SC/IPB eram respectivamente o “rev. Amantino Adorno Vassão e o rev. José Borges dos Santos Júnior” (MATOS, 2009, p. 323). Aliás, “em 1963, ainda, Amantino Adorno Vassão,

então presidente do SC/IPB, foi eleito presidente da CEB. Logo, procurou imprimir uma linha mais conservadora à instituição” (PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 257).

Esta linha mais conservadora seria assumida pelo Supremo Concílio como padrão oficial da IPB. Isso ocorreu por intermédio da chegada à presidência do SC/IPB do Rev. Boanerges Ribeiro (MATOS, 2009; PAIXÃO JUNIOR, 2008), um líder que já trilhava passos auspiciosos na IPB.

Rev. Boanerges no período supramencionado:

Já ocupava lugar de destaque no campo religioso político e administrativo da IPB chegando a organizar a Casa da Editora Presbiteriana e a partir de 1966 assumindo a direção do Supremo Concílio da IPB por um período de três mandatos consecutivos, deflagrando um período de fundamentalismo teológico acirrado nesta Igreja (PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 257).

Em 1962 o SC/IPB escolheu como redator-chefe do jornal Brasil Presbiteriano, o Rev. Domício Pereira de Matos, que já tinha sido diretor por cerca de nove anos do jornal O Puritano (MATOS, 2009). No Jornal Brasil Presbiteriano aparecia um slogan com a seguinte descrição. “Órgão Oficial da IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL - Sucessor de "O PURITANO" e "NORTE EVANGÉLICO”” (JORNAL BRASIL PRESBITERIANO, fevereiro de 1962, p. 1).

A chegada do Rev. Domício trouxe um novo padrão editorial ao jornal, pois pela experiência em editorial contribuiu muito para essa nova etapa do jornal. Ele fez “um curso de especialização em jornalismo nos Estados Unidos” (MATOS, 2009, p. 62). Era pastor presbiteriano no estado do Rio de Janeiro. “Domício imprimiu ao órgão da igreja uma postura fortemente social e ecumênica” (MATOS, 2009, p. 62).

O jornal sob a direção do Rev. Domício tornou-se “aberto a todas as linhas de opinião” (MATOS, 2009, p. 62). O redator expressava a postura que o jornal adotava e que se desenvolvia “queremos que o jornal da igreja seja livre, democrático, e onde cada um possa dizer o que pensa, desde que o faça dentro da ética jornalística, em estilo e forma literária aceitável” (BRASIL PRESBITERIANO *apud* MATOS, 2009, p. 62). Por meio de cartas a redação, leitores e membros da própria IPB enviavam cartas tanto de elogios, quanto de repúdio, estes últimos o acusavam de esquerdista ou adepto ao comunismo.

Dessa maneira, “durante quase dois anos, os editoriais do redator-chefe defenderam posições ousadas para uma igreja conservadora como a IPB” (MATOS, 2009, p. 62). Essa postura de questionamentos a sociedade e a própria atuação da

igreja na sociedade causaria alguns enteveros, um destes foi suscitado entre o então presidente do SC/IPB Rev. Amantino Vassão, que após a exoneração a pedido do diretor do jornal “o prof. J. M. Wanderley” (MATOS, 2009, p. 63), tornou-se o diretor do jornal.

“Amantino apresentou queixa contra o jornal afirmando que ele não refletia o pensamento da igreja e criticando o redator-responsável” (MATOS, 2009, p. 63). Segundo o Rev. Amantino aquela postura do jornal, contrariava sua consciência, assim “pediu exoneração”, como diretor. “A CE-SC atendeu ao pedido de exoneração e manteve o redator-chefe no cargo” (MATOS, 2009, p. 63).

A crise estava instalada, pois adiante o diretor responderia alguns leitores de forma dura e seria repreendido pela própria CE-SC. Entre as respostas aos questionamentos feitas pelo redator temos a denúncia diante da “execrável política eclesial forjada atualmente por alguns homens da cúpula da IPB” (BRASIL PRESBITERIANO *apud* MATOS, 2009, p. 63) e da “politicagem na alta administração da igreja” (BRASIL PRESBITERIANO *apud* MATOS, 2009, p. 63).

Assim, “seu pedido de demissão foi aceito” (MATOS, 2009, p. 63) e a CE-SC buscou suprir a vacância do cargo. “O redator até abril de 1964 era Domício Pereira de Matos, fichado por órgãos de repressão como comunista” (SOUZA, 2013, p. 127).

Assim, “as crises e conflitos tornavam-se insolucionáveis. Neste cenário, em maio de 1964, o Rev. Boanerges Ribeiro foi convidado para assumir a responsabilidade de diretor e redator-chefe do jornal” (PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 279).

Souza (2013) salienta que o novo diretor já exercia atuação no seio da IPB. “O novo diretor era Boanerges Ribeiro, que já vinha atuando como diretor da Casa Editora Presbiteriana e fora nomeado provisoriamente para o jornal” (SOUZA, 2013, p. 130). Paixão Junior na sua tese de doutorado descreve essa situação:

*A manchete intitulava-se Novo diretor do Brasil Presbiteriano: convidado Rev. Boanerges Ribeiro: estuda-se completa reestruturação. Assinada pelo secretário executivo do SC/IPB a resolução trazia os seguintes dados: o pedido de exoneração por parte do redator-chefe, Domício Pereira de Mattos; convite da mesa administrativa do SC/IPB, para que Boanerges Ribeiro ocupasse provisoriamente o cargo; procedimento de um estudo cuidadoso no sentido de tornar o jornal órgão eficiente do pensamento da IPB; orientar a nova direção do BP (PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 280).*

### 4.3 Rev. Boanerges Ribeiro e o Papel de Articulador Político: Fundamentalistas versus Progressistas

Em maio de 1964 o Rev. Boanerges Ribeiro assumiu interinamente e no ano seguinte, “em fevereiro de 1965, foi eleito pela Comissão Executiva diretor e redator-chefe do *BP*. Ele havia se preparado para a tarefa: escritor, ocupou diversos cargos na Igreja, fez cursos no exterior e era pastor desde 1943” (SOUZA, 2013, p. 130; MATOS, 2009). Ressalta Paixão Junior (2008):

Em fevereiro de 1965, por ocasião da eleição de Boanerges Ribeiro para assumir, oficialmente, a direção e redação do jornal, aparecia estampado no frontispício do mesmo um breve currículo de Boanerges que culminava com uma citação de John Mackay, um dos principais teólogos do Seminário de Princeton, sobre este, como sendo um homem “de poder e que cresce” (JORNAL BRASIL PRESBITERIANO *apud* PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 257).

Boanerges Ribeiro (1919-2003) nasceu no município de Rio Parnaíba, oriundo da quarta geração de uma família presbiteriana da região oeste do estado de Minas Gerais. Filho de Adiron Justiniano Ribeiro Sobrinho e Ignacia Alves Rocha, os quais tiveram sete filhos, Boanerges foi o filho primogênito da família. Seu pai Adiron e um de seus tios, “Américo Justiniano Ribeiro (1911 – 1998), foram pastores presbiterianos” (SOUZA, 2013, p. 131).

Todavia, é visível o trabalho realizado pelo Rev. Américo na IPB, o qual “foi por muitos anos pastor da Igreja de Campinas, professor e capelão do Seminário Presbiteriano do Sul, também em Campinas; nos anos de mandato de Boanerges estiveram em posições opostas nas lutas eclesiásticas” (SOUZA, 2013, p. 131).

Desde pequeno foi educado na fé cristã, era frequente nas atividades da igreja. “O menino recebeu intensa instrução evangélica no lar. Sua mãe ensinou-lhe hinos do velho *Salmos e Hinos* e as orações da época: Pai Nosso e Agora me Deito” (MATOS, 2014). Seu progresso mesmo na infância tornava-se notório: “memorizou os Dez Mandamentos e o Credo. Aos seis anos, já alfabetizado, decorou o Catecismo para Crianças, sempre em casa, com o pai atento à recitação” (MATOS, 2014).

Ao acompanhar o pai já pastor, era presença constante nas atividades para crianças e para os jovens, logo, aquele sonho de infância de ser um pastor, começava a despertar e não tardava em ser realizado. “Assim, entrou no Seminário

aos dezessete anos e, concluído os estudos foi ordenado ao pastorado presbiteriano em 1943” (SOUZA, 2013, p. 131). Boanerges “foi aluno da segunda geração de formadores de pastores da Igreja Presbiteriana do Brasil” (MATOS, 2014).

Logo, começou o pastoreio de igrejas pelo interior paulista, perpassando a baixada santista, até fixar na capital de São Paulo “onde participou da organização da Igreja do Calvário, no Brooklin Paulista, em 1953, sendo seu pastor até 1987 e, depois, pastor emérito” (SOUZA, 2013, p. 131). Boanerges Ribeiro começava a ganhar projeção com o trabalho desenvolvido na IPB, “ocupou muitos cargos desde o Presbitério até, como vimos, a presidência do Supremo Concílio. Foi o líder da criação da Casa Editora Presbiteriana e seu primeiro diretor” (SOUZA, 2013, p. 131).

Resultado do contínuo trabalho nas causas eclesiásticas:

O pastor foi um intelectual que se preocupou em estudar a fé e sua denominação e apresentar o resultado em diversos livros. Escreveu, aos 24 anos, *O Apóstolo dos pés sangrentos*, sobre um místico cristão indiano. Depois publicou: *O Padre protestante; Seara em fogo; Protestantismo no Brasil monárquico (1822-1888): aspectos culturais da aceitação do protestantismo no Brasil; Protestantismo e cultura brasileira: aspectos culturais da implantação do protestantismo no Brasil; A Igreja Presbiteriana no Brasil, da autonomia ao cisma; Igreja Evangélica e República Brasileira: 1889-1930; José Manoel da Conceição e a reforma evangélica; Terra da Promessa, uma compilação de artigos e crônicas publicados em periódicos diversos; O Senhor que se fez Servo; O culto em Corinto e o nosso culto* (SOUZA, 2013, p. 131).

Suas obras ganharam expressão, no ambiente protestante, sobretudo pelas pesquisas realizadas.

As primeiras e as últimas obras são de cunho mais literário e enlevo espiritual e educação religiosa, enquanto as obras de seu período mais maduro e de atividades conciliares são de interpretação do protestantismo, especialmente do presbiterianismo brasileiro, como os próprios títulos indicam. Alguns desses livros têm sido reeditados, inclusive pela maior editora pentecostal do país (SOUZA, 2013, p. 131-132).

O jornal “o *Brasil Presbiteriano* não somente deu maior visibilidade ao Rev. Boanerges Ribeiro, como lhe serviu de plataforma para opinar com crescente autoridade sobre os problemas e necessidades da igreja” (PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 257). E, “finalmente, impulsionou a sua candidatura à presidência do Supremo Concílio” (MATOS, 2009, p. 70). Opinião compartilhada por outro pesquisador da IPB:

O jornal *Brasil Presbiteriano* teve, pois, relevância na propagação das ideias de Ribeiro uma vez que alcançava vasta parte da comunidade presbiteriana, em todo o território nacional, o que foi favorecido pelo fato do mesmo ser diretor e redator responsável de tal periódico (PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 257).

Observa-se a atuação do Rev. Boanerges inserida a partir de um discurso prático por meio do jornal, sobretudo contra os inimigos da igreja e causadores da instabilidade, ecumenismo, comunismo e o modernismo.

Verifica-se que na trajetória política de Boanerges Ribeiro até a reunião do Supremo Concílio de 1966, em Fortaleza o mesmo lançou mão, principalmente, do discurso da maior atuação (poder) dos presbíteros na gerência do sagrado, além das fronteiras das igrejas locais, e daqueles elementos que, na mentalidade da maioria do povo presbiteriano eram os responsáveis pela crise e instabilidade na Igreja, ou seja, o ecumenismo, o comunismo e o modernismo (PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 257).

Segundo Souza (2013) esse ambiente era justificado.

Discutiam-se o comunismo e a participação do crente e da Igreja no processo social; a ação social e a filantropia; o significado de agir pontualmente nas graves questões sociais ou atacar politicamente de forma global, exigindo as soluções da sociedade e do poder público. Porém, a permanência do caráter fundamentalista, com sua justificação teológica, alia-se à direita política na América do Norte, de onde foi recebida sua teologia (SOUZA, 2013, p. 133).

A crítica ao comunismo, o anseio por liberdades individuais e a constatare batalha contra os opositores da fé, eram validadas teologicamente, aliás, “com demonstração bíblica cabal e definitiva, como é a característica do fundamentalismo” (SOUZA, 2013, p. 133). Segundo Mendonça (2005), o fundamentalismo:

Se define pela defesa da ortodoxia protestante a respeito da Bíblia como infalível e acima de qualquer reinterpretação que parta da ciência moderna, principalmente do evolucionismo. O fundamentalismo institucionalizou-se como movimento internacional após a Segunda Guerra Mundial com a fundação do Conselho Internacional de Igrejas Cristãs, em 1948, em Amsterdã, sob a liderança do pastor presbiteriano norte-americano Carl McIntire (1906-2002) (MENDONÇA, 2005, p. 58).

Situar a chegada e o desenvolvimento do Boanerges Ribeiro à liderança da IPB contribui para observar o contexto pelo qual a igreja atravessava. Em outras palavras, “o Rev. Boanerges Ribeiro presidiu todos os concílios da Igreja Presbiteriana do Brasil que integrou e foi por doze anos presidente do Supremo Concílio (1966-1978)” (MATOS, 2014). Ainda seria, após os três mandatos como

presidente do SC/IPB “vice-presidente do Supremo Concílio na gestão do presbítero Paulo Breda Filho (1978-1982)” (MATOS, 2014).

Matos (2014) destaca o trabalho da IPB na área de educação e a contribuição dos protestantes para o sistema educacional brasileiro. Salienta o envolvimento do Rev. Boanerges Ribeiro no trabalho educacional a partir da IPB, com destaque as funções de chanceler da universidade, além da abertura de campus, edifícios, extensão do Instituto Mackenzie, fundação de seminário, além de outras entidades da igreja.

Na área educacional da IPB, o Rev. Boanerges foi membro do Conselho Deliberativo do Instituto Mackenzie, do Conselho Superior da Universidade Mackenzie, do Conselho Deliberativo do Instituto Nacional Presbiteriano de Educação (Brasília) e diretor da Fundação Educacional Presbiteriana. Foi presidente do Instituto Mackenzie por doze anos (1975-1987) e chanceler da Universidade Mackenzie. Fundou o Instituto Educacional Mackenzie do Tamboré, um subúrbio de São Paulo, onde adquiriu uma área de 750 mil metros quadrados e construiu o campus. Criou o Instituto Tecnológico Mackenzie e o Centro de Processamento de Dados. Em sua administração, construiu-se o novo edifício da Escola Americana e o campus central do Higienópolis recebeu muitos melhoramentos. Empreendeu grande luta pela preservação desse patrimônio histórico da IPB quando o mesmo se viu ameaçado de desapropriação. Foi ainda fundador do Seminário Rev. José Manoel da Conceição (e membro do seu Conselho Deliberativo), da Fundação Educacional Rev. José Manoel da Conceição e de outras entidades da igreja (MATOS, 2014).

Em 1987, anunciou a CE-SC, reunida na cidade de Belo Horizonte “que não mais compareceria às reuniões desses órgãos, pois considerava suficientes “40 anos ininterruptos de participação ativa e apaixonada”” (MATOS, 2014). Seu alvo era dedicar-se a pesquisa relacionada à história social, o presbiterianismo em terras brasileiras, os embates e o caminho que a fé cristã poderia ter êxito na referida sociedade.

Em relação à liderança do Rev. Boanerges a frente da IPB, por meio Supremo Concílio:

Foi eleito sucessivamente nas reuniões realizadas em Fortaleza, Garanhuns e Belo Horizonte. Exerceu essa importante função em um dos períodos mais conturbados da história recente do Brasil, em que a forte polarização ideológica surgida na sociedade refletiu-se intensamente na vida da igreja, causando grandes e dolorosos conflitos (MATOS, 2014).

É importante destacar nas palavras do historiador oficial da denominação, Rev. Alderi de Souza Matos, o período do regime militar é descrito na perspectiva da

igreja como conturbado, refém de uma polarização que resultaria em despojamento de ministros, cassações de ministros, igrejas fechadas e concílios destituídos.

A ideia de relatar esse breve panorama que se encontrava a IPB, desde os conflitos internos, até a liderança que assumiu o posto naquela circunstância visa esclarecer os problemas relacionado à liturgia que surgirão adiante, por intermédio dos debates emitidos pelo SC/IPB, através da transcrição das decisões da IPB em nível nacional, quando a instituição faz sua reunião geral, realizada em quadriênios e que conta com a participação de representantes da igreja em todo território nacional. O Digesto é um extrato da cosmovisão da IPB nos mais diferentes assuntos discutidos e propostos por seus líderes e membros em todo o país.

No caso dessa pesquisa, a observação será restrita a questão da liturgia e as questões que vieram à tona no período delimitado. É preciso recordar que “os sinais, os símbolos, exigidos pela crença se prestam a interpretações e a reinterpretções, estão ligados a modos de apreensão do futuro, à ideia de fins supostamente reais e supostamente legítimos pelos atores sociais” (LEFORT, 1991, p. 269).

#### **4.4 O Papel da Liturgia na IPB Diante da Ditadura Militar**

Aqui tratamos precisamente da questão litúrgica nos documentos da Igreja Presbiteriana do Brasil.

A constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil, no artigo 143, determina que “o Supremo Concílio organizará: a) um manual de liturgia, de que possam servir-se as Igrejas Presbiterianas do Brasil” (MANUAL PRESBITERIANO, 2008, p. 53). E o Manual Presbiteriano (2008, p. 106), ao citar os Princípios de Liturgia, no preâmbulo, ao relatar alguns aspectos que envolveram a criação desses princípios se expressa da seguinte maneira:

Em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo, nós, legítimos representantes da Igreja Presbiteriana do Brasil, reunidos em Supremo Concílio, no ano de 1951, investidos de toda autoridade para cumprir as determinações das legislaturas de 1946 e de 1950, depositando a nossa confiança inteiramente na direção, unção e iluminação do Espírito de Deus, e tendo em vista a conversão das almas, a santificação dos crentes e a edificação da Igreja, decretamos e promulgamos, para glória de Deus, os seguintes (MANUAL PRESBITERIANO, 2008, p. 106).

O Manual Presbiteriano (2008, p. 124) esclarece nos Princípios de Liturgia, no “*Capítulo XVII, Disposição Geral*”, no artigo 44 que:

Estes Princípios de Liturgia são Lei Constitucional da Igreja Presbiteriana do Brasil, só reformável nos mesmos trâmites da Constituição. E, assim, pela autoridade que recebemos, determinamos que estes Princípios de Liturgia sejam divulgados e fielmente cumpridos em todo o território da Igreja Presbiteriana do Brasil (MANUAL PRESBITERIANO, 2008, p. 124).

E, nos Princípios de Liturgia, no “*Capítulo III, sobre o Culto Público*” declara nos artigos 7º e 8º que:

**Art.7º** - O culto público é um ato religioso, através do qual o povo de Deus adora o Senhor, entrando em comunhão com Ele, fazendo-lhe confissão de pecados e buscando, pela mediação de Jesus Cristo, o perdão, a santificação da vida e o crescimento espiritual. É ocasião oportuna para proclamação da mensagem redentora do Evangelho de Cristo e para doutrinação e conagração dos crentes. **Art.8º** - O culto público consta ordinariamente de leitura da Palavra de Deus, pregação, cânticos sagrados, orações e ofertas. A ministração dos sacramentos, quando realizada no culto público, faz parte dele. **Parágrafo único** - Não se realizarão cultos em memória de pessoas falecidas (MANUAL PRESBITERIANO, 2008, p. 109).

A Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil, no artigo 139, “*Disposições Gerais*”, determina que:

Esta Constituição, a Confissão de Fé e os Catecismos Maior e Breve, em vigor na Igreja Presbiteriana do Brasil, não podem ser emendados ou reformados senão por iniciativa do Supremo Concílio. **Parágrafo Único - Emendas** são modificações que atingem apenas partes da Constituição ou dos Símbolos de Fé; *reforma* é a alteração que modifica o todo ou grande parte deste (MANUAL PRESBITERIANO, 2008, p. 51).

Em 1992, foi lançado pela Editora Cultura Cristã o *Manual Litúrgico* e reeditado em 2005, ao relatar sobre o conteúdo e a mudança do nome pela qual este documentou passou. O editor (MANUAL LITÚRGICO, 2005, p. 5) esclarece:

Num sentido, este *Manual* é basicamente **o mesmo Manual do Culto**. Não poderíamos elaborar outro, pois este certamente foi elabora por alguma comissão nomeada pelo Supremo Concílio e não pode ser modificado sem autorização. [...] Entendemos ainda que **Manual do Culto** é um título menos apropriado que **Manual Litúrgico**, pois não trata do culto em si, mas de programas litúrgicos do culto (grifos do autor) (MANUAL LITÚRGICO, 2005, p. 5).

Contudo, “noutro sentido, porém este Manual **não é o mesmo**” (MANUAL LITÚRGICO, 2005, p. 5), e o próprio editor vai relatar: “ele está completamente reestruturado” (MANUAL LITÚRGICO, 2005, p. 5). Foi mudada a ordem dos capítulos, “crendo que, como agora está, se tornou muito mais funcional”, tendo em

vista que “o anterior era praticamente impossível de ser manuseado ou utilizado pelos ministros” (MANUAL LITÚRGICO, 2005, p. 5).

As alterações mais plausíveis em relação ao anterior foram à troca do título *Manual do Culto* por *Manual Litúrgico*; as inserções de alguns capítulos ou modelos de cerimônias como: “**Posse de Ministro, Bodas de Prata e Bodas de Ouro**” (MANUAL LITÚRGICO, 2005, p. 5) e a mudança da “fraseologia da segunda pessoa para a terceira do plural (vocês)” (MANUAL LITÚRGICO, 2005, p. 5), a qual em seguida é explicada: “ela se adequa melhor a qualquer ambiente moderno” (MANUAL LITÚRGICO, 2005, p. 5).

Porém, encontra-se uma ressalva em relação a essa adaptação do manual “o ministro que quiser (e puder) fazer uso da segunda pessoa, pode fazer a conversão. O que está neste Manual, entendemos, são modelos que servirão de orientação aos ministros” (MANUAL LITÚRGICO, 2005, p. 5). Existe ainda uma exceção aos ministros mais idosos, “dificilmente um veterano fará uso de modelos assim, porquanto já aprendeu sobejamente o que nós, neófitos, estamos ainda aprendendo; aliás, eles são os nossos mestres nessas coisas” (MANUAL LITÚRGICO, 2005, p. 5).

#### **4.5 Digesto Presbiteriano: a Liturgia Diante da Ditadura**

Fazemos agora uma análise pormenorizada dos documentos oficiais, mais precisamente do Digesto Presbiteriano, documento este que expressa as resoluções do Supremo Concílio o órgão máximo da Igreja Presbiteriana do Brasil.

É necessário fazer um esclarecimento ao caro leitor: foram consultadas duas formas do mesmo material, neste caso o “Digesto Presbiteriano”, uma forma é a impressa pela editora Cultura Cristã, a outra forma é a que consta no site oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil.

Enquanto que no site da Igreja Presbiteriana a divisão se dar da seguinte forma: 1961-1970; 1971-1980; 1981-1990; 1991-2000. Por outro lado, na forma impressa os digestos são divididos nos seguintes períodos: 1961-1970; 1971-1984; 1985-1992; 1993-1997; 1998-1999.

O material utilizado nessa pesquisa será primariamente a forma impressa, no entanto, sempre que necessário recorreremos à forma eletrônica do site da IPB.

#### 4.5.1 Digesto Presbiteriano: período de 1962 a 1966

Total de documentos relacionados à liturgia: 2 documentos. Sendo ambos do Supremo Concílio.

##### a) SC-62-081 –

Envolve o envio de três documentos 129, 175, 186 e um anexo 5, dessa forma o Supremo Concílio resolveu estabelecer o currículo para o SPS (Seminário Presbiteriano do Sul), e neste currículo consta a matéria: Homilética e Liturgia.

A inserção da disciplina liturgia no currículo do seminário é uma demonstração da preocupação da IPB no estabelecimento dos *Princípios de Liturgia*, estabelecido em 1951 pelo SC/IPB. O preâmbulo descreve:

Depositando a nossa confiança inteiramente na direção, unção e iluminação do Espírito de Deus, e tendo em vista a conversão das almas, a santificação dos crentes e a edificação da Igreja, decretamos e promulgamos, para a glória de Deus (MANUAL PRESBITERIANO, 2008, p. 106).

Entre os objetivos da criação deste documento consta a educação por meio da edificação da igreja. Característica comum no ambiente protestante. Allmen (2005) denomina de recompensa da formulação litúrgica, o caráter pedagógico que o culto exerce no seio da igreja. “A essa busca do reino que é a formulação litúrgica, corresponde, igualmente, algo que é dado por acréscimo, à guisa de recompensa” (ALLMEN, 2005, p. 104).

Entretanto, “esse acréscimo consiste na capacidade que tem o culto de inspirar a cultura ou provocar o surgimento de uma cultura” (ALLMEN, 2005, p. 104). A celebração litúrgica segundo orientação do Criador reflete uma expressão cultural de extrema importância, pois proporciona o envolvimento dos participantes.

A liturgia segundo a observação de Max Thurian (*apud* ALLMEN, 2005, p. 104): “é o âmbito privilegiado onde se forja a expressão estética cristã, dentro das dimensões que lhe são propostas pela simplicidade evangélica”. O caráter instrutivo do culto desemboca em uma escola de aprendizado contínuo na vida do povo, que participa do mesmo, além de fortalecer as raízes da instituição que congrega os celebrantes.

Só a liturgia, verdadeiramente vivida como ação de graças do povo cristão, em palavras, em gestos, em formas e em cores, abre à vida estética um amplo campo de ação e lhe oferece uma inspiração constantemente enriquecida, inspiração essa que se reveste de caráter, não exclusivamente religioso, mas universal, cósmico – tanto é assim que na adoração litúrgica, que tem os Salmos por pano de fundo, a criação inteira, com suas luzes e sombras, é reunida e ofertada em Cristo, num sacrifício de louvor (ALLMEN, 2005, p. 104).

É visível que a liturgia é um elemento propulsor na estética da igreja, visto expressar a beleza do serviço, por meio da arte (ALLMEN, 2005). Logo, o cuidado pela liturgia reflete um fortalecimento e manutenção da expressão da arte através da preparação de pastores na IPB.

Robert W. Pazmiño (2008), ao descrever alguns dos temas preponderantes na educação cristã, menciona o papel da reforma protestante diante do culto e da liturgia enquanto papel de formação educacional do povo. “Os modelos medievais de educação (treinamento no lar, no culto, ensino e direção pastoral) continuaram mesmo após a divisão da igreja” (PAZMIÑO, 2008, p. 148). Inclusive, “o culto incluía a liturgia” (PAZMIÑO, 2008, p. 148).

É perceptível que o papel do culto foi enfatizado com os protestantes e isso incluía, por um lado, a participação dos pais ou responsáveis, por meio da instrução dentro do próprio lar, visando o desenvolvimento educativo da família. “O treinamento dentro do lar fazia uso de diversos catecismos – uma grande inovação educativa -, escritos para crianças como também para adultos. Os pais eram responsabilizados pelo treinamento religioso de seus filhos” (PAZMIÑO, 2008, p. 148). Por outro lado, foi enaltecida a responsabilidade dos pastores.

A pregação e o ensino pastoral foram revisados para encorajar a ativa participação dos leigos como aprendizes; o pastor deveria assumir a liderança educativa de sua congregação. Diretrizes eram oferecidas pela liderança da igreja e por pais que buscavam a apropriação pessoal da fé cristã (PAZMIÑO, 2008, p. 148).

A função do professor era expressa na igreja por meio dos pastores. “Dado o impacto em potencial da renovação na educação cristã, o professor tinha papel essencial que exigia dedicação e treinamento” (PAZMIÑO, 2008, p. 149). Por isso, “Calvino enfatizou a necessidade de treinar pastores como mestres devido à sua posição na comunidade” (PAZMIÑO, 2008, p. 149).

A prioridade no exercício pastoral para Calvino passava pela valorização da doutrina, logo a importância do preparo dos pastores pelo seminário tornava-se algo fundamental na IPB.

**b) SC-62-093 –**

Apenas relata o nome dos eleitos pelo Supremo Concílio para compor comissão do manual de liturgia. Esse período de 1962-1966 na IPB foi denominado de “tempo de transição” (MATOS, 2009, p. 53).

**4.5.2 Digesto Presbiteriano: período de 1966 a 1970**

Total de documentos relacionados à liturgia: 4 documentos, sendo 2 da Comissão Executiva e 2 do Supremo Concílio.

**a) SC-66-043 –**

Documento referente entre outros ao nome dos eleitos quanto ao Doc. CXVIII para compor a comissão dos Princípios de Liturgia e a Comissão Especial de Seminários (CES).

**b) SC-66-079 –**

Consulta de um presbitério no estado de São Paulo, sobre a celebração de casamentos mistos, realizados “por pastores e sacerdotes romanos” (DIGESTO PRESBITERIANO, 1961-1970, p. 244). O SC/IPB resolveu: “que tal prática seja evitada, por ser de todo inconveniente” (DIGESTO PRESBITERIANO, 1961-1970, p. 244).

**c) CE-67E2-003 –**

Este documento envolve consultas e solicitações da Comissão de Liturgia. Um importante documento neste período, pois envolve a elaboração e entrega dos princípios de liturgia pela comissão.

**d) CE-68-039 –**

Documento que envolve medidas disciplinares da CES (Comissão especial dos Seminários), quanto a problemas de indisciplinas de seminaristas, condutas, padrões éticos e doutrinários questionáveis e contrários as Sagradas Escrituras, que estes mesmos seminaristas reafirmem:

Sua crença nas Escrituras Sagradas como Palavra de Deus, bem como a sua lealdade à Confissão de Fé, aos Catecismos e à Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil - Princípios de Liturgia, **Art.33º** - assim como preste obediência às autoridades constituídas na Igreja (DIGESTO PRESBITERIANO, 1961-1970, p. 291).

Os documentos deste período foram produzidos dentro de um contexto, ou seja, o primeiro dos três mandatos exercidos pelo Rev. Boanerges Ribeiro. O ambiente no qual ocorreu “a 26.<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Supremo Concílio” (MATOS, 2009, p. 71) da IPB, realizada na cidade de Fortaleza, estado do Ceará. O Jornal da denominação retrata na chamada da capa o resultado do pleito:

**Eleito o Rev. Boanerges Ribeiro  
Presidente do Supremo Concílio**

DEVIDAMENTE CONVOCADO, REUNIU-SE EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, NA CIDADE DE FORTALEZA (ESTADO DO CEARÁ), O SUPREMO CONCÍLIO DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL

**Instalação:** As 19 horas do dia 11 de julho, dia e hora determinados no termo da convocação, a Mesa do Concílio procedeu à verificação de poderes, lavrando-se uma ata minuciosa em que constam os membros arrolados. [...] **Eleição:** Foi eleito, proclamado e empossado no cargo de Presidente para o período 66-70, o Rev. Boanerges Ribeiro, sendo em seguida encerrada a sessão preparatória, com determinação do horário dos trabalhos (JORNAL BRASIL PRESBITERIANO, 1º. de julho e 1º. e 15 de agosto de 1966, p. 1).

Essa reunião era muito aguardada por todos os presbiterianos, pois era o momento do grande embate entre os conservadores e os chamados progressistas. Sendo a vitória alcançada pelo grupo dos conservadores:

Na Reunião do Supremo Concílio em 1966, na cidade de Fortaleza - CE, o grupo conservador, fundamentalista em termos teológicos e de direita em termos políticos, assumiu todos os cargos do poder institucional. A IPB se definiu no rumo do fundamentalismo e deixou de lado parte da produção teológica acerca da responsabilidade social do cristão e de algumas práticas de ação social, por considerar desvio teológico. Tudo que pudesse ser encaixado no padrão comunista, ou que pudesse ser tingido com cores vermelhas era também considerado erro doutrinário, pois se definiu que a Bíblia e, portanto, a teologia calvinista, era necessariamente capitalista (SOUZA, 2013, p. 142).

Enquanto, a América Latina vivenciava golpes militares e ditaduras, no âmbito da IPB “o ano de 1966 é o da Reunião do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, em Fortaleza, CE, onde houve uma clara e inequívoca definição pelo fundamentalismo teológico e pela direita política” (SOUZA, 2005, p. 18).

O Jornal Brasil Presbiteriano, órgão oficial da IPB apresenta na reportagem de capa a expectativa em relação ao novo presidente eleito pelo SC/IPB, o parecer foi emitido através do presbítero Heitor Gouvêa, o qual era tesoureiro do SC/IPB, cargo que ocuparia por pelo menos 16 anos, ou seja, “de 1958 a 1974” (MATOS, 2009, p. 323). O presbítero Heitor enaltece o recém-eleito presidente do SC/IPB. Salientado as raízes presbiterianas, a capacidade cognitiva e a “*excepcional agilidade mental*”:

O Rev. Boanerges Ribeiro, presidente eleito do supremo Concílio de nossa Igreja, é homem eminentemente evangélico e presbiteriano, inteligente, culto, de excepcional agilidade mental, grande capacidade de trabalho e de desassombro na defesa dos princípios e ideais do cristianismo, está evidentemente fadado a imprimir grande surto de progresso a todos os setores de atividade da Igreja Presbiteriana do Brasil. Deus, em sua providência, ao longo da história do cristianismo, há levantado homens habilitados e próprios para as ocasiões difíceis, em defesa dos altos interesses de sua Igreja. A Igreja Presbiteriana do Brasil está de parabéns. Louvado seja o nome do Senhor (BRASIL PRESBITERIANO, 1º. de julho e 1º. e 15 de agosto de 1966, p. 1).

Ambos os documentos apresentam os nomes dos integrantes da comissão de liturgia e da CES (comissão especial dos seminários). Essa comissão foi criada para tratar questões e dilemas que surgiam a partir dos seminários da IPB. “Com base no relatório da Comissão de educação Teológica, o Supremo Concílio de 1966 criou a controvertida Comissão Especial de Seminários (CES)” (MATOS, 2009, p. 75).

Entre os argumentos para a criação da CES:

Argumentando que havia uma situação de fato que comprometia o futuro da igreja e que a liberdade de exame não implicava em acolher “toda sorte de dúvidas e heresias”, a resolução determinou que os professores se dedicassem ao preparo intelectual e espiritual de seus alunos, abstendo-se “de propagando e práticas ecumênicas e ideológico-políticas”, e que fossem canceladas as matrículas dos alunos cujas ideias ou conduta fossem incompatíveis com os padrões éticos e doutrinários da igreja (MATOS, 2009, p. 75).

A CES logo ganhou força e repercussão, a partir da própria mesa executiva do SC/IPB. “A Comissão Especial recebeu plenos poderes para dispensar e nomear professores e para reestruturar as diretorias dos seminários, visando ao

cumprimento das medidas da resolução” (MATOS, 2009, p. 75). Segundo Araújo (2010) essa era a face mais nítida da inquisição e expurgos que aconteceriam no seio da IPB.

“Nunca na vida da IPB uma comissão havia recebido prerrogativas tão extraordinárias, assumindo funções normalmente reservadas aos concílios superiores e seus tribunais” (MATOS, 2009, p. 75). Semelhante perspectiva é destacada na tese de Paixão Junior (2008), aliás, ele aponta inúmeros erros inconstitucionais na instalação dessa comissão, segundo a CI-IPB:

Um exemplo desta manipulação da Constituição da IPB e sua correspondente deformação encontra-se na criação da CES, Comissão Especial de Seminários. [...] Partindo de um caráter emergencial e justificador para que a CES iniciasse suas atividades no prazo de trinta dias, tal resolução colocava todo o ímpeto repressivo que começava a tomar conta da IPB. As Comissões Especiais que são nomeadas pelos Concílios da IPB são aquelas que *recebem poderes específicos para tratar, em definitivo, de certos assuntos, e cujo mandato se extinguirá ao apresentar o relatório final* (**MANUAL PRESBITERIANO**. Art. 98 e 99, item 3, p. 39).[...] Pode-se verificar que sua instalação denotava uma série de inconstitucionalidades por ocasião de sua atuação. A CES foi criada com "plenos poderes" de atuação. A CI determinava que comissões consideradas especiais fossem nomeadas com "poderes específicos". Plenos poderes, neste caso, poderiam significar a possibilidade de mandos e desmandos, de arbitrariedades contra a CI e, de abuso de poder por parte de uma dada comissão, o que se verificou com a atuação da CES. No caso da dispensa ou contratação de professores dos Seminários, esta deveria ser feita pelo SC/IPB, e não por uma dada Comissão, e isto, respeitando-se as competências das reitorias e Congregações dos Professores destes. A atuação da CES infringia o processo normal e de atuação de tais competências legais. No que se referiu à questão do "cancelamento de matrículas" dos alunos, cujas idéias não se afinavam com aquelas propugnadas pela direção da Igreja, tal cancelamento só poderia ser efetuado por meio do concílio competente ao qual o aluno, "candidato ao sagrado ministério", estaria vinculado. De acordo com a CI, *quando o presbitério julgar conveniente, poderá cassar a candidatura referida do artigo anterior, registrando as razões do seu ato* (**MANUAL PRESBITERIANO**. Art. 117, p. 45). (PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 203-204).

Encontra-se entre os membros escolhidos pela mesa do SC/IPB para composição do Conselho de Curadores junto ao Instituto Mackenzie como membro suplente, e que também seria membro titular da Comissão Especial de Seminários, o “pb Renato Guimarães” (DIGESTO PRESBITERIANO, 1961-1970, p. 236).

**SC-66-044 - Eleições - Docs. XIII e LI** – [...] Conselho de Curadores junto ao Instituto Mackenzie - Pb. Paulo Breda Filho; Pb. Paulo Lenz César; Rev. José Borges dos Santos Júnior; Rev. Gutemberg de Campos; Pb. Eder Accorsi. Suplentes: Rev. Evandro Gueiros; Pb. Renato Guimarães; Rev. Jader Gomes Coelho. [...] Comissão Especial de Seminários - Pb. Marcos Machado Pimenta; Pb. Henrique Fanstone; Pb. Renato Guimarães; Rev. Jackson de Souza; Pb. Olímpio Adorno Vassão; Rev. Raymundo Loria; Rev.

Saulo de Castro Ferreira. Suplentes: Pb. José Arantes Costa; Rev. Samuel Liberato; Rev. Atael Fernando Costa; Tércio Torres de Sá (DIGESTO PRESBITERIANO, 1961-1970, p. 236-237).

O Renato Guimarães era presbítero na Igreja do Calvário, pastoreada pelo presidente em exercício do SC, Rev. Boanerges Ribeiro, já no terceiro mandato a frente do SC/IPB, 1974-1978. Esse mesmo presbítero Renato seria eleito vice-presidente do SC/IPB. É também na figura de Renato Guimarães que se observa uma valorização da presença militar no âmbito da IPB.

Na mesma edição do Jornal Brasil Presbiteriano que apresenta o resultado da 26.<sup>a</sup> Reunião do Supremo Concílio da IPB. Encontra-se um texto sobre a reunião, escrito por um presbítero da IPB, chamado Olympio Adorno Vassão, o texto, aliás, apresenta algumas imagens dos SC/IPB feitas por Elias Azulay. Olympio teve uma carreira pública, pois foi o primeiro prefeito do município paulista de Juquiá-SP (MFRURAL, 2014) em 1949. No texto, Olympio destaca a presença de militares no SC/IPB de 1966:

Nestes tempos de militarismo não podia a I.P.B. ficar infensa ao fenômeno. E o plenário do Supremo Concílio conta com dois Generais, um Capitão de Mar e Guerra, um Major, um Capitão-Capelão, um Tenente. E muitos soldados do Senhor Jesus, disciplinados e obedientes. Com um pouco de boa vontade, poderíamos dar a todos a patente de Sargentos... (JORNAL BRASIL PRESBITERIANO, São Paulo, 1º e 15 de outubro de 1966, p. 5)

A reportagem traz estampada a foto do Renato Guimarães cumprimentando a mesa executiva durante a reunião do SC/IPB ocorrido durante o ano de 1966.

Em uma das edições do Jornal Brasil Presbiteriano destaca sua presença no SC/IPB realizado no ano de 1966 na cidade de Fortaleza-CE. Salaria o momento em que o Renato Guimarães foi cumprimentado pela mesa executiva do SC/IPB ocorrido durante o ano de 1966 e tratado com menção honrosa pelo recém-eleito presidente do SC/IPB, Rev. Boanerges Ribeiro (VILELA, 2014): “A um companheiro valioso, Renato Guimarães (hoje o Tte.-Cel. Guimarães) a homenagem da IPB” (JORNAL BRASIL PRESBITERIANO, São Paulo, 1º e 15 de outubro de 1966, p. 4).

Segundo Souza (2014), na sua tese de doutorado, “houve nessa reunião uma preocupação em enaltecer a presença dos militares” (SOUZA, 2013, p. 143), opinião compartilhada na tese de doutorado de Márcio Ananias Ferreira Vilela (2014), cujo título é “Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política”. Segundo o autor “compreende-se

que a relação de afinidade entre setores da IPB e o Regime já assumia contornos bastante definidos” (VILELA, 2014, p. 154).

Comentando a mesma reportagem do jornal, Vilela (2014) destaca:

Na mesma reportagem, um dos tópicos intitula-se *Os militares* e este versa exatamente sobre a relação entre a IPB e os militares, apresentada como harmoniosa e necessária à Igreja naquele momento, perspectiva reforçada nas referências sobre a presença de vários evangélicos da alta patente militar naquela reunião (VILELA, 2014, p. 154-155).

Em outro documento descrito pelo Digesto Presbiteriano, ainda durante o SC/IPB no estado do Ceará, relata a nomeação do Renato Guimarães pelo SC/IPB para cuidar da equipe que representará a IPB no Batalhão de Caçadores (BC).

**SC-66-133 - Visita - Doc. CXLVI** - Quanto ao **Doc. 139** - Visita ao 23º BC, sediado em Fortaleza, no dia 13 do corrente às 07h da manhã, o SC resolve: Considerando que o convite para a solenidade do dia 13 de julho de 1966 nos chegou muito em cima da hora, para participarmos em número mais significativo a esta solenidade, resolve-se que a visita do Concílio se efetue a 17 do corrente, domingo, às 15h. Fica o delegado Major Renato Guimarães autorizado a promover os entendimentos necessários para a referida visita e receber a inscrição dos interessados para a mesma (DIGESTO PRESBITERIANO, 1961-1970, p. 254-255).

O SC recebeu um convite do Batalhão de Caçadores (BC) para uma solenidade que aconteceria no dia 13 de julho de 1966. A IPB justifica o fato de o convite ter sido recebido sem tempo hábil e resolve salientar que o concílio, por meio de seus líderes, efetuará a visita quatro dias após a data do convite, ou seja, dia 17 de julho de 1966.

O SC/IPB nomeia como interlocutor e responsável pela agenda e inscrição dos interessados em acompanhar a visita do SC/IPB ao referido batalhão, o delegado Major Renato Guimarães, o qual era presbítero na IPB e integrante de algumas comissões no Supremo Concílio.

A escolha do Renato Guimarães e depois sua chegada a cargos maiores na IPB talvez seja uma das imagens mais próximas da igreja ao regime militar, pois estamos diante de um militar de elevada patente. Inclusive, o Jornal Brasil Presbiteriano sempre o menciona com menções honrosas e destacando sua participação no regime militar brasileiro.

Em outra reportagem o Jornal Brasil Presbiteriano traz a foto do Renato com o seu currículo abaixo. A reportagem elenca nove pontos de destaques no currículo do Renato Guimarães. Destacamos pelo menos cinco desses pontos: a *formação*

*escolar e universitária (cursos), experiência profissional, atuação na revolução de 31 de março de 1.964, tempo de serviço, além das atitudes civis.*

**PRESBITERO CORONEL RENATO GUIMARÃES  
CURRÍCULUM VITAE**

**2 - FORMAÇÃO ESCOLAR E UNIVERSITÁRIA (CURSOS):** a) Ginásio de São Bento (Rio-GB); b) Escola Preparatória de Porto Alegre (Ministério do Exército) Cursos: 12/04/1940 a 01/02/ 943 [esta falta do número 1 é falha do jornal]; c) Escola Militar de Rezende (atual Academia Militar de Agulhas Negras) - Período: 17/03/1944 a 09/01/1948.; d) Escola de Moto-Mecanização (atual Escola de Material Bélico). Período: 13/07/1954 a 03/03/1955.; e) Escola de Aperfeiçoamento de Oficinas - Período 22/03/1957.; f) Técnico Superior de Administração (artigo 50, Decreto 61934/67).; g) IX Ciclo de estudos da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra-SP.; **3 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL** **a) Como Tenente do Exército:** I - Secretário e Oficial de Informações do 14º Regimento Escola de Cavalaria - Dom Pedrito (RS e Rio-GB - Períodos: Maio de 1.948 a Maio de 1.949 e de Junho de 1.949 e Março de 1.950, respectivamente.; II - Instrutor e Auxiliar de Instrutor, por 3 anos, da Escola de Sargentos de Armas - Rio (GB). e Três Corações (MG.) - Período: Março de 1.950 a Março de 1.953.; b) Como Capitão do Exército.; I - Oficial de Gabinete, do Sr. Ministro do Exército - Período: 06/02/1.953 a 12/03/1.954 - Rio (GB) II - Comandante da Companhia de Serviços e Adjunto do Fiscal Administrativo do 3º. Batalhão de Carros de Combate - Rio (GB.) - Períodos: 01/07/1954 a 01/08/1954 e 07/03/1955 a 27/06/1.955.; III - Comandante do Esquadrão de Serviços e Adjunto do Fiscal Administrativo do Regimento - Escola de Cavalaria - Rio (GB.) - Períodos: 01/07/1.955 a 23/03/1957 e 11/02/1.958 a 25/06/1.959.; IV - Oficial de Manutenção e Transportes do 1º Regimento de Cavalaria Motorizada e Adjunto do Fiscal Administrativo Santa Rosa das Missões (RS) - Período: 19/02/1.960 a 18/10/1.960.; **c) Como Major do Exército:** I - Adjunto da Divisão Administrativa do Instituto Militar de Engenharia - Rio (GB) - Período: 03/11/1.960 a 03/12/1.963.; II - Comandante e Agente-Diretor do Depósito Regional de Moto - Mecanização da 2ª Região Militar - Osasco (SP.) - Período: 18/02/1.964 a 17/02/1.965.; **d) Como Tenente-Coronel do Exército.;** I - Comandante e Agente-Diretor do Depósito Regional de Moto-Mecanização da 2ª Região Militar - Osasco (SP.) - Período: 17/02/1.965 a 17/01/1.967.; II - Comandante e Agente-Diretor do 17ª Regimento de Cavalaria - Pirassununga (SP.) - Período: 02/03/1.967 a 14/05/1.967.; III - Comandante e Agente-Diretor do Destacamento Avançado do 17ª Regimento de Cavalaria em Amambay (MT) - Período: 07/07/1.967 a 09/07/1.968.; **6 - ATUAÇÃO NA REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO DE 1.964;** Como Comandante do Depósito Regional de Material Moto-Mecanização da 2ª Região Militar teve importante atuação no Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964, havendo-se deslocado com sua Unidade em cumprimento de Missão.; **7 - TEMPO DE SERVIÇO:** Possui ininterruptamente 34 anos e 11 meses de efetivos serviços prestados ao exército.; **8 - ATITUDES CIVIS:** Desempenha presentemente: I - Chefia do Departamento Rodoviário da FEPASA; II - Assessoria Técnica Administrativa da Fábrica Indarú - Indústria e Comércio de Auto Peças; III - Presidência do Sínodo de São Paulo, da Igreja Presbiteriana do Brasil.; IV - Presidência do Conselho Deliberativo do Instituto Mackenzie; V - Conselheiro do Conselho Deliberativo do Instituto Mackenzie; VI - Vice-Presidência do Conselho de Curadores da Igreja Presbiteriana do Brasil, junto ao Instituto Mackenzie; VII - Vice-Presidência da Fundação educacional Presbiteriana; VIII - Vice-Presidência da Comissão Especial de Seminários, nomeada pela Igreja Presbiteriana, para atuar nas Faculdades de Teologia da mesma Igreja.; IX - Membro da Comissão Executiva do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil; X - Conselheiro da Organização "Palavra da Vida"; XI - Membro da

Associação Cristã de Homens de Empresa (ACHE); XII - Membro da Organização Internacional de Gedeões; XIII - Presbítero da Igreja Presbiteriana do Brasil, exercendo o Presbiterato da Igreja Presbiteriana do Calvário - Brooklin; XIV - Professor da Escola Dominical da Igreja Presbiteriana do Calvário; XV - Membro da Diretoria da Aliança PróEvangelização das crianças (JORNAL BRASIL PRESBITERIANO, maio e junho de 1974, p. 6).

Nota-se na formação escolar do Renato Guimarães uma base estritamente militar, resultando na experiência profissional enfaticamente no âmbito das forças públicas de segurança e com menção destacada no desfecho do golpe militar no Brasil **“6 - ATUAÇÃO NA REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO DE 1.964; [...] teve importante atuação no Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964”**.

Nas atitudes civis destaca-se sua participação efetiva na IPB exercendo diversos cargos na liderança da igreja nacionalmente e sua constante atuação na igreja local, onde exercia a função de presbítero na IPB do Calvário, no bairro do Brooklin, na cidade de São Paulo, lugar, aliás, que também era professor na escola dominical, reunião que geralmente acontece aos domingos pela manhã e visa a instrução dos cristãos por meios dos mais distintos temas, geralmente relacionados à vida cristã, teologia e a caminhada cristã da igreja no cotidiano da vida. Em relação à figura do Renato Guimarães, “mantinha uma participação efetiva dentro da IPB” (PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 174)

Contudo, “anteriormente, já havia militares membros da Igreja Presbiteriana; no entanto, não se observam declarações, artigos ou fotografias que enfatizassem isso” (SOUZA, 2013, p. 142). Essa nova postura é o passo mais visível da IPB na sua relação com o regime militar que governava a nação brasileira.

“A partir dessa reunião, não apenas passou-se a destacar a presença dos militares, em número crescente, como muitos Presbíteros que eram das Forças Armadas começaram a ocupar posições na hierarquia eclesiástica” (SOUZA, 2013, p. 142).

Essa reportagem do Curriculum Vitae do Renato Guimarães soou como algo desconexo no jornal, segundo Souza:

Exemplo disso é o fato ocorrido em 1974, quando foi publicado o *Curriculum Vitae*, com fotografia, de um desses militares, o Coronel Renato Guimarães, como se o fato de um Coronel ser presbítero de uma igreja local fosse motivo de destaque; não havia qualquer motivação jornalística que justificasse essa publicação (SOUZA, 2013, p. 142-143).

Essa atitude da IPB era uma rendição diante do encanto do regime militar: Um mês, após a publicação da reportagem do Jornal Brasil Presbiteriano:

Ele seria eleito Vice-Presidente do Supremo Concílio, ocasião em que o Rev. Boanerges Ribeiro foi reeleito para um segundo mandato na presidência. É necessário informar que o Coronel era Presbítero da Igreja pastoreada por Boanerges Ribeiro, na capital paulista. A rendição aos encantos da limpeza que os militares vinham fazendo desde 1964 completava-se (SOUZA, 2013, p. 142-143).

As principais decisões dessa nova composição da CES encontram-se em um relatório, sobre as atividades realizadas durante este quadriênio, a ser apresentado na reunião do Supremo Concílio em meados de 1974 - momento em que Boanerges Ribeiro é reeleito para um terceiro mandato, tendo agora como vice-presidente um conhecido membro da CES, o então presbítero Renato Guimarães (VILELA, 2014).

O que faz um coronel na comissão permanente da CES (comissão especial dos seminários)? Inclusive, tempos depois, ele até chegaria a presidi-la. O que fez a IPB arregimentar um coronel para analisar o padrão, procedimento e questões ligadas aos seminários da igreja? Penso que a IPB recebe a influência, ao mesmo tempo, executa uma teo-política, a qual já estava presente na sociedade brasileira e reflexo desse ambiente adentra na instituição.

É importante mencionar que o SC/IPB de 1982 transformou a CES na Junta de Educação Teológica (JET):

**SC-82-082 - Presbitérios Rio Norte; Governador Valadares e Ipiranga - Propostas referentes à Comissão Especial de Seminários: Doc. CXVII** - Quanto aos documentos, dos Presbitérios Rio Norte - **Doc. 10**; Governador Valadares - **Doc. 26**; Ipiranga - **Doc. 39** - propondo, respectivamente: que se ampliem as atuais responsabilidades da Comissão Especial de Seminários: que se extinga a Comissão Especial de Seminários; que se crie uma Junta de Educação Teológica. RESOLVE-SE: Transformar a Comissão Especial de Seminários em Junta de Educação Teológica. A Junta de Educação Teológica terá 12 membros, dos quais 6 (seis) serão pastores e 6 (seis) serão presbíteros regentes, com mandatos renováveis pelo terço, em termos do Regimento da Junta. [...] A junta de Educação Teológica terá as seguintes atribuições: 1) Aprovar ou não os nomes de professores de Seminários e Extensões respectivas, propostos pelos Conselhos Deliberativos dos Seminários. 2) Examinar candidatos ao Sagrado Ministério, formados em Seminários que não os da Igreja Presbiteriana do Brasil e suas Extensões sem prejuízo dos exames a serem feitos pelos Presbitérios, no caso de aprovação dos candidatos pela Junta de Educação Teológica. 3) Criar e fazer funcionar Cursos Intensivos de Teologia em Seminários da Igreja Presbiteriana do Brasil. 4) Criar e fazer funcionar Cursos de Mestrado e de Doutorado Teológico, e acompanhar seu funcionamento até que possa e julgue conveniente integrá-los a Seminários da Igreja. 5) Examinar pastores de outras denominações que queiram transferir-se para a Igreja Presbiteriana do Brasil, sem prejuízo dos exames a serem feitos pelos Presbitérios no caso de aprovação desses pastores

pela Junta de Educação Teológica. 6) Aprovar ou não os nomes de preletores propostos para Instituto de Pastores, que venham a ser oferecidos por Seminários da Igreja Presbiteriana do Brasil. 7) Tratar de obter bolsas de estudo para candidatos ao Sagrado Ministério que estudem em Seminários da Igreja Presbiteriana do Brasil, bem como nas Extensões respectivas (DIGESTO PRESBITERIANO, 1971-1984, p. 307-308).

Um fato chama a atenção, entre os membros eleitos para composição da primeira diretoria da Junta de Educação Teológica (JET), aparece o nome do Renato Guimarães.

Sua primeira diretoria foi a seguinte – presidente: Pb. Renato Guimarães; vice-presidentes: Rev. Marcelino Pires Carvalho (Sul), Rev. Silas Alexandrino da Silva (Norte); secretários: Rev. Osvaldo Henrique Hack (Sul), Pb. Samuel de Castro (Norte); tesoureiro: Pb. Marcos Serra Ribeiro” (MATOS, 2009, p. 155).

Novamente, o Jornal Brasil Presbiteriano noticia uma matéria em relação ao coronel Renato Guimarães, o mesmo havia sido promovido no exercício do cargo público. O Jornal Brasil Presbiteriano cujo diretor e redator-chefe do jornal era o presidente do SC/IPB Rev. Boanerges Ribeiro, pastor da IPB do Calvário, igreja esta cujo coronel exercia o presbiterato.

#### **Cel. Renato Guimarães**

O Vice-Presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, Presbítero Cel. Renato Guimarães, acaba de ser reeleito mais uma vez para presidir o Conselho Deliberativo do Instituto Mackenzie. Homem de Deus, fiel em seu testemunho e em sua lealdade à Igreja, a que vem servindo em múltiplos setores, o Cel. Renato Guimarães é, também um homem de empresa, com uma vasta experiência de administrador já comprovada, não só no campo da iniciativa privada, como, também, no serviço público. Exerceu, inclusive, o cargo de Secretário de Transporte do Município de S. Paulo. Prestando relevantes serviços à maior empresa de transportes do continente, a Fepasa - Ferrovia Paulista S.A. o Cel. Renato Guimarães acaba de ser designado pelo seu Presidente, dr. Walter Pedro Bodini, para assessorar aquela presidência em todos os assuntos que envolvem o relacionamento com Parlamentares e Autoridades governamentais. Este é o teor da Portaria nº 2355, de 10 de maio último, que transcrevemos: “Designo o Tec. Adm. RENATO GUIMARÃES, RG 70679, para o exercício do cargo de Assessor da Presidência para Assuntos Parlamentares e Municipais, ficando, em consequência, dispensado das funções de Assessor da Diretoria de Produção, para os quais foi designado pela Portaria nº 2207, da 11/09/75”. a) Walter Pedro Bodini. Ao grande companheiro, cel. Renato Guimarães, as homenagens do BRASIL PRESBITERIANO (JORNAL BRASIL PRESBITERIANO, 1 de junho de 1976, p. 2).

Essa década pode ser resumida nas palavras do historiador de cunho conservador “a IPB de 1970 era muito diferente da igreja de alguns anos antes. [...] A IPB tinha uma face mais definida, um compromisso mais claro com o legado de

gerações passadas, mas o preço que se pagou não foi pequeno” (MATOS, 2009, p. 89).

Esse alto preço era uma referência a crises e problemas especialmente entre os conservadores e os progressistas, lembrando que os primeiros estavam na direção da IPB. Logo, apareceu a face de “uma liderança forte e disciplinadora” (MATOS, 2009, p. 89) dos que estavam à frente da denominação.

O ambiente eclesiástico da IPB enfrentava inúmeras mudanças, logo, “foram cortados os laços com antigos amigos e parceiros, tanto no Brasil como no exterior. Principalmente, foram excluídos da igreja irmãos, igrejas e concílios inteiros. E essas ações iriam se intensificar nos anos seguintes” (MATOS, 2009, p. 89).

Segundo Paixão Junior,

A lista daqueles que sofreram, sob as mais diversas formas os efeitos do autoritarismo e da repressão eclesiástica na IPB e política no período de 1966-1978, é uma tarefa quase que impossível de se realizar (PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 307).

#### 4.5.3 Digesto Presbiteriano: período de 1970 a 1974

Total de documentos relacionados à liturgia: 6 documentos. Sendo 4 da Comissão Executiva e 2 do Supremo Concílio.

##### a) SC-70-004 -

Envolve a criação da Comissão Especial do Hinário, bem como que o orçamento da IPB forneça os recursos para cria-lo e publica-lo, pois consolida-se num importante documento da liturgia reformada da IPB do Brasil, sendo importante se ressaltar seu cuidado doutrinário e principalmente a sua utilização como base nos princípios de liturgia da IPB.

O documento apresenta a criação da *Comissão Especial do Hinário*:

**SC-70-004 - Comissão Especial do Hinário - Doc. XCII** - Quanto ao **Doc. 148** - Anexo nº 3) 3 - Informação do Presidente - O Supremo Concílio resolve adotar a resolução apresentada pelo presidente do SC, em seu anexo nº 3, cujo teor passa a fazer parte da presente resolução: 1) Resolve-se criar a Comissão Especial do Hinário, com o encargo de preparar e fazer publicar o Hinário Presbiteriano, anexando-lhe sugestões litúrgicas, litânicas e antífonas, e o que considerar indispensável ao enriquecimento do culto presbiteriano, sem desobediência aos "Princípios de Liturgia" da CI/IPB; 2) O orçamento anual da IPB deve fornecer a Comissão do Hinário os

recursos para funcionar e publicar o Hinário; 3) Uma vez publicado o Hinário deverá ser adotado em toda a Igreja Presbiteriana do Brasil; 4) A Comissão do Hinário deverá dar especial atenção ao conteúdo doutrinários dos hinos que adotar; 5) A comissão do hinário convidará assessores competentes (DIGESTO PRESBITERIANO, 1961-1970, p. 344).

Sobressai no documento um cuidado em alinhar o conteúdo do hinário dentro de um possível entrelaçamento entre algumas “*sugestões litúrgicas, litânicas e antífonas*”. Esclarece que será adotado por toda a IPB, há uma preocupação nítida em relação à doutrina, uma vez que a música reflete a teologia da igreja que o adota. A música é parte integrante da vida eclesial protestante.

“O Supremo Concílio resolveu contratar Atenilde Cunha, membro da Igreja Presbiteriana do Alecrim, em Natal, e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para elaborar o Hinário Presbiteriano” (MATOS, 2009, p. 109). Todavia, o referido hinário enfrentaria alguns imprevistos e percalços, para ser entregue no tempo estimado inicialmente. Assim, no ano de 1981, ocorre o “lançamento do *Hinário Presbiteriano Novo Cântico*” (MATOS, 2009, p. 332).

A entrega do Hinário Presbiteriano é descrita com menções honrosas:

**CE-81-018 - Comissão do Hinário Presbiteriano - Relatório: Doc. LXIII** - Quanto ao documento número 45 - Relatório da Comissão encarregada de elaborar o hinário para uso da Igreja Presbiteriana do Brasil - a Comissão Executiva do Supremo Concílio resolve: 1) congratular-se com a Comissão pelo excelente trabalho realizado, completando uma coletânea de 400 hinos selecionados; 2) encarregar a Casa Editora Presbiteriana da editoração e comercialização do Hinário Presbiteriano, com tiragem inicial de 20.000 exemplares, sem ônus para a Igreja Presbiteriana do Brasil; 3) fazer ampla promoção do Hinário Presbiteriano, através de "O Brasil Presbiteriano", das Revistas da Escola Dominical e da Pessoa da professora Atenilde Cunha, em Congressos, Seminários e por Igrejas ou Concílios que solicitarem sua presença (DIGESTO PRESBITERIANO, 1971-1984, p. 250).

#### **b) CE-70-025 –**

Comunicação de um presbitério no estado de Minas Gerais, sobre a “realização de casamento ecumênico por um pastor presbiteriano, em área de um concílio a que não pertence casamentos mistos, conjuntamente realizados” (DIGESTO PRESBITERIANO, 1961-1970, p. 335). A CE-SC/IPB resolveu:

1) Estranhar que um pastor presbiteriano tenha praticado tal ato, em desrespeito à decisão do SC de 1966 (Doc. XIX), que recomenda "que tal prática seja evitada, por ser de todo inconveniente"; 2) Aplaudir o zelo do Presbitério do Triângulo Mineiro, na defesa da ortodoxia presbiteriana e das decisões do SC; 3) Tendo em vista a repetição dos chamados "casamentos

ecumênicos", envolvendo crentes, obreiros e Igrejas Presbiterianas, resolve remeter a matéria ao plenário do SC para a adoção de medidas mais enérgicas (DIGESTO PRESBITERIANO, 1961-1970, p. 335).

A CE-SC/IPB em 1975, emitiria um parecer que inicialmente se referia a resposta de um presbitério da IPB sobre a dissolução de um sínodo, todavia, na resposta a CE-SC/IPB, mencionaria indiretamente a resolução de 1966, fazendo uma distinção teológica sobre o casamento, tanto na perspectiva romana, quanto na ótica da IPB (protestante).

CE-75-042 - [...] Considerando que o casamento na Igreja Católica Romana é sacramento o que segundo a Igreja Presbiteriana do Brasil, não encontra amparo na Palavra de Deus, não sendo portanto, a resolução do Supremo Concílio contrário à Palavra de Deus [...] (DIGESTO PRESBITERIANO, 1971-1984, p. 103).

#### **c) SC-70-056 –**

O documento é o resultado do “Relatório da Comissão para Estudos de Problemas Ecumênicos e Relações com Igreja Católica Romana” (DIGESTO PRESBITERIANO, 1961-1970, p. 356). O SC/IPB após análise do estudo e das conclusões da referida comissão, resolve:

[...] E) Criar uma comissão de alto nível para estudo e informações à CE-SC/IPB. do SC. periodicamente, sobre os problemas ecumênicos relacionados com esta decisão e de interesses da IPB. O Supremo Concílio resolve ainda registrar um voto apreciação pelo excelente trabalho que apresentou a Comissão Permanente de Estudos Ecumênicos (DIGESTO PRESBITERIANO, 1961-1970, p. 356).

#### **d) CE-72-037 –**

Envolve uma consulta sobre recepção de membro de outra denominação evangélica e sua possível investidura no cargo de presbítero ou diácono. Quanto a isso, a CE/IPB do SC/IPB resolveu:

Determinar, a aplicação dos artigos 113 e 114 CI/IPB a todo e qualquer membro da Igreja Presbiteriana, procedente de qualquer outra comunidade reconhecidamente evangélica, que tenha sido eleito oficial (presbítero ou diácono) (**Art.30, §2º** dos Princípios de Liturgia da Igreja Presbiteriana do Brasil) (DIGESTO PRESBITERIANO, 1971-1984, p. 26).

Os artigos 113 e 114 da CI/IPB são referentes à “**Seção 3ª - Ordenação e instalação de presbíteros e diáconos**”. Diz:

**Art.113** - Eleito alguém que aceite o cargo e, não havendo objeção do Conselho, designará este o lugar, dia e hora da ordenação e instalação, que serão realizadas perante a Igreja. **Art.114** - Só poderá ser ordenado e instalado quem, depois de instruído, aceitar a doutrina, o governo e a disciplina da Igreja Presbiteriana do Brasil, devendo a Igreja prometer tributar-lhe honra e obediência no Senhor, segundo a Palavra de Deus e esta Constituição (MANUAL PRESBITERIANO, 2008, p. 46).

Em relação ao “**Art. 30, alínea §2º**” da PL/IPB, ele está inserido no “**CAPÍTULO XII ORDENAÇÃO E INSTALAÇÃO DE PRESBÍTEROS E DIÁCONOS**”. Que diz:

**Art.30** - A Igreja comprometer-se-á a reconhecer o oficial eleito e prometerá, diante de Deus, tributar-lhe o respeito e a obediência a que tem direito, de acordo com as Escrituras Sagradas. [...] **§ 2º** - Quando o presbítero ou diácono for reeleito ou vier de outra Igreja Presbiteriana, omitir-se-á a cerimônia de ordenação (MANUAL PRESBITERIANO, 2008, p. 118).

**e) CE-73-049 –**

Consulta de um presbitério do estado do Rio de Janeiro sobre o assunto relacionado a “casamento nas Embaixadas” (DIGESTO PRESBITERIANO, 1971-1984, p. 39). O SC/IPB fez a seguinte resolução. “1) Tomar conhecimento. 2) Informar que a respeito do assunto, já existe decisão tomada pelo SC em reunião de 1966 em Fortaleza, a qual esclarece com clareza a matéria em tela [...]” (DIGESTO PRESBITERIANO, 1971-1984, p. 39).

**f) CE-73-052 –**

Envolve uma consulta de um Presbitério do estado de São Paulo, quanto a candidatos ao Santo Ministério, o que a CE-SC/IPB reunida aos 15 dias do mês de fevereiro de 1973 na cidade de Brasília, resolveu: tomar conhecimento, informar ao referido presbitério.

Que nada há a legislar a respeito do assunto, pois a CI/IPB no **Art.25**, letras a, b, c, e **§2º** a referência é feita especificamente a homens; e os artigos 31 e 32 dos Princípios de Liturgia também dão ênfase à licenciatura ou ordenação de candidatos (DIGESTO PRESBITERIANO, 1971-1984, p. 39).

Em relação ao “**Art. 25**” que é parte do “**CAPÍTULO IV**”, trata dos “**OFICIAIS**”, “**Seção 1ª – Classificação**” destaca:

**Art.25** - A Igreja exerce as suas funções na esfera da doutrina, governo e beneficência, mediante oficiais que se classificam em: **a)** ministros do Evangelho ou presbíteros docentes; **b)** presbíteros regentes; **c)** diáconos. [...] **§ 2º** - Para o oficialato só poderão ser votados homens maiores de 18 anos e civilmente capazes (MANUAL PRESBITERIANO, 2008, p. 18).

O artigo 31 da PL/IPB é referente ao “**CAPÍTULO XIII**” sobre a “**LICENCIATURA DE CANDIDATOS AO SANTO MINISTÉRIO**”. Diz:

**Art.31** - Os Presbitérios licenciarão candidatos para pregarem o Evangelho a fim de que, depois de provados suficientemente os seus dons e receberem da Igreja bom testemunho, os ordenem, em tempo devido, para o sagrado ofício. **Parágrafo único** - A solenidade da licenciatura realizar-se-á em culto público, cumpridas as determinações constitucionais (CI/IPB, cap. VII, seção 4ª) (MANUAL PRESBITERIANO, 2008, p. 119).

O artigo 32 da PL/IPB é referente ao “**CAPÍTULO XIV**”, trata da “**ORDENAÇÃO DE MINISTROS**”. Diz:

**Art.32** - O Presbitério, depois de julgar suficientes as provas apresentadas por licenciados à prédica do Santo Evangelho, determinará dia, hora e local para a ordenação solene ao Santo Ministério da Palavra e aos privilégios desse ofício. **Parágrafo único** - Deverá o Presbitério realizar a cerimônia em sessão pública; poderá, todavia, quando as circunstâncias o exigirem, nomear para o caso uma comissão especial (MANUAL PRESBITERIANO, 2008, p. 120).

Em relação às questões em torno de candidatos ao ofício da liderança, presbiterado e o pastorado. A perspectiva era a já proposta pelo SC/IPB em 1966. Uma dos preceitos era não ser comunista:

**SC-66-074 - Pbt. de Castro - Consulta - Doc. XXXIV** - Quanto ao **Doc. 26** Consulta do PCST sobre atitudes do Presbitério quando tiver obreiro comunista, o SC resolve: 1) Reafirmar ser indispensável a qualquer pessoa que deseja filiar-se à IPB, em especial aos seus oficiais e ministros, a aceitação da Palavra de Deus como única regra de fé e prática, e seus símbolos de fé. Quando qualquer prova se possa fazer contra membro ou membros da IPB de que já não mais aceitam a Palavra de Deus e seus símbolos de fé, por adotarem uma filosofia em choque com os princípios cristãos, no todo ou em parte, a mesma prova deve ser apresentada ao Conselho competente para os devidos fins; 2) Reafirmar a resolução da Assembléia Geral de 1936 que declara: "Compete ao cristão obedecer as autoridades legitimamente constituídas e realizar os deveres do cidadão, nunca devendo adotar qualquer ideologia que atente contra os princípios evangélicos da liberdade civil e de consciência e de ordem e paz sociais" (DIGESTO PRESBITERIANO, 1961-1970, p. 243).

Por outro lado, o SC/IPB em 1970 ao renovar o mandato da CES, atrelou a referida comissão a emitir opiniões sobre a idoneidade pessoal, além de analisar a qualidade ou não, da preparação teológica dos candidatos ao ministério da IPB oriundos de outros seminários. Ou seja, os candidatos da IPB que deveriam ser examinados pela CES, seriam os que não estudaram nos seminários da IPB.

O Supremo Concílio de 1970 renovou o mandato da Comissão Especial de Seminários, deu-lhes poderes adicionais (nomear representante com direito a voto nas assembleias ou diretorias dos seminários; rever a concessão de bolsas de estudo aos seminaristas e participar de sua distribuição; reestudar, se necessário, os currículos e programas dos seminários) e determinou que atuasse preferencialmente junto ao SPN (MATOS, 2009, p. 95).

Entre os poderes acrescidos a CES, o SC/IPB determinou que tantos os candidatos oriundos da IPB quanto os recebido de outras denominações evangélicas fossem examinados e recebesse um aval da CES, isso significaria atentar-se ao zelo teológico a igreja e aos seus padrões de fé e doutrina.

**SC-70-057 – Comissão Especial de Seminários - Doc. LXXIII** - Quanto ao **Doc. 168** - [...] II - Quanto aos candidatos ao ministérios da IPB, não formados em suas instituições de ensino teológicos: a) Considerando que cumpre prover a Igreja de um Ministério marcado pelo esmerado preparo, pela absoluta fidelidade à Igreja e seus Padrões básicos de Fé e Doutrina e pela leal consonância com as diretrizes e normas da Instituição; b) Considerando que, na atualidade, lavra tremenda confusão espiritual, ética e teológica, mais e mais infiltrando-se no ministério elementos não plenamente qualificados para o sagrado múnus; c) Considerando que **Art.118**, da CI/IPB contempla a prioridade senão quase exclusividade, de nossos Seminários para a formação e preparo de nosso ministério; d) Considerando que, esse mesmo artigo em seu parágrafo 1º, com a fonte secundária, admite o recebimento de candidatos à licenciatura oriundos de outros Seminários e Instituições de ensino Tecnológico, reconhecido como idôneos; e) Considerando que ao SUPREMO CONCÍLIO cabe estabelecer, à luz do artigo 97 da CI/IPB, alínea "j" padrões de ensino pré - teológico e teológico; O Supremo Concílio resolve: 6) Determinar às Congregações de nossos Seminários que observam de maneira mais constante e completa aos alunos, no tocante à sua vocação, espírito, relacionamento, atitude de vida, caráter, conduta, disciplina, espiritualidade e posição teológica e ideológica, dando imediata ciência aos tutores e a CES de quaisquer fatos, atitudes e idéias que contra - indiquem o encaminhamento para o ministério; 7) Determinar que todo candidato à licenciatura ou ordenação que provenha de Seminário ou Instituição de preparo teológico não filiados à IPB ou por ela mantidos, obtenha por intermédio da CES reconhecimento prévio de sua idoneidade pessoal e daquela do Curso Teológico que tenha feito antes de dar presbitério cumprimento ao que dispõe a CI/IPB nessa matéria; 8) Recomendar aos Presbitério, que só dêem provimento ao que lhes faculta o artigo 118 da CI/IPB, parágrafo 1º, "in fine", quanto a candidatos preparados conforme programa estabelecido diretamente pelo Concílio, após prévia homologação da CES; 9) Determinar que a admissão de um ministro de outra comunidade evangélica além das exigências do artigo 47 da CI/IPB,

seja precedida de consulta à CES (DIGESTO PRESBITERIANO, 1961-1970, p. 356-357).

Os documentos deste período foram talhados a partir do contexto referente ao segundo mandato à frente do SC/IPB exercido pelo Rev. Boanerges Ribeiro. Essa foi “a 27ª reunião ordinária do Supremo Concílio” (MATOS, 2009, p. 91) da Igreja Presbiteriana do Brasil e foi realizada na cidade de Garanhuns, estado de Pernambuco, no mês de julho 1970. O Jornal da denominação, Brasil Presbiteriano retrata na chamada da capa o resultado do pleito:

BOANERGES RIBEIRO: 1. O ESCRUTÍNIO 133 VOTOS - VICE: PRESBITERO PAULO BRENDA

Reuniu-se em Garanhuns, Pernambuco, de 12 a 19 de julho, o Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil. Foi a 27.a reunião ordinária de nossa assembleia geral. [...] Após o culto, passou-se à eleição da Mesa, tendo sido reeleito, em primeiro escrutínio, o Rev. Boanerges Ribeiro que, por coincidência, recebeu o mesmo número de votos que o haviam eleito em fortaleza: 133. (Em Fortaleza havia 234 votantes na eleição e 238 em Garanhuns). O presbítero Paulo Breda Filho, do Presbitério de Sorocaba, foi eleito vice-presidente (JORNAL BRASIL PRESBITERIANO, Agosto de 1970, p. 1).

#### 4.5.4 Digesto Presbiteriano: período de 1974 a 1978

Total de documentos relacionados à liturgia: 6 documentos. Sendo 2 da Comissão Executiva e 4 do Supremo Concílio.

##### a) CE-74E2-015 -

Consulta de um presbitério do estado de São Paulo sobre “a participação de crentes como testemunhas em casamentos realizados pela Igreja Católica Apostólica Romana” (DIGESTO PRESBITERIANO, 1971-1984, p. 90).

O SC/IPB decidiu:

Considerar passíveis de disciplina, os membros da Igreja Presbiteriana do Brasil, que participarem, como testemunhas, em casamentos realizados pela Igreja Católica Apostólica Romana e de outras confissões não evangélicas (DIGESTO PRESBITERIANO, 1971-1984, p. 90). [...]

Um dos motivos para a não participação dos presbiterianos enquanto testemunhas, nos casamentos realizados pela Igreja Católica Apostólica Romana refere-se também ao entendimento e significado do casamento entre ambas as denominações. Isso inclusive, diz respeito à teologia.

CE-75-042 - [...] Considerando que o casamento na Igreja Católica Romana é sacramento o que segundo a Igreja Presbiteriana do Brasil, não encontra amparo na Palavra de Deus, não sendo portanto, a resolução do Supremo Concílio contrário à Palavra de Deus [...] (DIGESTO PRESBITERIANO, 1971-1984, p. 90).

#### b) CE-76-057 –

Consulta de um Presbitério do estado de Minas Gerais, sobre cobrança de taxas, por ocasião de casamento e pedido de esclarecimento sobre a impetração da bênção matrimonial, no caso de um ou ambos os nubentes serem ou não filiados à Igreja Presbiteriana do Brasil.

A CE-SC/IPB resolveu ressaltar:

1) de acordo com a CI/IPB, em seus Princípios de Liturgia, capítulo 8º, Artigos 18, 19 e 20, o fato de que a cerimônia da impetração da bênção matrimonial, independe do fato de um ou ambos os nubentes sejam filiados à Igreja Presbiteriana do Brasil. 2) O ato religioso será inteiramente gracioso. 3) Os conselhos das igrejas, entretanto, poderão estabelecer uma reposição das despesas realizadas pela Igreja, na realização da cerimônia, quando se tratar de casais que não sejam membros da Igreja local (DIGESTO PRESBITERIANO, 1971-1984, p. 120-121).

Em relação aos “Art. 18, 19 e 20” dos *Princípios de Liturgia da IPB* a PL/IPB que é parte do “**CAPÍTULO VIII**”, o qual menciona sobre a “**BÊNÇÃO MATRIMONIAL**”, relata:

**Art.18** - Sobre o casamento realizado segundo as leis do país e a Palavra de Deus, o ministro, quando solicitado, invocará as bênçãos do Senhor. **Art.19** - Para que se realize a cerimônia da impetração da bênção é imprescindível que o ministro celebrante tenha prova de que o casamento foi celebrado de acordo com os trâmites legais. **Art.20** - Nos termos das leis do país, cumpridas pelos nubentes as formalidades legais, o ministro celebrará o casamento religioso com efeito civil, de acordo com a liturgia da Igreja (MANUAL PRESBITERIANO, 2008, p. 114).

#### c) SC-78-032 –

Pedido de advertência aos Presbitérios “quanto à guarda do dia do Senhor”, pedido este proposto por um determinado Sínodo ligado a Igreja Presbiteriana do Brasil.

O SC/IPB resolve: “recomendar aos Presbitérios e aos ministros da Igreja Presbiteriana do Brasil que cumpram os dispositivos da Constituição da Igreja e dos Princípios de Liturgia sobre a guarda do dia do Senhor” (DIGESTO PRESBITERIANO, 1971-1984, p. 176-177).

Os Princípios de Liturgia, no “**CAPÍTULO I**”, trata especificamente sobre “**O DIA DO SENHOR**” e reforça a importância do cumprimento do dia reservado para o Senhor por meio dos indivíduos, família e pela igreja.

**Art.1º** - É dever de todos os homens lembrar-se do dia do Senhor (Domingo) e preparar-se com antecedência para guardá-lo. Todos os negócios temporais devem ser postos de parte e ordenados de tal sorte que não os impeçam de santificar o Domingo pelo modo requerido nas Sagradas Escrituras. **Art.2º** - Deve-se consagrar esse dia inteiramente ao Senhor, empregando-o em exercícios espirituais, públicos e particulares. É necessário, portanto, que haja, em todo esse dia, santo repouso de todos os trabalhos que não sejam de absoluta necessidade, abstenção de todas as recreações e outras coisas que, lícitas em outros dias, são impróprias do dia do Senhor. **Art.3º** - Os crentes, como indivíduos ou famílias, devem ordenar de tal sorte seus negócios ou trabalhos que não sejam impedidos de santificar convenientemente o Domingo e tomar parte no culto público. **Art.4º** - Conselhos e Pastores devem mostrar-se atentos e zelar cuidadosamente para que o Dia do Senhor seja santificado pelo indivíduo, pela família e pela comunidade (MANUAL PRESBITERIANO, 2008, p. 107).

O guardar o dia do Senhor sempre foi ensinado e propagado na IPB, aliás, é parte integrante dos símbolos de fé da instituição. E é ensinado em todas as igrejas locais, desde a preparação doutrinária dos novos membros, além de estudos bíblicos, sermões ou literaturas (KLEIN, 2012).

A guarda do domingo, talvez seja o aspecto da Confissão de Fé de Westminster que mais demonstre o seu puritanismo e menos o calvinismo.

#### **d) SC-78-045 –**

Solicitação para observação e guarda do domingo, feito por outro Sínodo da Igreja Presbiteriana do Brasil.

O SC/IPB resolve:

**SC-78-045 - Sínodo de Sorocaba - solicitação para observância e guarda do domingo. "Doc. XCVIII - quanto ao Doc. 50 - proposta referente à guarda do domingo - o Supremo Concílio resolve: Determinar que a Igreja**

Presbiteriana do Brasil, por seu representante legal, promova as necessárias gestões, junto às autoridades competentes no sentido de garantir a observância e a guarda do domingo, como dia do Senhor pelos cristãos evitando escalas de exames escolares, concursos e outros atos administrativos nesse dia (DIGESTO PRESBITERIANO, 1971-1984, p. 181).

Esses questionamentos e pedidos por partes de concílios na IPB advêm também da importância que o dia do Senhor possui na história do protestantismo. “Uma das marcas distintivas do culto reformado era o seu compromisso com a santificação do Dia do Senhor como o tempo divinamente prescrito para que o povo da aliança de Deus adorasse esse Deus da aliança” (HAMILTON, 2014).

**e) SC-78-081 –**

Consultas e dúvidas de alguns Presbitérios ligados a Igreja Presbiteriana do Brasil, sobre o divórcio, tendo em vista a “promulgação da Emenda Constitucional nº 9, de 28 de junho de 1977 permitiu a dissolução do vínculo matrimonial” (DIGESTO PRESBITERIANO, 1971-1984, p. 192).

O Supremo Concílio resolveu:

[...] 1) reconhecer o casamento de pessoas divorciadas, realizado de acordo com a lei brasileira, para o fim de receberem a impetração da bênção matrimonial e poderem ser admitidos à Comunhão da Igreja, em se tratando das partes ofendidas, sempre que a dissolução do vínculo matrimonial que lhes deu a condição de divorciados tenha ocorrido por adultério ou deserção irremediável; aplicar-se-á em qualquer caso o que prescrevem a Constituição da Igreja e os Princípios de Liturgia. 2) as causas referidas no item 1 (adultério e deserção irremediável) deverão ser sempre consideradas, pelo Conselho, para impetração da bênção matrimonial, quando se tratar de divórcio consensual [...] (DIGESTO PRESBITERIANO, 1971-1984, p. 192).

**f) SC-78-090 –**

Consulta de um presbitério do estado de Minas Gerais sobre “a ordenação de evangelista desquitado, que está vivendo maritalmente, há mais de dez anos” (DIGESTO PRESBITERIANO, 1971-1984, p. 194). Compreendendo que o evangelista “já se beneficiou da Resolução SC-66-086” (DIGESTO PRESBITERIANO, 1971-1984, p. 194). A resolução de SC-66-086 diz:

**SC-66-086 - Pbt. de Salvador - Consulta - Doc. LV** - Quanto ao **Doc. 201** - Consulta do PSVD sobre recepção de pessoas que vivem há mais de 15 anos, maritalmente, sem poderem casar civilmente, o SC resolve: Reafirmar a resolução anterior do SC que proíbe a aceitação à profissão de fé no caso de casais não casados civilmente, a não ser em casos especialíssimos, a critério e sob a responsabilidade do Conselho, quando os casais estejam vivendo em perfeita harmonia há mais de dez anos, gozando de boa reputação dentro e fora da Igreja e num período nunca inferior a cinco anos na comunhão da Igreja. Neste caso, o Conselho deverá reunir todos os elementos em auto para avaliação completa do caso e para o seu arquivo (DIGESTO PRESBITERIANO, 1961-1970, p. 245).

Além de reputar que a promulgada “Emenda Constitucional nº 9 permitiu a dissolução do vínculo matrimonial, ensejando assim o divórcio e novo casamento” (DIGESTO PRESBITERIANO, 1971-1984, p. 194)

O SC/IPB resolveu: “recomendar que o interessado recorra aos benefícios da atual legislação brasileira para legalizar sua situação matrimonial, após o que, poderão ser tomados os passos necessários ao solicitado” (DIGESTO PRESBITERIANO, 1971-1984, p. 194).

Os documentos a seguir referem-se a partir do contexto do terceiro mandato a frente do SC/IPB exercido pelo Rev. Boanerges Ribeiro. Essa foi “a 28ª Reunião Ordinária do Supremo Concílio” (MATOS, 2009, p. 107) da Igreja Presbiteriana do Brasil e foi realizada na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, no mês de julho 1974. O Jornal Brasil Presbiteriano retrata na chamada da capa o resultado do pleito:

REELEITO O REVERENDO BOANERGES RIBEIRO PRESIDENTE DO SUPREMO CONCÍLIO DA IPB.

Volta a ser eleito, pela terceira vez, para suprema magistratura da Igreja, na abertura dos trabalhos da 28ª reunião ordinária do Supremo Concílio, realizada em Belo Horizonte, no dia 7 de julho de 1974.

A NOVA MESA

Além do Rev. Boanerges Ribeiro, reeleito Presidente, no primeiro escrutínio com 152 votos, compõem a Mesa do Supremo Concílio: Presb. Renato Guimarães, vice-presidente, 160 votos; Rev. Paulo Freire, 1º secretário, 154 votos; Rev. Gerson da Rocha Gouveia, 2º secretário, 139 votos; Rev. Atael Fernando Costa, 3º secretário, 139 votos; Presb. Lourival Pinto Bandeira, 4º secretário, 128 votos. Continua exercendo as funções de Secretário Executivo, o Presbítero Fuad Miguel, eleito na legislatura anterior. O tesoureiro, cuja eleição se processa no final dos trabalhos, ainda não havia sido escolhido ao momento em que encerrávamos a presente edição. Rev. Boanerges Ribeiro. Presidente Supremo Concílio (1966-1978) (JORNAL BRASIL PRESBITERIANO, julho de 1974, p. 1).

Esse período de 1974-1978 na IPB foi denominado de “rupturas e definições” (MATOS, 2009, p. 107). O resultado esperado dessa reunião nas palavras de Matos

(2009), era a manutenção administrativa. Porém, algo salta aos olhos nos dados da eleição, o número expressivo de votos recebidos pelo eleito vice-presidente do SC/IPB, coronel Renato Guimarães. De todos os candidatos em disputa ele foi o que tirou o maior número de votos. Talvez seja uma demonstração da imagem benquista exercida pelo referido coronel no seio da IPB, além de um respeito e admiração da figura de um militar cristão de alta patente e enaltecida entre os líderes presbiterianos que o elegeram.

Em 1978, após doze anos intensos e dramáticos, Boanerges Ribeiro deixou a direção do Supremo Concílio. Havia passado a era das dissoluções de concílios e de grande parte dos numerosos processos disciplinares contra ministros (MATOS, 2009, p. 129).

Conforme preceitua a CI-IPB, o presidente do SC, não sendo eleito no próximo pleito, se mantinha como vice presidente do SC, dessa maneira o rev. Boanerges Ribeiro continuará na mesa administrativa do SC. Assumirá a presidência do SC, entre os anos 1978-1982, o presbítero Paulo Breda, o mesmo já havia sido vice-presidente do SC, durante o segundo mandato do rev. Boanerges Ribeiro, durante os anos “1970-1974” (JORNAL BRASIL PRESBITERIANO, agosto de 1974, p. 1).

A indicação da candidatura do presbítero Paulo Breda, o qual era advogado e industrial, para a presidência do Supremo Concílio foi anunciada no Jornal Brasil Presbiteriano. A reportagem descreve o apoio de alguns presbitérios e enumera pelo menos três características que parte dos líderes da IPB almejava no próximo presidente do SC/IPB.

Vários Presbitérios usaram da faculdade instituída pela Resolução do Supremo Concílio, reunido em 1974, em Belo Horizonte, que permitiu a indicação de nomes à presidência da Assembléia Magna da nossa Igreja. A iniciativa, todavia partiu do Sínodo Setentrional que, já em sua reunião ordinária de julho de 1977 lançava o nome do Presb. Paulo Breda Filho para ocupar a Presidência do Supremo Concílio, ao término do mandato do Rev. Boanerges Ribeiro, em julho próximo. O texto da resolução daquele Concílio ficou assim redigido. “O Sínodo Setentrional em sua 31ª Reunião Ordinária realizada em Terezina, Piauí, de 14 a 17 de julho de 1977, usando das atribuições que lhe são conferidas considerando: a) a necessidade de evitar solução de continuidade na eficiente administração atual da Igreja Presbiteriana do Brasil; b) a precaução e o zelo pela ortodoxia Presbiteriana; c) o imperativo da escolha de pessoas qualificadas para enfrentar as altas responsabilidades da administração equilibrada da Igreja Presbiteriana do Brasil. Resolve: LANÇAR a candidatura do Presbítero Dr. Paulo Breda Filho ao alto posto de Presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, durante o quadriênio 1978/1982. Sala das Sessões do Sínodo Setentrional em Terezina, 15 de julho de 1977. OS PRESBITÉRIOS: Dentre os Presbitérios que apoiaram a iniciativa do sínodo

setentrional e indicaram o nome do Presb. Breda para a Presidência do Supremo Concílio, destacamos os do Rio Doce, Itapetininga, Goiânia, Tatuí, Paulistano, Borda do Campo, Belo Horizonte, Sorocaba, Potiguar, Pará-Amapá e Piratininga (JORNAL BRASIL PRESBITERIANO, junho de 1978, p. 1).

É visível a influência e a permanência do modelo administrativo proposto pela administração do rev. Boanerges Ribeiro, inclusive tendo o mesmo como vice-presidente a frente da IPB, neste novo mandato 1978-1982. Dessa maneira, o resultado do pleito elegeu o presbítero Paulo Breda. O Jornal Brasil Presbiteriano traz a seguinte reportagem: **“A fala do novo presidente.** ‘Paulo, servo do nosso Senhor Jesus Cristo’. Ao tomar posse, na noite de 8 de julho, no cargo de Presidente do Supremo Concílio, o Presbítero Paulo Breda Filho” (JORNAL BRASIL PRESBITERIANO, julho de 1978, p. 1).

Em relação aos progressistas do início da era Boanergista, “os grupos que não mais encontravam espaço na IPB assumiram nova identidade e criaram suas próprias estruturas organizacionais” (MATOS, 2009, p. 129).

#### 4.5.5 Síntese do Período a Partir do Digesto Presbiteriano

O constante aparecimento de documentos relacionados ao casamento reflete na liturgia da Igreja Presbiteriana do Brasil, uma dupla preocupação, primeiro uma questão teológica, para os católicos o casamento é um dos sacramentos, ou seja, “os sacramentos da Nova Lei foram instituídos por Cristo e são em número de sete, a saber: o Batismo, a Confirmação, a Eucaristia, a Penitência, a Unção dos Enfermos, a Ordem e o Matrimônio” (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA *apud* MINAMI, 2010, p. 42).

Contudo, no ambiente protestante, o casamento não é um sacramento, mas, “o matrimônio na perspectiva do protestantismo histórico é uma caminhada rumo a plena parceria de vida” (GUTHRIE JR *apud* FILHO, 2005, p. 13). É uma questão de compromisso com a vida e com o próximo. É uma aliança entre dois seres humanos, homem e mulher, diante da presença do Criador.

“É perceptível o caráter não sacramental dado ao matrimônio pelos protestantes históricos” (FILHO, 2002, p. 15). Contudo, isso não exclui o caráter comunitário do casamento no ambiente protestante.

“O matrimônio protestante em sua definição clássica não é visto como sacramento, pois para sê-lo deveria ter sido instituído por Cristo. Esta perspectiva reformada tira o caráter de sacramento do matrimônio” (FILHO, 2002, p. 49).

O casamento, na perspectiva da Confissão de Fé de Westminster, no capítulo XXIV, “do matrimônio e do divórcio”, demonstra o cuidado divino, ao juntar um homem e uma mulher em auxílio mútuo, além de almejar a propagação da raça humana, o fortalecimento da igreja e evitar a impureza.

I. O casamento deve ser entre um homem e uma mulher; ao homem não é lícito ter mais de uma mulher nem à mulher mais de um marido, ao mesmo tempo. Gn 2.24; Mt 19.4-6; Rm 7.3. II. O matrimônio foi ordenado para o mútuo auxílio de marido e mulher, para a propagação da raça humana por uma sucessão legítima e da Igreja por uma semente santa, e para evitar-se a impureza. Gn 2.18; Gn 9.1; Mt 2.15; 1 Co 7.2,9 (SÍMBOLOS DE FÉ, 2005, p. 85).

Por outro lado, os documentos relacionados ao casamento refletem na liturgia da Igreja Presbiteriana do Brasil uma preocupação política / social, ou seja, todo casamento misto é comunista, aliás, o movimento ecumênico mundial sempre tendeu a esquerda, desde o seu nascedouro.

Segundo José Rômulo de Magalhães Filho, na sua dissertação “*Matrimônio Protestante: uma reflexão a partir da antropologia filosófica*” salienta o papel e as expressões que as relações matrimoniais no protestantismo histórico resultaram na construção da identidade de seus fiéis.

O matrimônio na perspectiva do catolicismo romano é o pacto, através do qual, um homem e uma mulher unem-se em comunhão para a vida toda, orientada pela índole natural ao bem do cônjuge e a educação da descendência (HORTAL, 2002).

Dessa maneira, “casar no catolicismo seria, direta ou indiretamente, perpetuar a “tradição” religiosa brasileira, a de que o Brasil é um país católico” (MINAMI, 2010, p. 276).

O protestantismo histórico, principalmente o de origem calvinista, percebe o ser humano na sua relação essência-existência, e qual a influência desta base filosófica na construção da identidade do cristão protestante, e sua consequente relação matrimonial (FILHO, 2002, p. 47).

Aliás, “é por entender que o matrimônio não é um meio de graça, que a teologia protestante possibilita o divórcio, o que aponta para a não aceitação da idéia de indissolubilidade do matrimônio” (FILHO, 2002, p. 50). Ou seja, o casamento na ótica protestante está subjugado às leis do país onde é celebrado.

Contudo, ainda que exista no ambiente protestante a possibilidade do divórcio, fruto do adultério ou fornicação, o mesmo é algo a ser evitado, pois produz consequências danosas aos envolvidos.

V. O adultério ou fornicação cometida depois de um contrato, sendo descoberto antes do casamento, dá à parte inocente justo motivo de dissolver o contrato; no caso de adultério depois do casamento, à parte inocente é lícito propor divórcio, e depois de obter o divórcio casar com outrem, como se a parte infiel fosse morta. Mt 1.18-20; Mt 5.31-32; Mt 19.9. VI. Posto que a corrupção do homem seja tal que o incline a procurar argumentos a fim de indevidamente separar aqueles que Deus uniu em matrimônio, contudo só é causa suficiente para dissolver os laços do matrimônio o adultério ou uma deserção tão obstinada que não possa ser remediada nem pela Igreja nem pelo magistrado civil. Para a dissolução do matrimônio é necessário haver um processo público e regular. não se devendo deixar ao arbítrio e discricão das partes o decidirem seu próprio caso. Mt 19.6-8; 1 Co 7.15; Dt 24.1-4; Ed 10.3 (SÍMBOLOS DE FÉ, 2005, p. 86-87).

Sacramento, na perspectiva da Confissão de Fé de Westminster, no capítulo XXVII, “dos sacramentos”, reflete a instrução determinada por Cristo e que deve ser praticada pelos seus filhos:

Os sacramentos são santos sinais e selos do pacto da graça, imediatamente instituídos por Deus para representar Cristo e os seus benefícios e confirmar o nosso interesse nele, bem como para fazer uma diferença visível entre os que pertencem à Igreja e o resto do mundo, e solenemente obrigá-los ao serviço de Deus em Cristo, segundo a sua palavra. Rm 4.11; Gn 17.7-10; Mt 28.19; 1 Co 11.23; 1 Co 10.16; 1 Co 11.25,26; Êx 12.48; 1 Co 10.21; Rm 6.3-4; 1 Co 10:2-16 (SÍMBOLOS DE FÉ, 2005, p. 91).

Na perspectiva do protestantismo,

IV. Há só dois sacramentos ordenados por Cristo, nosso Senhor, no Evangelho - O Batismo e a Santa Ceia; nenhum destes sacramentos deve ser administrado senão pelos ministros da palavra legalmente ordenados. Mt 28.19; 1 Co 11.20,23,24; Hb 5:4 (SÍMBOLOS DE FÉ, 2005, p. 92).

Segundo Edison Minami, na tese “*Casamento misto e ecumênico em São Paulo-SP (1958-1978)*”, ele faz a seguinte distinção, tendo como objeto de estudo a igreja católica e a igreja luterana: “o casamento misto ocorre quando um dos cônjuges é cristão, mas não pertence à Igreja Católica” (MINAMI, 2010, p. 3). Enquanto, que “os luteranos classificam como *casamento ecumênico* ou *interconfessional* a união de cônjuges de denominações cristãs diversas” (MINAMI, 2010, p. 3).

Entretanto, esta pesquisa utilizará a expressão casamento ou matrimônio misto, para referir-se a união matrimonial entre um protestante e outro não (geralmente, católico, pelo menos na realidade presente na sociedade brasileira da época). “Os problemas que cercam o casamento misto remetem a temas como ecumenismo, relativismo religioso, ciência e vida moderna, também servindo de termômetro para a situação da família brasileira” (MINAMI, 2010, p. 12).

Com o advento dos militares ao poder e a conseqüente tomada do Brasil a partir do regime ditatorial, observa-se uma mudança social, política e econômica na nação, afetando inclusive o ambiente religioso.

Além disso, o crescimento das cidades, a saída de grandes contingentes populacionais do campo, a absorção dessa massa populacional pela indústria e pelo setor de serviços provocaram uma brusca mudança no perfil religioso, com reflexos nas denominações e no casamento (MINAMI, 2010, p. 12).

A IPB tal como as demais igrejas protestantes no Brasil, diante do ambiente social brasileiro, sobretudo a ditadura militar, cortaram quaisquer posturas progressistas ou de cunho ecumênico. Assim, na perspectiva dos protestantes, “o catolicismo possuía muitas falhas e a solução seria a conversão ao protestantismo, justificando assim seu anti-ecumenismo” (MINAMI, 2010, p. 20).

Por isso, “o fato da Ig. Católica possuir uma hierarquia organizada, com um líder (Papa) era (e ainda é) contraposta ao sistema presbiterial onde os fiéis possuem espaços para diretamente influenciar os destinos da Igreja” (MINAMI, 2010, p. 20). O que corroborou no caso dos “presbiterianos, a evitar o contato com católicos e pessoas de Igrejas mal vistas pelo universo presbiteriano” (MINAMI, 2010, p. 20).

É perceptível a postura anti-ecumenica foi estabilizada em diversos grupos protestantes, aliás, “o mesmo valia para as já referidas comunidades presbiterianas: o casamento misto era uma afronta a unidade das próprias comunidades” (MINAMI, 2010, p. 22).

Por isso, “um desdobramento dessa mentalidade era a normatização da vida privada de seus membros. Seguindo o mesmo raciocínio conclui-se que o papel da família é ser um auxiliar na normatização das relações afetivas” (MINAMI, 2010, p. 22).

Teixeira (*apud* MINAMI, 2010, p. 22):

Daí a grande preocupação de algumas igrejas em desencorajarem, ou mesmo proibirem, casamentos de seus membros com elementos de outras confissões religiosas, e o cuidado em cobrar do candidato ao batismo o compromisso de realizar o culto doméstico. Na realidade, a união igreja/família seria fundamental para a preservação e manutenção da ética denominacional.

Na ótica da Confissão de Fé de Westminster, no capítulo XXIV, “do matrimônio e do divórcio”, é nítido a proibição dos protestantes com casamentos mistos ou ecumênicos. É também vetado o matrimônio entre pessoas com afinidades sanguíneas. Por isso, a necessidade do matrimônio expressar a fé unicamente em Deus.

III. A todos os que são capazes de dar um consentimento ajuizado, é lícito casar; mas é dever dos cristãos casar somente no Senhor; portanto, os que professam a verdadeira religião reformada não devem casar-se com infiéis, papistas ou outros idólatras; nem devem os piedosos prender-se desigualmente pelo jugo do casamento aos que são notoriamente ímpios em suas vidas ou que mantêm heresias perniciosas. Hb 13.4; 1 Tm 4.3; Gn 24.57,58; 1 Co 7.39; 2 Co 6.14. IV. Não devem casar-se as pessoas entre as quais existem os graus de consagüinidade ou afinidade proibidos na palavra de Deus, tais casamentos incestuosos jamais poderão tornar-se lícitos pelas leis humanas ou consentimento das partes, de modo a poderem coabitar como marido e mulher. 1 Co 5.1; Mc 6.18; Lv 18.24,28 (SÍMBOLOS DE FÉ, 2005, p. 85-86).

Exemplificado na consulta ao SC 1974 ((a) **CE-74E2-015**), em relação aos presbiterianos participarem como testemunhas de casamentos mistos, realizados pela Igreja Católica e na resposta do SC, orientando que os membros da IPB que participassem de tais cerimônias, seriam passíveis de disciplinas.

“Para [Émile] Léonard, o único ecumenismo possível é o que nasce dentro do protestantismo, entre denominações doutrinariamente muito próximas, descartando a possibilidade de diálogo com o catolicismo romano” (MINAMI, 2010, p. 153).

Sem dúvida, essa perspectiva além de uma postura defesa e ataque, também trazia a tona a influência do protestantismo que desembarcou no Brasil junto com os missionários.

O casamento ecumênico era uma situação revoltante para os presbiterianos e batistas, que sentiam a coesão do grupo ameaçada. A proibição de casamentos inter-confessional era uma postura de defesa, já a recusa do ecumenismo era uma postura de ataque. Essa postura concorrencial era alimentada pelo espírito competitivo herdado das Igrejas de origem, nos EUA, e iria criar uma série de obstáculos para os entendimentos ecumênicos nos anos seguintes (MINAMI, 2010, p. 22).

O ecumenismo foi motivo de recusa tanto pelos batistas, como pelas demais confissões protestantes conservadoras, entre estes a IPB e a igreja Metodista (MINAMI, 2010). “O ecumenismo estaria relacionado com a ação política de luta contra a ditadura militar, a conscientização política dos cristãos e não cristãos” (MINAMI, 2010, p. 29).

E em meio às adversidades da ditadura, torna-se visível a reação dos protestantes com a sociedade ao redor, seja no combate ou na indiferença. O casamento misto tornou-se um atrito dentro do ambiente protestante.

Nas palavras de um autor católico:

É um fato doloroso, que afeta inclusive a existência de muitas famílias cristãs, em que a união de um católico e uma evangélica (ou vice-versa), ou de um ortodoxo e uma católica (ou vice-versa), ou de um evangélico e uma ortodoxa (ou vice-versa) é vivida no plano da fé com suma tensão, como algo doloroso que não ajuda à plena expressão do amor em que o casal é chamado a viver (SANTA ANA *apud* MINAMI, 2010, p. 45-46).

Segundo Navarro, isso ocorreu por duas razões, à perspectiva do matrimônio entre as igrejas e pelo próprio caráter misto:

O matrimônio misto constitui, sem dúvida, um problema ecumênico por duas razões principais: pela diferente concepção que há sobre matrimônio enquanto tal entre as Igrejas, e pelo próprio fato de seu caráter misto. (...) É evidente que a problemática implicada no matrimônio misto constitui na prática, ao lado do tema da intercomunhão, um dos sinais mais visíveis da divisão existentes entre as Igrejas, já que dois cristãos unidos para compartilhar uma vida em todas as suas manifestações estão separados – se realmente forem praticantes – na dimensão eclesial (NAVARRO *apud* MINAMI, 2010, p. 44-45).

Na perspectiva de Minami, os obstáculos encontrados na análise dos casamentos mistos, envolve uma série de elementos:

O casamento misto encontrou obstáculos tanto entre católicos quanto entre protestantes devido aos mais variados motivos como: o medo do relativismo moral que poderia vir das uniões mistas; o perigo da perda de fiéis; ou a vergonha que a união poderia trazer dentro das comunidades (MINAMI, 2010, p. 40).

Na dissertação de Christina Takatsu Winnischofer, “*Casamentos entre católicos e judeus: desafios de conviver com diferentes tradições religiosas e o de orientar os filhos na sua formação espiritual*”, a causa do conflito do matrimônio inter-religioso é resultado do encontro de diferentes culturas religiosas.

O casamento inter-religioso é o encontro de duas culturas religiosas. Cada uma traz consigo uma bagagem que se confrontará com a bagagem do seu parceiro. O encontro dessas diferentes culturas religiosas pode constituir, e, provavelmente, constituirá, fonte de conflito. Os conflitos emergentes são,

muitas vezes, não por uma visão diferente de mundo, mas essencialmente porque o outro diferente ameaça a identidade do indivíduo, e esse, em reação, precisa fortalecer sua própria posição (WINNISCHOFER, 2009, P. 36).

Essa cultura religiosa estava presente na identidade do sujeito, inclusive, na sua cosmovisão da sociedade (WINNISCHOFER, 2009).

A relação entre o ecumenismo e teologia da libertação tornou-se outro agravante ao lidar com o casamento misto. “Como o ecumenismo granjeia simpatizantes dentro do universo progressista, costuma-se pensar que essa relação é geral e automática, o que nem sempre é verdade” (MINAMI, 2010, p. 57). Inúmeras vezes a ação social das igrejas, era uma opção diante dos encontros centrados na teologia e que apresentavam pequenos resultados (MINAMI, 2010).

Assim, a preocupação com a ação social trouxe a tona a responsabilidade dos cristãos, em especial no terceiro mundo diante das estruturas de poder totalitários:

Conseqüentemente, centrou-se a atenção sobre questões práticas da responsabilidade dos cristãos para com o mundo. A unidade devia ser realizada, antes de tudo, por meio de uma ação comum. Em particular, as sempre mais numerosas igrejas do Terceiro mundo demonstravam estar mais interessadas na superação ou pelo menos na condenação de estruturas econômicas exploradoras do que nos temas tradicionais de controvérsia (NEUER *apud* MINAMI, 2010, p. 57-58).

Por isso, aos olhos dos líderes da ditadura militar brasileira, a luta apregoada pelos críticos sociais, visando desmantelar o sistema totalitário e almejando a divisão de interesses econômicos, significava apoio ao comunismo e afronta ao próprio poder militar.

O Conselho [Mundial de Igrejas] era ‘ecumênico’ no sentido que se tornara um conselho universal e abraçando todo o mundo. Ele se identificou sempre mais com os deserdados, com os pobres e os oprimidos, e promoveu a justiça social e econômica. Foi dado alento a uma crítica social pungente sobretudo em declarações antiamericanas. Parecia que a ‘teologia da revolução’ deveria resolver todos os problemas sociais. A pregação do reino de Deus foi freqüentemente interpretada no sentido de utopias intramundanas (NEUER *apud* MINAMI, 2010, p. 58).

Essa ênfase entre o social e a política foi à imagem alicerçada pela teologia da libertação. “A Teologia da Libertação não é vista como uma teologia ecumênica, mas como teologia social e política, obstaculizando a busca da unidade, criando uma leitura equivocada da Teoria dos Dois Reinos” (BASTIAN *apud* MINAMI, 2010, p. 59).

Dessa forma, o

Conservadorismo doutrinal e moral, repulsa ecumênico, espírito de grupo fechado, anti-catolicismo, anti-comunismo e anti-“mundanismo” só podiam desembocar em desinteresse pelos problemas sociais nacionais, e, por outro lado, abria caminho para uma relativa simpatia pelo governo militar (MINAMI, 2010, p. 24).

A partir da elucidação dos documentos enviados ao SC/IPB, ficam compreensíveis os motivos pelos quais tantos documentos relacionados ao ecumenismo e ao matrimônio, chegaram à análise, esclarecimentos e resolução por parte da Igreja Presbiteriana do Brasil.

A chegada dos militares ao poder no Brasil, resultou em uma atuação das igrejas mais centradas em si mesmas, e com pouco envolvimento com o mundo. A IPB foi uma destas igrejas (ALVES, 2005; ARAÚJO, 2010; MINAMI, 2010).

Neste capítulo, apresentamos a interação entre a instituição religiosa (IPB) e o governo do regime militar brasileiro, o qual corroborou para a legitimação da autoridade nas relações socioculturais, ao mesmo tempo, acarretou na tensão social com o biopoder. Foi nesse contexto que o SC/IPB assimilou o regime militar e a figura do pastor Boanerges Ribeiro ganhou projeção com o trabalho desenvolvido na IPB, vindo o mesmo a ocupar por três mandatos consecutivos a presidência do SC/IPB (1966-1978), e um mandato, enquanto vice-presidente do SC/IPB 1978-1982.

Compreendemos também o papel da liturgia diante do contexto da ditadura, em especial, com base no digesto presbiteriano, documento que apresenta um quadro detalhado das inquietações, decisões e resoluções que a IPB optou nesse momento da história.

Faremos agora as considerações finais da pesquisa e daquilo que foi possível observar da presença de uma instituição religiosa protestante (IPB) no período da ditadura militar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O protestantismo de missão, oriundo do profícuo trabalho de missionários americanos desembarcou em terras brasileiras com o desafio de anunciar as boas-novas da fé cristã, todavia, junto com o ensejo do anúncio da fé cristã, chegou também um modelo de vivência cristã proposta a partir de uma cosmovisão cristã ‘estrangeira’.

Esse protestantismo logo propaga um discurso contrário à religião oficial da nação, o catolicismo. Isso desemboca em um constante recorrer ao dogmatismo, tempos depois denominado de fundamentalismo. No ambiente protestante, em especial entre as igrejas denominadas históricas, entre as quais a IPB, o protestantismo de missão traz não somente fiéis, mas apresenta um modelo de enxergar a sociedade, o próximo e o mundo ao redor. O que Rubem Alves denomina de “Protestantismo da Reta Doutrina” (ALVES, 2005, p. 10), incorporado pelas igrejas protestantes.

Este trabalho teve o propósito de demonstrar que as crises sociais e político-ideológicas enfrentadas pela sociedade brasileira durante a ditadura militar, dentro do período pesquisado 1964-1978 trouxeram consequências enormes e atingiu toda a sociedade, inclusive resultou em crises e dilemas para a Igreja Presbiteriana do Brasil, em especial a partir da sua liturgia.

É perceptível a relação intrínseca que a liturgia possui no ambiente presbiteriano. Entretanto, quando a intempérie do período da ditadura militar brasileira chegou à porta, a Igreja Presbiteriana foi alvo da influência social, política e ideológica do movimento. Percebe-se o papel de agentes da instituição religiosa (IPB), contudo, a atuação dos mesmos geralmente transparece uma influência *intra corpus*, logo restrito a própria Igreja Presbiteriana do Brasil e conseqüentemente sem um papel significativo diante das feridas da sociedade ao redor.

Assim, por meio de uma perspectiva histórico-sociológica da Igreja Presbiteriana do Brasil, a pesquisa elencou o papel desenvolvido pelo rito, em especial a oração e a música, perfazendo e transparecendo um papel simbólico de validação do *modus operandi* institucional, ou seja, o rito está unido à crença.

Dessa maneira, foi visível uma perspectiva favorável à ditadura militar na ótica de muitos líderes presbiterianos, muitos destes inclusive, viram no regime militar um instrumento contra os inimigos da fé cristã, especialmente o comunismo.

Afirmar que a IPB tenha apoiado oficialmente a ditadura militar, não é possível pelo menos na base dos dados pesquisados, opinião compartilhada na pesquisa de Paixão Junior (2008).

No entanto, a ideia de Paixão Junior é justificada a partir o argumento de Joaquim Beato, o qual foi professor do seminário do Centenário, instituição que “deixou de funcionar, vítima das políticas e censuras empreendidas pelo SC/IPB” (PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 174).

Nas palavras de Joaquim Beato: “não se pode comprovar que a IPB tenha apoiado o regime militar oficialmente, ou seja, ‘não houve um pacto entre militares e a Igreja para darem o golpe’” (BEATO *apud* PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 174). Porém, na IPB “o que se observa é que ‘o poder militar autoritário justificava o grupo do poder na Igreja, e o grupo da Igreja justificava o poder militar’” (BEATO *apud* PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 174).

Porém, devido a participação e atuação perceptível de militares no seio da IPB, “tal análise não invalida a possibilidade de indivíduos da IPB terem participado de tal regime, de alguma forma, pois havia nesta Igreja militares que pensavam como os conservadores que tomaram o poder” (BEATO *apud* PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 174). A pesquisa demonstrou essa relação político-religiosa, por exemplo, na figura do pb Renato Guimarães, na época coronel, presbítero da IPB e que depois se tornaria vice-presidente do Supremo Concílio durante os anos 1974-1978. É perceptível o destaque e as honras dispensadas pela IPB ao referir-se a participação de um de seus líderes no regime militar brasileiro.

A aproximação da IPB com indivíduos ou órgão de repressão do regime militar brasileiro foi vista como uma junção contra os inimigos. Ou seja, uma nítida relação teo-política, onde o estado representará à instituição igreja, assim, a mesma evita expor as injustiças ou atrocidades cometidas pelo estado, dentro de um regime ditatorial.

Logo, a igreja mencionará o estado não para proclamar as faltas de um governo impróprio, mas para interceder, orar, em outras palavras, ocorre uma nítida vivência daquilo que Mendonça (2008) denomina de celeste porvir. Ou seja, ocorre um corte com a realidade, em nome de uma vivência espiritual sem reflexo na

realidade dos cidadãos, em outras palavras, foi um enclausurar-se em si mesmo ou dentro dos próprios muros.

Essa correlação carece ser melhor aprofundada, pois após 1978 a ditadura perdurou ainda até o ano de 1985, esta parte está além dos limites desta pesquisa. Não foi e não é intenção desta pesquisa esgotar o assunto, aliás, um assunto muito vasto e com diversas facetas. A liturgia reformada, na cosmovisão da Igreja Presbiteriana do Brasil é algo intrínseco e que reflete nas ações cotidianas da vida, por meio da identidade e memória social, perpassando pela expressão religiosa.

## REFERÊNCIAS

ADAM, Júlio. Mal-Estar no Púlpito: repensando teologicamente a pregação cristã na sociedade da informação. **Estudos Teológicos**, v. 53, n.1, p. 160-175, jan./jun., São Leopoldo, 2013.

AGAMBEN, Giorgio. **OPUS DEI: arqueologia do ofício: homo sacer**, II, 5. São Paulo: Boitempo, 2013 (Estado de Sítio).

ALLMEN, Von. J.J. **O Culto Cristão: teologia e prática**. 2 ed. São Paulo: ASTE, 2005.

ALVES, Rubem. **Religião e Repressão**. São Paulo: Edições Loyola/Editora Teológica, 2005.

AMARAL, Daniel do. **Música e Teologia: a música evangélica brasileira: origem, apogeu e futuro**. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

ANGLADA, Paulo. **O Princípio Regulador no Culto**. São Paulo: PES, [199-].

ARAÚJO, João Dias de. **Inquisição sem fogueiras: a história sombria da igreja presbiteriana do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Cristo brasileiro: a teologia do povo**. São Paulo: ASTE, 2012.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. 40 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

ASSUNÇÃO, Cristina Adelina de. **A Ditadura Militar retratada nos livros didáticos de História do Brasil de 1964 a 1985**. 2009. 118 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

ATASSIO, Aline Prado. **A Batalha pela Memória: os militares e o golpe de 1964**. 2007. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

AULER, João P. **O corpo na liturgia do culto cristão**. 2003. 54 f. Dissertação (Mestrado em Teologia). Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Teologia, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2003.

BABBAGE, S. Barton. Elementos Auxiliares para el Culto. In: TURNBULL, Rodolfo G. (ed.). **Diccionario de la Teología Práctica: Culto**. Grand Rapids: SLC, 1977.

BAIRD, Charles W. **A Liturgia Reformada: Ensaio histórico**. São Paulo: SOCEP, 2001.

BASDEN, Paul A. (org.). **Adoração ou show?: críticas e defesas de seis estilos de culto**. São Paulo: Editora Vida, 2006.

BELLOTTI, Karina Kosicki. **Uma luz para o seu caminho: a mídia presbiteriana no Brasil (1976-2001) no caso de "Luz para o Caminho" (1976-2001)**. 2003. 273 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

BNMDIGITAL. **O QUE É O BNM: Brasil**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/o-que-e-o-bnm>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

BOICE, James Montgomery; SASSE, Benjamin. **Reforma Hoje**. São Paulo: Cultura Cristã, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os deuses do povo**. São Paulo: Brasiliense, 1980, cap. 5.

CAMPOS, Breno Martins. Convergência de interesses: liberalismo e protestantismo no Brasil do século XIX. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, v. 29, p. 2-13, set.-dez., 2012.

\_\_\_\_\_. **Mulheres em Revista: uma sociologia da compreensão do feminino no Brasil presbiteriano (1994-2002)**. 2006. 321 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais - Sociologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

CAPELLARI, Marcos Alexandre. **Sob o Olhar da Razão: as religiões não católicas e as ciências humanas no Brasil (1900-2000)**. 2001. 254 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

CARVALHAES, Cláudio. (org.). **Teologia do Culto: entre o altar e o púlpito. Estudos multidisciplinares em homenagem a Jaci Maraschin**. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

CASTRO, Eduardo de. **Os “Quebra-santos”: anticlericalismo e repressão pelo DEOPS/SP**. São Paulo: Humanitas, 2007.

CAZENEUVE, Jean. **Sociologia do rito**. Porti: Rès, s/d.

CHAMPLIN, R. N. **Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia**. 5 ed. São Paulo: Hagnos, 2001. 3 v.

COGHI, Cristina; CINQUEPALMI, João Vito. **50 anos do golpe de 64**. Rádio CBN. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/series/50-ANOS-DO-GOLPE-DE-64.htm>>. Acesso em: 21 mai. 2014.

COSTA, Bianca Silva. **O ensino superior na ditadura militar brasileira: um olhar através da “Revista MEC”**. 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

COSTA, Hermisten Maia Pereira da. **Princípios Bíblicos de Adoração Cristã**. São Paulo: Cultura Cristã, 2009.

\_\_\_\_\_. O Culto Cristão na Perspectiva de Calvino: Uma Análise Introdutória: In: **Fides Reformata**, v.8, n.2, p. 73-104, 2003.

\_\_\_\_\_. **Raízes da Teologia Contemporânea**. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

\_\_\_\_\_. **Teologia do Culto II**, apostila de aula da matéria, 2004.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1984**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

CROATTO, José Severino. **As linguagens da experiência religiosa: uma introdução à fenomenologia da religião**. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 2012.

CUNHA, Guilhermino. **O Culto que Agrada a Deus: expressões corporais no culto**. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.

DIAS, Jorge Schütz. **Igreja sem fronteiras, Fronteiras sem Igreja: A análise das práticas pastorais nas igrejas batistas da região leste da cidade de São Paulo, num contexto urbano de contrastes, de 1990 a 2000, na perspectiva da Teologia Prática**. 2004. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Movimento Ecumênico no Brasil (1954-1994): a serviço da igreja e dos movimentos populares**. 2007, 291 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, 2007.

**DIGESTO PRESBITERIANO (1951-1997)**. 5 Vol. São Paulo: CEP, 1998.

\_\_\_\_\_. (1951-1960). 1 Vol. São Paulo: CEP, 1998.

\_\_\_\_\_. (1961-1970). 1 Vol. São Paulo: CEP, 1998.

\_\_\_\_\_. (1971-1984). 1 Vol. São Paulo: CEP, 1998.

\_\_\_\_\_. (1985-1992). 1 Vol. São Paulo: CEP, 1998.

\_\_\_\_\_. (1993-1997). 1 Vol. São Paulo: CEP, 1998.

\_\_\_\_\_. (1998-1999). 1 Vol. São Paulo: CEP, 1998.

\_\_\_\_\_. (1998-1999). Resumo. São Paulo: CEP, 2000.

DOUGLAS, J.D. (org.). **O Novo Dicionário da Bíblia**. São Paulo: Vida Nova, 1991.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. (Colaboração de Sérgio Fausto). 14. ed. atual. e ampli., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. (Didática, 1).

FAYA, José Carlos Gonçalves. **Conceito de ética no livro** “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” de Max Weber. 2008. 68 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

FERNANDES, Carlos Alberto Chaves. Pensando Livremente Sobre Culto e Forma. **Revista Teológica**, Rio de Janeiro, v. 2, n 2., p. 7-32, 2003.

FERNANDES, Celso Eronides. **A Liturgia de Hebreus**: Uma análise de como as mudanças sociais influenciam as formas de culto. 2006. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo: 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3 ed. totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FICO, C. (2004). **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

\_\_\_\_\_. **O regime militar no Brasil** (1964-1985). São Paulo: Saraiva, 1998. – (Que história é esta?).

FILHO, José Rômulo de Magalhães. **Matrimônio Protestante**: uma reflexão a partir da antropologia filosófica. 107 f. Dissertação de Mestrado (Em Família na Sociedade Contemporânea). Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2005.

FILHO, Manuel Ferreira Lima. **Aula expositiva** 04/10/2013 e 25/10/2013, na PUC-GO, texto não publicado.

FILORAMO, Giovanni e PRANDI, Carlo. **As ciências das religiões**. São Paulo: Paulus, 1999.

FOUNTAIN, Andrew. O Que Significa Adoração. **Revista Fé Para Hoje**, n. 12, São José dos Campos: Fiel, 2001.

FRAME, John M. **Em Espírito e em Verdade**. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.

GARCIA, Víctor M.S. Musica y Alabanza. **Revista Teológica**, v. 9, n. 31-32, México, 1978.

GEORGE, Timothy. **Teologia dos Reformadores**. São Paulo: Vida Nova, 1994.

GRONINGEN, Gerard Van. **As influências do culto do Antigo Testamento na liturgia**. Goiânia, 2006. Disponível em: <<http://www.ipcb.org.br/liturgiavan.html>>. Acesso em: 31 ago. 2012.

HAHN, Carl Joseph. Breve histórico dos cultos evangélicos no Brasil. **Estudos de Religião**, São Bernardo do Campo, ano 1, n. 2, p. 11-29, out. 1985.

\_\_\_\_\_. **História do culto Protestante no Brasil**. Tradução Antônio Gouvêa Mendonça. 2 ed. São Paulo: ASTE, 2011.

HAMILTON, Ian. **O Dia do Senhor e o Culto Reformado**. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://ospuritanos.blogspot.com.br/2011/03/odia-do-senhor-e-o-culto-reformado-ian.html>>. Acesso em: 28 set. 2014.

HARRIS, R. Laird (org.). **Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 1998.

HALBWACKS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Lélis T. Benoir. São Paulo: Centauro Editora, 2004.

HODGE, A. A. **Confissão de Fé de Westminster Comentada por A.A. Hodge**. São Paulo: Os Puritanos, 1999.

HORTAL, Jesus. **Casamentos que nunca deveriam ter existido: uma solução pastoral**. 9 ed. São Paulo: Loyola, 2002

HORTON, Michael S. **Um caminho melhor**. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

HUIZINGA, Johan. **O Declínio da Idade Média**. São Paulo: Verbo/EDUSP, 1978.

JOHNSON, Terry L. **Adoração Reformada**. São Paulo: Os Puritanos, 2001.

KLEIN, Carlos Jeremias. **A Confirmação e a Profissão de Fé nas Igrejas Cristãs**. São Paulo: Pendão Real, 2012.

\_\_\_\_\_. Calvino e os sacramentos. Algumas considerações sob a perspectiva da Teologia de Tillich. **Revista Eletrônica Correlatio**, n. 14, p.153-170, dez., 2008.

\_\_\_\_\_. **Os Sacramentos na tradição reformada**. São Paulo: Fonte Editorial, 2005.

KNÜPPE, Anelise. O Tempo e sua Influência no Comportamento Humano na Contemporaneidade. **Tear Online**, v.2, n.1, p. 37-47, jan.-jun., 2013. Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/tear>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

KUYPER, Abraham. **Calvinismo**. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.

LEITH, John H. (ed.). **A tradição reformada: uma maneira de ser a comunidade cristã**. ed. rev. São Paulo: Associação Evangélica Pendão Real, 1996.

LEFORT, Claude. **Pensando o político**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LEMONS, Carolina Teles. **Religião e tessitura da vida cotidiana**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012.

LÉONARD, Émile G. **O protestantismo brasileiro: estudo da eclesiologia e história social**. 3 ed. rev. São Paulo: ASTE, 2002.

LEONEL, João. **História da literatura e protestantismo brasileiro**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie / Paulinas Editora, 2010.

LESSA, Vicente Themudo. **Anais da 1ª Igreja Presbiteriana de São Paulo (1863-1903): subsídios para a história do presbiterianismo brasileiro**. 2 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.

LIMA JÚNIOR, José Ferreira de. **Protestantismo e golpe militar de 1964 em Pernambuco**: uma análise da Cruzada de Ação Básico Cristã. 2008. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Católica de Pernambuco, 2008.

LOPES, Augustus Nicodemus. **O culto espiritual**: um estudo em 1 Coríntios sobre questões atuais e diretrizes para o culto cristão. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

LUCAS, Sean Michael. **O Cristão Presbiteriano**: Convicções práticas e histórias. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.

LÜDORF, Sílvia Maria Agatti; REI, Bruno Duarte. Educação Física escolar e Ditadura Militar no Brasil (1964-1985): balanço histórico e novas perspectivas. **Revista de Educação Física**, UEM, v.23, n.3, p. 483-497, 3.trimestre, 2012.

MABIALA, Matalanga. **A Beleza da Liturgia, Manifestação da Presença Real de Cristo**. 2007. 104 f. Dissertação (Mestrado em Teologia Dogmática). Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, 2007.

MACEDO, Jônatas Abdias de. **Liturgia hoje**: entre a liturgia moderna e a teologia litúrgica da reforma-. Goiânia, 2012. Disponível em: <[http://www.monergismo.com/textos/liturgia/liturgia\\_jonatas.htm](http://www.monergismo.com/textos/liturgia/liturgia_jonatas.htm)>. Acesso em: 30 ago. 2012.

MALINOWSKI, Bronisluw. **Magia, ciência e religião**. Tradução de Maria Georgina Segurado. Lisboa: 70, 1988.

**MANUAL LITÚRGICO**. Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil. 3 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2005.

**MANUAL PRESBITERIANO**. 1 reimpressão. São Paulo: Cultura Cristã, 2008.

MARASCHIN, Jaci C. **Da leveza e da beleza: liturgia na pós-modernidade**. São Paulo: ASTE, 2010.

\_\_\_\_\_. O espaço da Liturgia. **Estudos de Religião**, São Bernardo do Campo, ano 1, n. 2, p. 161-178, out. 1985.

MARTINS, Franklin. **Ato Institucional nº 5 (AI-5). Íntegra (1968)**. Brasília, 2014. Disponível em:

<[http://www.franklinmartins.com.br/estacao\\_historia\\_artigo.php?titulo=ato-institucional-n-5-ai-5-integra-1968](http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=ato-institucional-n-5-ai-5-integra-1968)>. Acesso em: 19 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. **Cresce o clamor pela anistia ampla, geral e irrestrita (1978)**. Brasília, 2014. Disponível em:

<[http://www.franklinmartins.com.br/estacao\\_historia\\_artigo.php?titulo=cresce-o-clamor-pela-anistia-ampla-geral-e-irrestrita-1978](http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=cresce-o-clamor-pela-anistia-ampla-geral-e-irrestrita-1978)>. Acesso em: 19 mai. 2014.

MATOS, Alderi Souza de (org.). **O Diário de Simonton 1852-1866**. 2 ed., revisada e ampliada com mapas e fotos. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.

\_\_\_\_\_. **Breve História do Protestantismo no Brasil**. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/7071.html>>. Acesso em: 28 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. **Erasmus Braga: o protestantismo e a sociedade brasileira**. São Paulo: Cultura Cristã, 2008.

\_\_\_\_\_. **História do Movimento Reformado: O PRESBITERIANISMO NORTE-AMERICANO (III)**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/7023.html>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. **O Protestantismo Brasileiro no Período republicano**. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/7071.html>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Os pioneiros presbiterianos do Brasil**. São Paulo: Cultura cristã, 2004.

\_\_\_\_\_. **Rev. Boanerges Ribeiro – uma vida a serviço da Igreja Presbiteriana do Brasil**. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/7177.html>>. Acesso em: 10 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Rev. José Manoel da Conceição**. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/7071.html>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. **Simonton e as Bases do Presbiterianismo no Brasil**. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/7071.html>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. **Uma igreja peregrina: história da Igreja Presbiteriana do Brasil de 1959 a 2009**. São Paulo: Cultura Cristã, 2009.

MATOS, Antônio Alberto de Souza. **As raízes históricas, teológicas e litúrgicas da Igreja Evangélica Congregacional e suas implicações para os dias atuais**. 2006. 56 f. Dissertação (Mestrado em Teologia). Instituto Ecumênico de Pós-Graduação, Escola Superior de Teologia. São Leopoldo, 2006.

MAUSS, Marcel. A prece. In: MAUSS, Marcel. **Ensaio da Sociologia**. São Paulo: Perspectivas, 1999.

MAXWELL, Willian D. **El Culto Cristiano: su evolución y sus formas**. Buenos Ayres: Methopress Editorial, 1963.

MCKIM, Donald K. (ed.). **Grandes temas da Tradição Reformada**. São Paulo: Associação Evangélica Pendão Real, 1998.

MEDEIROS, Christian Brially Tavares de. **Jean de Léry e a Escrita da História: uma heterologia calvinista**. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). Faculdade de Humanidades e Direito, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2012.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. A crise no culto protestante no Brasil. ano I, n. 2, **Estudos de Religião**, São Bernardo do Campo, ano 1, n.2, p. 31-60, out. 1985.

\_\_\_\_\_. **O Celeste Porvir: a Inserção do Protestantismo no Brasil**. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

\_\_\_\_\_. O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas. **REVISTA USP**, São Paulo, n.67, p. 48-67, setembro/novembro 2005. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/67/05-mendonca.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2013.

\_\_\_\_\_. República e Pluralidade Religiosa no Brasil. **REVISTA USP**, São Paulo, n.59, p. 144-163, setembro/novembro 2003. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/59/12-antoniomendonca.pdf>>. Acesso em 25/03/2014.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Loyola e Ciências da religião, 1990.

MIKLOS, Jorge. **Diálogo dos deuses, direitos dos homens: direitos humanos e diálogo inter-religioso na ação pastoral de Dom Paulo Evaristo Arns**. São Paulo: Plêiade, 2013.

MINAMI, Edson. **Casamento misto e ecumênico em São Paulo-SP (1958-1978)**. 385 f. Tese de Doutorado (História Social). Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2010.

NASCIMENTO, Adão Carlos; MATOS, Alderi Souza de. **O que todo presbiteriano inteligente deve saber**. Santa Bárbara d'Oeste, SP: SOCEP Editora, 2007.

NICHOLS, Robert Hastings. **História da Igreja Cristã**. 11 ed. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 2000.

NOLL, Mark A. **Momentos Decisivos da História do Cristianismo**. São Paulo: Cultura Cristã, 2000.

**O DIRETÓRIO DE CULTO DE WESTMINSTER**. São Paulo: Os Puritanos, 2000.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e identidade social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

OLSON, Roger E. **História da teologia cristã: 2000 anos e tradição e reformas**. São Paulo: Editora Vida, 2001.

PAEGLE, Eduardo Guilherme de Moura. **A posição política da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) nos anos de chumbo (1964-1985)**. 2006. 189 f.

Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

PAIXÃO JUNIOR, Valdir Gonzales. **Poder e memória**: o autoritarismo na Igreja Presbiteriana do Brasil no período da Ditadura Militar. (Tese de doutorado em sociologia). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, 2008.

PAULA, Marcio Gimenes de. OS ANTECEDENTES DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO ENTRE OS PROTESTANTES BRASILEIROS: a presença de Richard Shaull no Brasil **Interações**: Cultura e Comunidade, Uberlândia, v.8, n.13, p. 77-86, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313028475005>>. Acesso em: 13 mai. 2014.

PAZMIÑO, Robert W. **Deus nosso Mestre**. Tradução Elizabeth Stowell Charles Gomes. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.

\_\_\_\_\_. **Temas Fundamentais da Educação Cristã**. Tradução Elizabeth Stowell Charles Gomes. São Paulo: Cultura Cristã, 2008.

PINHEIRO, Douglas Antônio Rocha. **Direito, Estado e Religião**: a constituinte de 1987/1988 e a (re) construção da identidade religiosa do sujeito constitucional brasileiro. 2008. 129 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília, 2008.

QUADROS, Eduardo Gusmão de. **Embaixadores de dois reinos**: missionários e fronteiras na região amazônica- caribenha. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2010.

\_\_\_\_\_. **Evangélicos e mundo estudantil**: uma história da Aliança Bíblica Universitária do Brasil (1957-1981). Rio de Janeiro: Novos Diálogos Editora, 2011.

\_\_\_\_\_. A letra e a linha: a cartografia como fonte histórica. **Revista Mosaico**, v.1, n.1, p.27-40, jan./jun., 2008.

PRIOR, William. Elementos Constitutivos da la Liturgia. In: TURNBULL, Rodolfo G. (ed.). **Diccionario de la Teología Práctica**: Culto. Grand Rapids: SLC, 1977.

REID, W. Stanford. El Culto reformado. In: TURNBULL, Rodolfo G. (ed.). **Diccionario de la Teología Práctica: Culto**. Grand Rapids: SLC, 1977.

REILY, Duncan Alexander. **História documental do protestantismo no Brasil**. 3 ed. São Paulo: ASTE, 2003.

RICOUER, Paul. Memória Pessoal, Memória Coletiva. In: **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIVIÈRE, Claude. **Os ritos profanos**. Petrópolis: Vozes, 1996.

ROBERTS, W. H. **O Sistema Presbiteriano**. 3 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.

ROCHER, Guy. **Sociologia geral**. Trad. Ana Ravara. Lisboa: Editorial Presença, 1971.

SANTOS JUNIOR, Aloisio Cristovam dos. **A liberdade de organização religiosa e o Estado laico brasileiro**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2007.

SANTOS, Edwiges Rosa dos. **O jornal Imprensa Evangélica: diferentes fases no contexto brasileiro (1864-1892)**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009.

SANTOS, Silas Daniel dos. **As Contribuições do Rev. Wilson de Souza Lopes na Construção de um Tecido Social em Ribeirão Preto 1981-1991**. 2007. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2007.

SANTOS, Valdeci Dos. Refletindo sobre a Adoração e o Culto Cristão. **Fides Reformata**, São Paulo, v.3, n.2, p. 137-148, jul./dez. 1998.

SCHMIDT, Daniel Augusto. **Protestantismo e Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Editora Reflexão, 2014.

SEIXAS, Mariana Ellen Santos. Breve Panorama da Historiografia do Protestantismo no Brasil do Século XIX. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano II, n. 4, p. 339-354, mai., 2009.

SERVANT, Revista Ordained. **Uma Comparação de Algumas Liturgias Reformadas.** Goiânia, 2012. Disponível em: [http://www.monergismo.com/textos/liturgia/comparacao\\_liturgia\\_reformada.htm](http://www.monergismo.com/textos/liturgia/comparacao_liturgia_reformada.htm).

Acesso em: 30 ago. 2012.

SHEDD, Russell P. **Adoração Bíblica.** São Paulo: Vida Nova, 1987.

SILVA, Elizete da. **OS BATISTAS E O GOVERNO MILITAR: DEUS SALVE A PÁTRIA.** In: Anais do X Simpósio da ABHR - UM OLHAR EVANGÉLICO SOBRE O GOLPE DE 1964. Assis, 2008. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/20486128/1475615586/name/OS+BATISTAS+E+O+GOVERNO+MILITAR+Definitivo.doc>. Acesso em: 10 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Protestantes e o Governo Militar: convergências e divergências. In: ZACHARIADHES, Grimaldo C. (Org.). **Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes.** Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVA, Jouberto Heringer da. A Música na Liturgia de Calvino em Genebra. In: **Fides Reformata**, v.7, n.2, p. 85-100, 2002.

**SÍMBOLOS DE FÉ:** contendo a Confissão de Fé, Catecismo Maior e Breve / Assembléia de Westminster. São Paulo: Cultura Cristã, 2005.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil:** de Castelo e Tancredo, 1964-1985. Tradução Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. **Brasil:** de Getúlio a Castelo (1930-1964). Tradução Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, Caleb. **150 anos de Paixão Missionária:** o presbiterianismo no Brasil. São Paulo: IPC/Cultura Cristã, 2009.

SOUZA, Bertone de Oliveira. Historiografia do Protestantismo no Brasil: percursos e perspectivas. **Revista Mosaico**, v. 5, n. 2, p. 171-179, jul./dez., 2012.

SOUZA, Edilson Soares de. **Diálogos (re) Velados**: a trajetória e os discursos político-doutrinários dos batistas brasileiros 1974-1985. 2008. 175 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

SOUZA, Robson da Costa de. **Discursos e práticas fundamentalistas na Igreja Presbiteriana do Brasil (2002-2008)**: uma análise da pretensa posição da equidistância dos extremos fundamentalistas e liberais. 2009. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Faculdade de Humanidades e Direito, Pós-Graduação em Ciências da Religião, São Bernardo do Campo, 2009.

SOUZA, Silas Luiz de. A IPB e o Governo Militar de 1964. **Revista Teológica**. Seminário Presbiteriano do Sul, Campinas, v. 64, n. 57, p. 107-123, janeiro-junho, 2004.

\_\_\_\_\_. **O RESPEITO À LEI E À ORDEM**: presbiterianos e o governo militar no Brasil (1964 – 1985). 2013. 290 f. Tese (Doutorado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

\_\_\_\_\_. Pensamento sobre Ação Social no Protestantismo Brasileiro. **Revista Ciências da Religião: História e Sociedade**, v. 9, n. 1, p. 147-170, 2011.

\_\_\_\_\_. **Pensamento social e político no protestantismo brasileiro**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2005.

TAVARES NETO, José Querino. **Igreja Presbiteriana do Brasil**: poder, manutenção e continuísmo. 1997.150 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

TEIXEIRA, Faustino (org.). **Sociologia da religião**: enfoques teóricos. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TURNBULL, Rodolfo G. (ed.). **Diccionario de la Teología Práctica: Culto**. Grand Rapids: SLC, 1977.

VIEIRA, Cesar Romero Amaral. **Protestantismo e educação: a presença liberal norte americana na reforma Caetano de Campos – 1890**. 2006. 205 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006.

VILELA, Márcio Ananias Ferreira. **Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política**. 291 f. (Tese de doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Programa de Pós-Graduação em História. Recife, 2014.

WACH, Joachim. **Sociologia da religião**. São Paulo: Paulinas, 1990.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. Tradução Marcelo Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Cosacnaif, 2000.

WATANABE, Tiago H. B. **De pastores a feiticeiros: a historiografia do protestantismo brasileiro (1950-1990)**. 2006. 219 f. Dissertação de Mestrado (Ciências da religião). Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2006.

WINNISCHOFER, Christina Takatsu. **Casamentos entre católicos e judeus: desafios de conviver com diferentes tradições religiosas e o de orientar os filhos na sua formação espiritual**. Dissertação de Mestrado (Ciências da Religião). São Bernardo do Campo: UMESP, 2009.

XAVIER, Wendell Lessa Vilela. **Vozes do Trovão: a vez e a voz de Boanerges Ribeiro**. 178 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2007.

ZIMMERMANN, Cleonir Geandro. **Música Teológica**. 2005. 57 f. Dissertação (Mestrado em Teologia). Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Teologia, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2005.